

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA – PPGCP
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

EDSON MENDES NUNES JÚNIOR

**A COBERTURA DA MÍDIA LATINO-AMERICANA NA CONSTITUINTE DE
NICOLÁS MADURO**

RIO DE JANEIRO

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**A COBERTURA DA MÍDIA LATINO-AMERICANA NA CONSTITUINTE DE
NICOLÁS MADURO**

EDSON MENDES NUNES JÚNIOR

ORIENTADOR: ANDRÉ LUIZ COELHO FARIAS DE SOUZA

RIO DE JANEIRO

2020

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a relação entre a mídia latino-americana e a instabilidade política na América Latina. Especificamente, analisaremos a cobertura midiática internacional sobre a Assembleia Constituinte convocada por Nicolás Maduro, em 2017, na Venezuela. Para tanto, recolhemos os títulos de notícias das primeiras páginas de versões impressas de quatro jornais, oriundos de diferentes países da América Latina, e a agência de notícias da qual a notícia é originária, quando disponível. São eles: o jornal brasileiro *O Globo*; *El Universal*, do México; *Clarín*, da Argentina; *El Tiempo*, da Colômbia. A partir de um estudo da Economia Política da Comunicação, presente em autores como Dênis de Moraes e Pedro Aguiar, realizamos uma abordagem sobre a instabilidade política na região – amplamente discutida por Aníbal Pérez-Liñán e André Luiz Coelho – e a ascensão do neoliberalismo, discutida por Pierre Dardot e Christian Laval, para uma compreensão geral sobre a distribuição e circulação de notícias internacionalmente em um contexto de domínio de grandes conglomerados da mídia. Os dados recolhidos serão analisados, ainda, através de uma contextualização do governo de Nicolás Maduro e da situação concreta venezuelana desde a ascensão do chavismo, debatida, por exemplo, por Mayra Goulart, Margarita López Maya, Gilberto Maringoni e Leonardo Valente. Reconhecendo a predominância de notícias vindas de agências de notícias com sede em países centrais – como Reuters, AFP, AP ou EFE – percebemos como a narrativa sobre a Venezuela repercutida pela América Latina é, nesses grandes jornais, importada e, conseqüentemente, reproduz o olhar e os interesses do Norte. Ressaltamos, dessa forma, a importância de países do Sul serem agentes e narradores de suas próprias realidades sem depender, devido a recursos financeiros e sociais, do discurso que provém de países desenvolvidos, refletindo outros interesses.

Palavras-chave: Dependência; Instabilidade Política; Mídia; Neoliberalismo; Venezuela

ABSTRACT

This paper aims to analyze the relationship between Latin American media and political instability in Latin America. Specifically, we sought to analyze international media coverage of a Constituent Assembly convened by Nicolás Maduro in 2017 in Venezuela. For this purpose, we have collected the headlines of the front pages of four newspapers from different Latin American countries and a news agency from which the photograph or image illustrating the first page originates, when available. They are: the Brazilian *O Globo*; *El Universal*, from Mexico; *Clarín* from Argentina; *El Tiempo* from Colombia. From a study of Political Economy of Communication, presented by authors such as Dennis de Moraes and Pedro Aguiar, an approach was taken on regional political instability — widely discussed by Aníbal Pérez-Liñán and André Luiz Coelho — and the rise of neoliberalism, discussed by Pierre Dardot and Christian Laval, for a general understanding of news distribution and circulation internationally in a domain context of large media conglomerates. The collected data will also be analyzed through a contextualization of the government of Nicolás Maduro and the Venezuelan concrete situation since the rise of Chavism, debated, for example, by Mayra Goulart, Margarita López Maya, Gilberto Maringoni and Leonardo Valente. Recognizing a predominance of news stories from centrally-based news agencies — such as Reuters, AFP, AP or EFE — we realize how narrative about Venezuela echoed by Latin America is, in those big newspapers, imported and, consequently, reproduces Northern's interests and views. Thus, we emphasize the importance of southern countries being agents and narrators of their real achievements without depend, due to financial and social resources, on the discourse that advanced countries provide, reflecting other interests.

Keywords: Dependency; Media; Neoliberalism; Political Instability; Venezuela

“Os capitalistas sempre chamaram ‘liberdade’ à liberdade de obter lucros para os ricos, a liberdade dos operários de morrerem de fome. Os capitalistas chamam liberdade de imprensa à liberdade dos ricos de subornarem a imprensa, à liberdade de utilizar a riqueza para fabricar e falsificar a chamada opinião pública.”

Vladimir Lênin, Teses e Relatório sobre a Democracia Burguesa e a Ditadura do Proletariado

“Até quando os meios de comunicação continuarão a ser receios de comunicação?”

Eduardo Galeano, As Veias Abertas da América Latina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO 1: Um histórico de dependência e instabilidade política.....	10
a. Do liberalismo clássico ao neoliberalismo	10
b. A teoria marxista da dependência	18
c. Os governos neoliberais.....	25
d. Maré rosa, suas limitações e a volta dos que não foram	28
e. Mídia de massas, opinião pública e neoliberalismo	31
f. América Latina, instabilidade política e Venezuela	34
CAPÍTULO 2: A crise venezuelana na imprensa internacional.....	40
a. Breve resgate da crise venezuelana	40
b. Hugo Chávez, o chavismo e a revolução não-televisionada.....	46
c. Chávez e Maduro: entre continuidades e rupturas	57
CAPÍTULO 3: A Venezuela na primeira página dos jornais	63
a. Metodologia da Pesquisa	63
b. A cobertura sobre a instabilidade política de Nicolás Maduro	66
CAPÍTULO 4: Quem vende a crise? O papel da mídia latino-americana	72
a. Das veias abertas às vozes abertas	72
b. Imagens e neoliberalismo: entre o espetáculo e a guerra	78
c. Uma breve nota sobre <i>internet</i> e dependência	84
d. Agências de Notícias: O Sul olhando o Sul (pelo olhar do Norte)	87
CONCLUSÃO	91
BIBLIOGRAFIA	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Crises presidenciais entre 1950 e 2004.....	36
Tabela 2 – Resultados das crises presidenciais de 1990 a 2012 em relação à separação de poderes e a permanência da democracia.....	37
Tabela 3 – Resultado das eleições presidenciais de 1998.....	46
Tabela 4 – Resultados do referendo consultivo de 1999.....	49
Tabela 5 – Mecanismos de participação na constituição venezuelana de 1999.....	50
Tabela 6 – Preço médio do barril de petróleo venezuelano entre 2010 e 2015.....	59
Tabela 7 – Análise de valência dos títulos de notícias sobre Venezuela das primeiras páginas do jornal argentino <i>Clarín</i>	67
Tabela 8 – Análise de valência dos títulos de notícias sobre Venezuela das primeiras páginas do jornal colombiano <i>El Tiempo</i>	67
Tabela 9 – Agências de notícias das imagens do jornal <i>El Tiempo</i>	68
Tabela 10 – Análise de valência dos títulos de notícias sobre Venezuela das primeiras páginas do jornal brasileiro <i>O Globo</i>	69
Tabela 11 – Agências de notícias das imagens do jornal <i>O Globo</i>	69
Tabela 12 – Análise de valência dos títulos de notícias sobre Venezuela das primeiras páginas do jornal mexicano <i>El Universal</i>	70
Tabela 13 – Agências de notícias das imagens do jornal <i>El Universal</i>	70

INTRODUÇÃO

A história latino-americana é marcada por períodos de forte instabilidade política. É possível perceber esta característica pelas crises, golpes e quedas de presidentes que atravessaram diversos países da região nos últimos tempos (COELHO, 2016). Como muitos passaram por ditaduras militares e um período de democratização nos últimos 30 ou 40 anos, a discussão sobre a possibilidade ou não de uma estabilidade política na região torna-se cada vez mais relevante.

Ao mesmo tempo, uma das características da América Latina é a concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucos proprietários (MORAES, 2017), gerando uma falta de diversidade e pluralidade nas informações e opiniões apresentadas. Tanto a cobertura jornalística quanto as propagandas voltam-se a pautas conservadoras e interesses de mercado, tratando a comunicação como campo de batalha ideológica visando o lucro.

Buscamos, através deste trabalho, realizar uma investigação acerca do papel que a mídia latino-americana exerce na cobertura da instabilidade política, econômica e social comum a diversos países da América Latina na contemporaneidade, compreendendo a realidade concreta na qual os países latino-americanos se encontram na chamada “divisão internacional do trabalho”. Especificamente, estudamos a cobertura midiática da crise venezuelana em três meses do ano de 2017 (desde o anúncio de que o presidente Nicolás Maduro convocaria uma Assembleia Constituinte, em maio, até a sua criação, no final de julho). Nosso objetivo, portanto, é abordar a relação de dependência da América Latina com o Norte, nos marcos da Teoria Marxista da Dependência, relacionada a um histórico de instabilidade política, com foco específico no papel da mídia. Assim, entendemos que será possível acrescentar uma perspectiva diferenciada ao debate sobre estabilidade na região, compreendendo os meios de comunicação como parte fundamental de um futuro estável de desenvolvimento e segurança para países latino-americanos.

Partimos, dessa forma, do seguinte questionamento: “Como os meios de comunicação relacionam-se com os episódios de instabilidade política durante o governo de Nicolás Maduro na Venezuela?”. Esta discussão permite abordar as

constantes crises através de uma perspectiva que contempla a atuação midiática e a questão da concentração da mídia.

Para responder à questão, propomos a seguinte hipótese: a mídia latino-americana, organizada em conglomerados econômicos, contribui ativamente para uma visão negativa e descontextualizada da Venezuela através de ferramentas como o sensacionalismo, a espetacularização e a importação de informações e notícias fornecidas por agências de notícias do Norte. Ou seja, compreendemos que a relação intensa entre essas agências com atores da imprensa latino-americana, conforme abordado por Pedro Aguiar (2018), precisa ser investigada para responder ao problema apresentado. Ainda, entendemos que a atuação dos veículos de imprensa de países vizinhos da Venezuela, reproduzindo narrativas importadas de países centrais, contribui para o isolamento do país e a criação de um imaginário repulsivo, utilizado eleitoralmente em outros países, pela máxima “não vamos virar uma Venezuela” – representante, de certa forma, da conhecida frase *thatcherista* “não há alternativa”, legitimando políticas neoliberais em nome de um “fantasma bolivariano”.

Dentre os autores da Teoria Marxista da Dependência que nos auxiliam a um aprofundamento no contexto latino-americano estão Vânia Bambirra (1978), Ruy Mauro Marini (2008) e Theotônio dos Santos (2000). Para um estudo sobre os meios de comunicação na América Latina, consultamos autores como Dênis de Moraes (2017), Muniz Sodré (2006) e Pedro Aguiar (2018). O neoliberalismo, que entendemos como essencial para debater a instabilidade como ordem econômica, política e social, será abordado a partir da obra de Pierre Dardot e Christian Laval (2016).

Para testar a hipótese, realizaremos uma pesquisa sobre a cobertura jornalística da crise Venezuelana no ano de 2017 feita por alguns dos principais jornais latino-americanos. Assim, apresentamos como os títulos de notícias das primeiras páginas das versões impressas de jornais expõem a crise venezuelana e, além disso, a agência de notícias da qual se origina a fotografia – quando disponível – do país. Com apoio da literatura sobre o tema, a dissertação apresenta uma análise sobre os dados recolhidos e, assim, torna-se possível testar as hipóteses apresentadas.

Serão recolhidos, portanto, títulos de notícias de três meses do ano de 2017 – nos momentos cruciais da discussão sobre a Assembleia Constituinte convocada por Maduro – que tratem da crise venezuelana em quatro diferentes jornais de diferentes

países da América Latina: *O Globo*, do Brasil; *Clarín*, da Argentina; *El Tiempo*, da Colômbia; *El Universal*, do México. Há dois motivos para a escolha dos quatro países. Primeiro, dentre os países latino-americanos, Argentina, Brasil, Colômbia e México estão entre os cinco primeiros no Índice Global de Conectividade, da empresa chinesa *Huawei*, do ano de 2017¹. Em segundo lugar, três dos países, que possuem larga extensão territorial, também estão entre os países com grande índice de concentração de mídia – o que se reflete no acesso a jornais na versão *online* – de acordo com dados do Media Ownership Monitor sobre México², Argentina³ e Brasil⁴. A Colômbia insere-se em uma questão geopolítica importante por sua extensa fronteira com a Venezuela.

Dentre as informações, coletamos de qual agência de notícias a imagem presente na primeira página foi reproduzida, levando em conta que todas as informações recolhidas por correspondentes na Venezuela sobre a situação política, econômica e social do país são editadas pelas agências de notícias – sendo as principais a Reuters, France-Presse (AFP) e Associated Press (AP), todas do Norte global – e depois repassadas a cada jornal. As três, dessa forma, são as agências mais relevantes em nível global (AGUIAR, 2018). Assim, os dados nos possibilitam uma visão sobre trajetória das notícias, a economia política da imprensa cotidiana e a forma pela qual a América Latina se informa sobre sua própria região – mediada pelo olhar de países centrais. Montamos, então, uma planilha no *software* Excel que nos possibilita visualizar quais agências de notícias predominam nas imagens e, também, aplicar a metodologia de análise de valências, classificando os títulos de notícias relacionados à crise venezuelana como “favoráveis”, “contrários” ou “ambivalentes” ao governo de Nicolás Maduro.

O trabalho se estrutura, para além desta introdução, da seguinte forma: no primeiro capítulo, realizamos um levantamento bibliográfico e apontamos para discussões teóricas sobre a mídia de massas e o contexto latino-americano contemporâneo marcado pela instabilidade política e pela ascensão do neoliberalismo. Depois, no segundo capítulo, discutimos o histórico venezuelano, contextualizando a ascensão de Hugo Chávez ao poder e as dificuldades do governo de Nicolás Maduro. No terceiro, apresentamos a metodologia utilizada para o estudo e os dados da pesquisa.

¹ Disponível em: <https://www.huawei.com/minisite/gci/assets/files/gci_2017_ranking_en.pdf>. Acesso em: 14 jun 2019.

² Disponível em: <<http://mexico.mom-rsf.org/en/media/online-media/>>. Acesso em: 14 jun 2019.

³ Disponível em: <<http://argentina.mom-rsf.org/en/media/online/>>. Acesso em: 14 jun 2019.

⁴ Disponível em: <<http://brazil.mom-rsf.org/en/media/online/>>. Acesso em: 14 jun 2019.

Logo depois, no quarto capítulo, realizamos um debate acerca da hipótese do trabalho, levando em consideração todo o exposto nos capítulos anteriores.

CAPÍTULO 1: Um histórico de dependência e instabilidade política

Neste capítulo, realizaremos um estudo sobre o significado do neoliberalismo para a América Latina e sua relação com o histórico de dependência existente na região. Assim, será possível iniciar uma discussão sobre a instabilidade política materializada por crises, protestos, e quedas de presidentes, visto que, como demonstraremos, a racionalidade neoliberal tem como aspecto fundamental a competitividade e a instabilidade econômica – divergindo de uma visão equilibrada do mercado do liberalismo clássico. Apesar da discussão inicial sobre a dificuldade de manter uma estabilidade em questões de economia na região, reconhecemos, também, a autonomia do político, entendendo que, apesar de muitas vezes próximas, nem sempre a instabilidade econômica significa, necessariamente, uma instabilidade política – ou vice-versa.

a. Do liberalismo clássico ao neoliberalismo

O liberalismo clássico, expoente do século XIX, passou por dificuldades na virada para o século XX ao se defrontar com crises e guerras que colocavam em evidência as limitações da ideia de *laissez faire*, na qual haveria uma auto-regulação natural do mercado. Como afirmam Pierre Dardot e Christian Laval (2016) na obra *A nova razão do mundo*, o surgimento de grandes empresas, oligopólios e monopólios gerou uma realidade diferente do mercado formado por indivíduos, pequenos produtores e algumas fábricas na qual estavam baseados os liberais clássicos.

O conceito de liberdade no qual está baseado o liberalismo já pode ser encontrado em John Locke (1998[1681]), que parte de um estado de natureza com homens livres que se deturpa em um estado de guerra, gerando a necessidade de um contrato e, conseqüentemente, um governo. A arbitrariedade na qual a lei natural – direitos naturais de vida, liberdade e propriedade – passa a ser utilizada por alguns homens resulta em uma disputa que só pode ser apaziguada pela criação de leis civis. Estas devem respeitar, acima de tudo, a propriedade – fruto do investimento de trabalho – dos homens, fundamental para o ser humano e sua relação com o meio e como sociedade no pensamento lockeano. Para ele:

27. Embora a Terra e todas as criaturas inferiores sejam comuns a todos os homens, cada homem tem uma propriedade em sua própria pessoa. A esta ninguém tem direito algum além dele mesmo. O trabalho de seu corpo e a obra de suas mãos, pode-se dizer, são propriamente deles. Qualquer coisa que ele então retire do estado com que a natureza a proveu e deixou, mistura-a ele com o seu trabalho e junta-lhe algo que é seu, transformando-a em sua propriedade. Sendo por ele retirada do estado comum em que a natureza a deixou, a ela agregou, com esse trabalho, algo que a exclui do direito comum dos demais homens. Por ser esse trabalho propriedade inquestionável do trabalhador, homem nenhum além dele pode ter direito àquilo que a esse trabalho foi agregado, pelo menos enquanto houver bastante e de igual qualidade deixada em comum para os demais. (LOCKE, 1998[1681], p. 407-409)

Podemos perceber, em Locke (1681/1998), tanto uma ênfase que preserva as leis de mercado, na propriedade, em que o governo deve interferir o mínimo possível, quanto a defesa de uma liberdade política contextualizada com uma posição anti-absolutista – entendendo a importância do poder do Parlamento – e favorável à pluralidade de ideias. Os pilares do Estado civil, no individualismo e no direito natural à propriedade, fazem Locke ser reconhecido como o *pai do liberalismo*. Como explica Norberto Bobbio (2000), o *jusnaturalismo* lockeano se deve ao reconhecimento de que, no hipotético estado de natureza, as leis naturais, apesar de existirem, não seriam sempre respeitadas pelos homens, o que o faria se degenerar e retiraria sua possibilidade de paz perpétua. Por isso, haveria a necessidade de surgimento do estado civil, evitando o estado de guerra hobbesiano de todos contra todos.

No entanto, um desenvolvimento do pensamento econômico liberal capitalista será formado somente com o britânico Adam Smith (1996), na sua obra *A Riqueza das Nações*, lançada pela primeira vez no ano de 1776. Entendendo a divisão do trabalho e o mercado como naturais da evolução racional do homem, Smith (1996) apresenta uma ordem social capitalista na qual a estabilidade, ou seja, o equilíbrio, é o resultado natural de relações comerciais sem interferências do Estado. A relação entre dois interesses privados, em vez de resultarem em uma disputa violenta, se resolveria pelo comércio gerando vantagens para ambos os lados – ainda que nem sempre na mesma forma ou quantidade. Esse equilíbrio vantajoso do mercado deveria ser constituído pelo estabelecimento de uma ordem que respeitasse a vontade do indivíduo de empregar seu capital onde quisesse, sem ser orientado ou coagido por qualquer força estatal.

É possível encontrar, em Smith (1996), a visão de que os interesses particulares – e “livres” – dos indivíduos levariam, em última instância, ao benefício de toda a

sociedade. Segundo ele, quando alguém age somente para alcançar e garantir vantagens para si mesmo, acaba promovendo “o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quando tenciona realmente promovê-lo. Nunca ouvi dizer que tenham realizado grandes coisas para o país aqueles que simulam exercer o comércio visando ao bem público.” (SMITH, 1996, p. 438).

Esta percepção do funcionamento da sociedade pode ser comparada com a concepção de Bernard Mandeville (2011) sobre as ações dos indivíduos e seu reflexo em um sistema coletivo, exposta na famosa *Fábula das Abelhas*. Para ele, seriam os vícios particulares que construiriam a virtude pública. Apesar das divergências com relação ao individualismo nos dois autores⁵, é possível encontrar em Smith (1996) um retorno aos ideais de Mandeville na formulação sobre a divisão do trabalho⁶ como fundamental para a produção e o desenvolvimento saudável das riquezas de um país. Partindo de um princípio da troca e negociação como inerentes à natureza humana, além de compreender a propriedade como um direito natural, o economista britânico encontra nas diferenças de talentos e “índoles”, que se manifestam praticamente pela divisão do trabalho, uma auto-regulação do chamado mercado – exemplificada pela ideia da “mão invisível” – que faria com que os indivíduos promovessem os interesses públicos independentemente de suas intenções.

Também o inglês David Ricardo (1996), em *Princípios de Economia Política e Tributação*, representa o desenvolvimento do pensamento liberal econômico nos marcos do desenvolvido pela produção de Smith. Voltando-se para a análise da sociedade em que prelavece o equilíbrio que permite o progresso que, segundo ele, o mercado proporciona, o autor apresenta a chamada *teoria das vantagens comparativas*. Como exemplifica Ricardo (1996), no comércio de tecidos e vinhos entre Inglaterra e Portugal, a tendência no livre comércio é que Portugal se especialize na produção de vinhos e a Inglaterra, na produção de tecidos, de acordo com as vantagens comparativas entre estes

⁵ Smith (1999), na obra *Teoria dos Sentimentos Morais*, discorda da forma pela qual Mandeville (2011) aborda as atitudes do indivíduo voltadas para o benefício da sociedade ou de outros. Para Mandeville (2011), um homem só poderia realizar uma ação que fosse positiva para alguém que não a si mesmo se fosse ganhar com isso ou por pura vaidade. O egoísmo constitutivo do ser o impediria, em certa forma, de realizar atitudes caridosas ou que exijam sacrifícios em prol do outro senão por puro objetivo vaidoso. Smith (1999, p. 383) entende que “o desejo de fazer o que é honroso e nobre, de nos convertermos em objetos apropriados de estima e aprovação, não pode, com propriedade, ser chamado de vaidade”.

⁶ Como exemplifica o autor, um operário levaria muito tempo para produzir um único alfinete, porém, quando focado em um setor específico numa rede de produção de alfinetes, o operário consegue ter uma produtividade muito maior (SMITH, 1996).

países. Isto significaria um ganho para os dois países, em um sistema que se equilibra de forma vantajosa.

Os dois autores, Smith (1996) e Ricardo (1996), encontram no livre comércio e na livre circulação de mercadorias uma possibilidade de equilíbrio do mercado que evitaria ou diminuiria a crise de certos segmentos. A interferência do Estado pela tributação no comércio ou no direito natural à propriedade geraria efeitos negativos que atrapalhariam e deturpariam esse progresso econômico possível pela estabilidade do mercado.

Como explicam Dardot e Laval (2016), os chamados liberais clássicos precisam ser compreendidos como figuras que pensam e atuam em um contexto de Estado absolutista, o que torna suas obras verdadeiros combates teóricos revolucionários com o *status quo*. Existia, portanto, uma vontade de mudança das estruturas da organização econômica – manifestada, por exemplo, na teoria do valor de Smith – que teria como efeito o avanço do capitalismo e a diminuição dos poderes do Estado Absolutista. A raiz do liberalismo clássico, todavia, encontra-se ligada à ideia de direitos naturais à propriedade, explicados pela própria natureza humana ou pelo poder divino. Além disso, a ideia do capitalismo *laissez faire*⁷ é mais tarde confrontada com uma realidade marcada por oligopólios e monopólios de grandes corporações empresariais que adquirem uma grande estrutura organizacional e poder econômico.

A Crise de 1929 foi o ápice para o surgimento da necessidade de uma nova racionalidade que superasse o liberalismo clássico e compreendesse os desafios do novo século. No entanto, a despeito da vontade dos chamados neoliberais, é o keynesianismo que ascende como saída para a conservação do capitalismo. Contra a economia política clássica e seus argumentos aporísticos contrários ao reconhecimento da importância do papel do Estado na economia, John Keynes (1996) propõe, grosso modo, o uso da máquina pública, através de investimentos para geração de empregos e uma mínima distribuição de renda que garantisse a possibilidade de consumo no ciclo econômico. Somente assim, para ele, seria possível garantir a livre iniciativa e o funcionamento estável da economia.

⁷ *Laissez faire* é uma expressão francesa que simboliza a não-interferência no mercado, a livre concorrência e o direito à propriedade. Como explica Keynes (1924/1984), em um artigo intitulado *O Fim do Laissez Faire*, os economistas do século XVIII entendiam que o *laissez faire* foi responsável pelo desenvolvimento de grandes cidades como Londres.

Dessa forma, podemos perceber em Keynes (1996) uma preocupação com a impossibilidade do pleno emprego e com o alto índice de desigualdade na sociedade capitalista. Sua crítica ao *laissez faire* voltava-se para o reconhecimento da impossibilidade de um individualismo e de uma economia de mercado que alcançassem, sem regulação, um equilíbrio na sociedade moderna (KEYNES, 1984). Todavia, a preocupação do keynesianismo ainda é a busca de uma economia que consiga manter-se estável diante dos problemas que o livre mercado desregulado pode causar. Para Dardot e Laval (2016), enquanto as teorias keynesianas que utilizam, em tese, meios opostos aos princípios do *laissez faire* para defender o próprio liberalismo representam um “novo liberalismo”, o chamado “neoliberalismo” – sobre o qual discutiremos a seguir – entende que as ações do Estado são necessárias somente na medida em que desenvolvem e purificam a livre concorrência, tendo como elemento chave a valorização da concorrência. Para além do *laissez faire*, como aponta Michel Foucault (2008), o pós-Segunda Guerra será marcado pela defesa de uma economia regulada pelo princípio da concorrência pura, legitimando o exercício do poder político em escala global por meio de uma economia de mercado.

Para tentar resgatar e renovar o liberalismo, alguns autores e pensadores⁸ vão se reunir em Paris no ano de 1938 no chamado Colóquio de Walter Lippmann⁹, para discutir um livro do autor chamado *The Good Society* (REINHOUDT; AUDIER, 2018). Lippmann, compreendendo os erros que deturparam o equilíbrio de oferta e demanda da sociedade do *self made man* pré-Crise de 29, queria evitar apoiar o reformismo social de políticas reguladoras ou redistributivas que caracterizavam o keynesianismo hegemônico e as teorias coletivistas dos países socialistas. Para ele, enquanto o liberalismo clássico seria uma teoria negativa – voltada para a ideia de não-intervenção – o neoliberalismo precisava ser uma teoria positiva, buscando compreender como o mercado poderia ser uma ordem construída e sustentada pelo Estado, que trabalharia para reestabelecer a livre concorrência. As instituições de um Estado liberal, os seus três poderes, portanto, seriam essencialmente jurídicas (DARDOT; LAVAL, 2016).

⁸ Como demonstram Jurgen Reinhoudt e Serge Audier (2018), estiveram presentes no Colóquio: Alexander Rüstow, Alfred Schutz, André Piatier, Auguste Detoef, Bernard Lavergne, Bruce Hopper, Ernest Mercier, Étienne Mantoux, Friedrich von Hayek, Jacques Rueff, John Bell Condliffe, José Castillejo, Louis Baudin, Louis Marlio, Louis Rougier, Ludwig von Mises, Marcel Bourgeois, Marcel van Zeeland, Michael Heilperin, Michael Polanyi, Raymond Aron, Robert Marjolin, Roger Auboin, Stephan Possony, Walter Lippmann, Wilhelm Röpke.

⁹ Walter Lippmann, como abordaremos mais à frente, também discorrerá sobre mídia e opinião pública.

De forma semelhante, o francês Louis Rougier (2018), presente no Colóquio, vai defender o que chama de “liberalismo construtivo”. O autor defende, dessa forma, um intervencionismo jurídico positivo para garantir a existência e continuidade da sociedade capitalista. Concordando com o pensamento de Lippmann, ele entende que o regime liberal, portanto, caracterizado por uma lei de equilíbrio econômico, em vez de resultado de uma divindade ou da evolução da natureza humana, seria construído, na realidade, a partir de um ordenamento jurídico resultado do intervencionismo positivo do Estado.

Sem, todavia, ceder ao coletivismo que, para Rougier (2018), caracterizariam o socialismo e o fascismo, o autor entende que um intervencionismo estatal pode ser negativo ou positivo, dependendo da forma e dos motivos pelos quais ele é aplicado. Ou seja, todas as formas de ação estatal compatíveis e que não interferissem diretamente no sistema de formação de preços poderiam ser cogitadas. Além disso, o pensador francês ainda elogia a iniciativa de Lippmann ao contextualizar os problemas econômicos com aspectos políticos, psicológicos e sociológicos. Para ele, pensar uma ordem econômica liberal é, também, pensar o *homo oeconomicus* dessa sociedade.

Esta visão vai ser contestada, por exemplo, por Ludwig von Mises e Friedrich Hayek durante o colóquio (REINHOUDT; AUDIER, 2018). Os dois defendem uma visão contrária à tentativa de classificar certos intervencionismos como positivos. Mises, durante o evento, defende que, no caso dos monopólios, apontados por alguns como resultado do liberalismo *laissez faire* representados por Smith e Ricardo: “não é a livre atuação do jogo econômico, mas as políticas de governo anti-liberais que criaram as condições favoráveis para o surgimento de monopólios”¹⁰ (REINHOUDT; AUDIER, 2018, p. 121, tradução nossa). Como exposto por Dardot e Laval (2016), em vez da visão de Rougier onde a concorrência precisa ser estabelecida pelo Estado, a visão do austríaco Mises é voltada para a não intervenção absoluta da máquina estatal, visto que esta seria a causa dos males antes atribuídos ao mercado desregulado.

As críticas de Mises ao “liberalismo construtivo” são voltadas para uma diferente visão do papel que o Estado deve cumprir, sendo sua intervenção no sistema econômico classificada como o germe do socialismo, ou seja, seu estágio inicial de

¹⁰ “It is not the free play of economic forces, but the anti-liberal policies of governments, that has created the conditions favorable to the establishment of monopolies” (REINHOUDT; AUDIER, 2018, p. 121).

desenvolvimento. Por isso, o austríaco compreende que o Estado é um aparelho social de coerção, que se volta contra a liberdade dos homens (MISES, 2010).

Para Mises (2010), a tentativa de criar uma sociedade equilibrada e igualitária por meio da justiça social proporcionada pela máquina estatal ou da abolição da propriedade privada, retiraria os incentivos de inovação possibilitados pelo sistema de mercado, focado no indivíduo e na concorrência. O estímulo ao autogoverno do homem é, a partir da ciência apriorística chamada *praxeologia*¹¹ – na qual o cálculo racional em que se busca mais vantagens a partir de escolhas aleatórias da prática da vida humana – de certo modo, naturalizado (MISES, 1990). Cada sujeito torna-se, cada vez mais, um empreendedor de si, inserido em uma sociedade de mercado competitiva, individualista e instável.

A rejeição do austríaco ao intervencionismo, todavia, não pode ser confundida com uma defesa de uma sociedade sem Estado. A visão otimista que o anarquistas têm da natureza humana, para Mises (2010), acabaria levando à ideia de que as pessoas respeitariam as regras do mercado e da convivência entre os indivíduos de forma voluntária. Ao não entender a verdadeira natureza humana, o anarquista se diferenciaria dos liberais por não compreender a necessidade do uso de alguns meios coercitivos que impõem regras de conduta para a cooperação pacífica em sociedade. Segundo ele: “o anarquismo somente seria praticável num mundo de anjos e santos” (MISES, 2010, p. 64).

Como continuidade da troca de ideias do Colóquio, Hayek fundará a chamada Sociedade de Mont Pèlerin no ano de 1947. Apontada por Dardot e Laval (2016) como um prolongamento do Colóquio Walter Lippmann que funcionaria próximo do que hoje é classificado com um *think tank*, a sociedade acabaria por representar a ascensão da racionalidade neoliberal que ditará o Estado liberal forte que constrói a sociedade de mercado e, como um “código de trânsito”, somente aponta as regras gerais pelas quais ela funciona e pune os que tentam sabotá-la. O “Estado de direito” assume uma importância, em Hayek (1998), na qual o direito privado – resultado de uma evolução cultural de tentativa e erro na humanidade – exerce papel fundamental na manutenção da sociedade de mercado. O próprio Estado fica submetido ao direito privado,

¹¹ A *praxeologia*, para Mises (1990), é a ciência geral da ação humana, pela qual o ser humano busca certos objetivos a partir dos meios dos quais dispõe. A partir desta ciência que, para ele, seria uma verdade *a priori*, o autor compreende que a economia seria resultado das escolhas do homem.

funcionando de forma mais parecida com uma administração econômica do que uma máquina estatal política e democrática voltada para a participação popular. Para ele, diante da ameaça de grupos que buscam usurpar o poder para fazer valer seus próprios interesses “anti-liberais”, o Estado precisaria ser forte em seu braço jurídico para se proteger. Aqui, percebemos como o resultado da instabilidade inerente à ordem de mercado competitiva do neoliberalismo precisa ser controlado e reprimido, quando necessário, pelo uso da força.

Na sua obra *Caminho da Servidão*, Hayek (2010) defende que é necessária, no ambiente internacional, a existência de uma autoridade central. Esta, em vez de exercer um poder tirânico econômico sobre as nações, estimulando a disputa de classes ou visando uma proteção desigual para nações menos desenvolvidas, deve, pelo contrário, usar de seu poder político para frear anseios econômicos que limitem o livre mercado internacional. Sua preocupação com guerras e disputa de poder está intrinsicamente ligada à proteção do mercado pelo direito, neste caso, pelo próprio Direito Internacional, pequeno porém poderoso, fazendo valer sua autoridade na manutenção da paz.

David Harvey (2011), no livro *O neoliberalismo: história e implicações*, entende que um dos principais efeitos do avanço do neoliberalismo foi a “financeirização” do mundo. De grandes empresas com produtos imateriais até a mercantilização de recursos naturais, cada vez mais a separação entre capital produtivo e capital financeiro foi diminuindo. O mercado financeiro, marcado pelos fortes sobe-e-desce das ações que animam os investidores, passa para um papel fundamental nesta fase de avanço do capitalismo. Ao mesmo tempo, os processos políticos, junto dos meios de comunicação de massa, encarregam-se de legitimar uma ordem que, para ele, funciona visando a manutenção de uma classe dominante, que concentra cada vez mais riquezas em um mundo extremamente desigual. As desregulações permitem, ainda, um forte poder corporativo nos mais diversos setores: meios de comunicação, indústria farmacêutica, transportes e inclusive setor energético. Além disso, muitas das empresas privadas monopolistas, por trás da defesa da ideia de meritocracia e sucesso individual, utilizam do próprio Estado como ferramenta para garantir seus interesses, por vantagens ou proteções (HARVEY, 2011). Enquanto Mises culpava o próprio Estado pela formação de oligopólios durante o Colóquio Walter Lippmann (REINHOUDT; AUDIER, 2018),

o neoliberalismo concreto acaba indo contra, de forma paradoxal, um dos seus próprios paradigmas: a necessidade de existir a concorrência.

A partir do debate exposto, foi possível perceber que a ascensão da racionalidade neoliberal apresenta divisões profundas com o liberalismo clássico de Smith e Ricardo ou, nas raízes, com o pensamento político de Locke. Destacamos aqui o abandono da ideia de uma sociedade na qual o individualismo dentro do mercado leva a um equilíbrio progressista, com vantagens para ambos os lados, tanto entre os indivíduos quanto entre as nações. Aliás, pelo contrário, as ideias de Mises e Hayek, por exemplo, apontam para uma visão positiva da instabilidade econômica, resultado da forte competição entre os homens, que é positiva para a evolução, a inovação e o crescimento econômico. Os excessos de instabilidade, todavia, precisariam ser controlados por um Estado forte juridicamente, voltado para a criação de regras mínimas e punições, evitando revoluções ou a ascensão de políticas redistributivas e intervencionistas. No cenário internacional, a racionalidade neoliberal acaba, assim, indo de frente com defensores de políticas protecionistas ou desenvolvimentistas dos chamados teóricos da dependência, sobre os quais discorreremos a seguir.

b. A teoria marxista da dependência

Os desafios de desenvolvimento impostos aos países subdesenvolvidos foram o motor para o aparecimento de diferentes ideias para superar sua situação política, social e econômica. Apresentaremos, aqui, uma breve discussão sobre as chamadas teorias da modernização e as teorias da dependência, com foco na teoria marxista da dependência e sua análise materialista da situação dos países latino-americanos.

As teorias da modernização surgem para explicar a situação dos países chamados subdesenvolvidos, como sociedades tradicionais, e busca encontrar a forma pela qual estes devem se desenvolver e chegar ao patamar de uma sociedade moderna. Diversos pensadores, portanto, dedicam-se ao tema partindo de uma perspectiva modernizadora que levaria ao progresso econômico e à estabilidade política.

O sociólogo estadunidense Seymour Lipset (1959), no texto *Some social requisites of democracy: economic development and political legitimacy*, conecta a estabilidade política da democracia à modernização socioeconômica. Para ele, o

desenvolvimento econômico e a legitimidade são fatores essenciais para compreensão do problema da estabilidade política. Um processo de modernização, que mudasse as estruturas econômicas e sociais nas quais estava baseada uma sociedade arcaica, em aspectos como educação, urbanização, burocratização e comunicação de massa, aumentaria a chance de uma manutenção estável da ordem democrática. O melhor caminho para a América Latina seria seguir os mesmos passos da Europa:

Se for permitido à América Latina se desenvolver por si mesma, podendo aumentar sua produtividade e as classes médias, existe uma boa chance de que os países latino-americanos sigam na direção dos países europeus. O recente desdobramento, incluindo a queda de muitas ditaduras, reflete os efeitos do aumento da classe média, de riquezas e de uma melhor educação (LIPSET, 1959, p. 102, tradução nossa).¹²

Lipset (1959), é claro, não descarta a “ameaça” representada por grupos como os comunistas, que poderiam atrapalhar a estabilidade. A presença destes atores em países menos urbanizados da Europa, segundo ele, corrobora sua hipótese. Seu objetivo de encontrar condições determinantes para uma democracia estável, ainda, revela a importância que o aumento da classe média assume para a disseminação e manutenção de democracias, visto seu caráter – segundo ele – moderador e contrário a partidos extremistas.

Outro autor importante que abordará a questão da modernização e da estabilidade democrática a partir de um paradigma diverso é Samuel Huntington (1975). Diferentemente do exposto por Lipset, Huntington entende que a modernização, apesar de necessária para o crescimento econômico e para superar a condição arcaica de certas sociedades, tenderia, ao contrário, a uma forte instabilidade política e social. Tal fator seria resultado tanto do maior crescimento econômico quanto da possibilidade de mobilização social, com maior disputa por poder entre diversos grupos. Para se sustentar, seriam necessários atores de “pulso forte” no Estado, com caráter modernizador e firme – como, por exemplo, os militares.

Huntington (1975), dessa forma, enfatiza a importância do aspecto institucional do desenvolvimento do sistema político para garantir a existência e a continuidade de um processo de modernização. Além disso, a própria “cultura de desconfiança” entre

¹² “If Latin America is allowed to develop on its own, and is able to increase its productivity and middle classes, there is a good chance that many Latin American countries will follow in the European direction. Recent developments, including the overthrow of a number of dictatorships, in large measure reflect the effects of an increased middle class, growing wealth, and increased education” (LIPSET, 1959, p. 12).

grupos e pessoas de países subdesenvolvidos, como da América Latina ou África, exigiria uma atenção maior para a forma de se construir uma organização política eficiente. O autor apresenta, assim, o impacto da modernização na consciência política a partir de dois níveis: no psicológico, ela resultaria em uma mudança de valores e atitudes, na qual as modificações exigidas para superar a sociedade arcaica passam a ser desejáveis; no nível intelectual, esta modernização resultaria em uma democratização do conhecimento e especialização de profissões por meio da alfabetização, educação e pelo papel exercido pelos meios de comunicação.

Ao descrever suas sete teses equivocadas sobre a América Latina – contestando as ideias das teorias da modernização –, Rodolfo Stavenhagen (1981), destaca, dentre elas, a ideia de uma sociedade dual na qual o arcaico deveria ser desenvolvido para chegar ao moderno. Uma perspectiva estrutural sobre o capitalismo, como ressalta o autor, levaria a uma compreensão de que, na realidade, o subdesenvolvimento, o atraso, seria resultado do próprio desenvolvimento. Ou seja, o arcaico e o moderno seriam resultados do mesmo processo histórico e as relações entre essas “duas sociedades” faz, na realidade, parte de uma só sociedade global.

Além disso, essa visão da modernização como o caminho a ser seguido pelos países subdesenvolvidos carrega, em si, um pressuposto etapista e evolucionista. Dentro desta concepção, ainda, existiria a ideia – não necessariamente verdadeira – de que a classe média latino-americana seria um agente progressista e desenvolvimentista, ao invés de submissa diante da divisão internacional do trabalho. Se o capitalismo funciona pela da relação entre zonas rurais e urbanas, não haveria motivos para crer em um interesse modernizador por parte da burguesia nacional (STAVENHAGEN, 1981).

A relação centro-periferia também é explorada, por exemplo, pelo sociólogo Florestan Fernandes (1975), que divide em quatro fases a forma de dominação externa sob a qual foi submetida a região. Primeiro há o antigo sistema colonial, para o qual foram transplantados padrões ibéricos da estrutura social, de forma a garantir vantagens para a Coroa em uma economia caracterizada pelo extrativismo, com uma ordem política estamental e dependente. A segunda, chamada neocolonial, ocorre devido à desagregação do sistema anterior, com uma economia voltada para o mercado mundial e a presença de bancos e agências comerciais estrangeiras unidas a uma classe “exportadora”, em especial de produtores rurais. São importados e absorvidos, assim, processos básicos de crescimento e desenvolvimento econômico. Na terceira fase,

imperialista, as influências externas impactam todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura, motivada pela revolução industrial europeia e pela reorganização do capitalismo mundial. Aqui, o modelo de estrutura econômica de importação-exportação preservou a produção de matéria-prima e bens primários dos países periféricos. Finalmente, na última fase, o capitalismo monopolista, a hegemonia dos Estados Unidos consolida-se e grandes empresas corporativas do Norte passam a atuar em escala mundial. Aqui, a ação do *marketing*, da propaganda de massas e de mecanismos financeiros que possibilitam associação de empresas estrangeiras com sócios locais garantem a manutenção da dependência de países subdesenvolvidos.

O breve histórico apresentado por Florestan (1975) nos auxilia em uma visão sobre duas questões presentes no debate levantado pelos teóricos da dependência: as estruturas capitalistas internas absorvidas pelos países periféricos, que inibem uma integração nacional e o desenvolvimento econômico; uma dominação externa que, apesar de estimular a modernização, a limita visando conter uma revolução nacional e a possibilidade de disputa por hegemonia no ambiente internacional. Mesmo existindo uma forte tradição de extração de valor no capitalismo periférico, este também seria caracterizado pela apropriação dos excedentes econômicos pelos países de centro. Além disso, destacamos o papel que os meios de comunicação, ligados ao domínio estadunidense, exercem no capitalismo monopolista. Sua função passava tanto por uma legitimação do sistema vigente quanto pela expansão da própria propagação das grandes empresas estrangeiras pelo país sem, no entanto, garantir uma integridade nacional emancipatória.

A criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) em 1948, pelo Conselho Econômico Social das Nações Unidas, possibilitou o debate intelectual e acadêmico acerca das condições concretas da região e sobre as possibilidades de desenvolvimento econômico e superação da pobreza. Teóricos e pesquisadores latino-americanos passaram, assim, a construir suas próprias visões sobre o capitalismo mundial e seus efeitos para a América Latina. As ideias cepalinas que buscavam a industrialização, por exemplo, pela substituição de importações ou dentro do próprio modelo capitalista e em sua mesma forma, serão criticadas pelos teóricos da chamada Teoria Marxista da Dependência.

Um expoente deste período é André Gunder Frank (1970), que, a partir de uma análise marxista-leninista sobre as contradições do capitalismo e da divisão

internacional do trabalho, indica que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são “faces opostas da mesma moeda”. O histórico colonial da região resultaria nesta dependência em que a possibilidade de modernização da América Latina estaria condicionada – e limitada – aos interesses dos centros, Europa e Estados Unidos. Esta estrutura econômica dialeticamente contraditória só poderia ser superada a partir de uma ruptura com o modo de produção vigente visando um desenvolvimento emancipatório.

Aqui, percebemos que Frank (1970) argumenta no mesmo sentido que Stavenhagen (1981), indo contra a tese de que na América Latina a realidade da estrutura econômica seria na verdade feudalista e não capitalista. Além do fato de a produção de bens primários nestes países ser, em geral, voltada para o abastecimento do capitalismo no centro, funcionando, portanto, dentro desta mesma estrutura, também podemos destacar como essa relação centro-periferia se reproduz dentro destes próprios países, onde as áreas urbanizadas e grandes cidades seriam o moderno enquanto o campo e o interior representariam o arcaico.

Nesse mesmo sentido, a teoria do sistemas-mundo, de Immanuel Wallerstein (1974), apresenta um caráter sistêmico e estruturalista ao constatar que há categorias não fixas nas quais os países podem se classificar de acordo com aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais: periferia, semi-periferia e países do centro. Nas interações globais da ordem capitalista, a diferença material entre os países acentua a relação de dependência entre os países das três categorias apresentadas.

Destacando o caráter dialético do histórico latino-americano, a partir de uma perspectiva materialista, Ruy Mauro Marini (2008) discute como o capitalismo dependente latino-americano se diferencia do capitalismo industrializado de países de centro. No segundo, o duplo caráter do trabalho se dá pelo fluxo de produção e circulação da mercadoria existente dentro destes países. O consumo individual da mercadoria produzida pelos próprios trabalhadores encerra um ciclo que reproduz o modo de produção. Já no primeiro, com economias baseadas na exportação de matéria-prima e bens primários, a circulação da mercadoria ocorre majoritariamente no mercado externo. Assim, a exploração da força de trabalho acaba não necessariamente se comprometendo com o consumo na ponta final desta relação, visto que os produtos voltam-se, em maior parte, a países de centro. O acentuamento das contradições do capitalismo na região se agrava com a facilidade de reposição da mão-de-obra devido ao alto “exército de reserva”, ou seja, um grande número de desempregados.

Assim, mesmo uma tentativa de industrialização na América Latina de forma parecida com a qual o Norte se desenvolveu não converteria sua economia em uma economia industrial. Pelo contrário, suas indústrias seriam subordinadas à divisão internacional do trabalho e, portanto, voltariam-se à exportação para países de centro (MARINI, 2008). Neste sentido, ficaria difícil imaginar que, para a região, um processo de modernização tenderia à estabilidade política, como afirma Lipset (1959). Também não seria possível uma mudança estrutural pela industrialização e desenvolvimento econômico nos marcos do apontado por Huntington (1975)¹³. Para a Teoria Marxista da Dependência, uma ruptura com o modo de produção passa a ser essencial, visto que alcançar o desenvolvimento do Norte dentro das estruturas capitalistas atuais não seria possível.

No entanto, a teoria da dependência é, muitas vezes, exposta a partir da obra de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (2011). Os referidos sociólogos partem de uma abordagem chamada “estrutural-histórica” entendendo que a própria estrutura da ordem capitalista se modificou ao longo do tempo, possibilitando a ascensão econômica e social de países subdesenvolvidos. A viabilidade do capitalismo na periferia seria o caminho para o desenvolvimento da região e a superação de suas condições econômicas. Críticos, assim, do pensamento de Frank (1970), os dois autores acreditam que políticas reformistas visando a modernização da economia poderiam desenvolver os países da região.

Existiriam, para eles, diversos modos de subdesenvolvimento, dentre os quais alguns estariam mais ligados, de forma “colonial”, ao mercado mundial enquanto outros se enquadrariam em economias “nacionais”. A historicidade desta relação desenvolvimento-subdesenvolvimento, entretanto, permite que Cardoso e Faletto (2011) não rejeitem a importância do debate sobre dependência. Ambos, porém, assumem que as funções sociais dos países no ambiente internacional, caracterizados pela classificação centro-periferia, poderiam sofrer transformações a partir de mudanças nos fatores político-sociais internos de cada país, visando aproveitar as condições ou

¹³ Vale destacar que autores das chamadas Teorias da Comunicação para o Desenvolvimento, conhecidas também como DevCom ou C4D, aproximam-se da mesma escola de pensamento de Samuel Huntington, visando o “desenvolvimento” e a “modernização”, baseados em uma tradição positivista e funcionalista da própria comunicação. Assim, eles exploram a relação entre os meios de comunicação e as mudanças sociais necessárias para um projeto desenvolvimentista de um país, visando superar a “sociedade atrasada” ou “arcaica”. Dentre esses autores estão, por exemplo, Wilbur Schramm e Daniel Lerner (1973).

oportunidades de desenvolvimento que apareceriam pelas próprias mudanças no progresso histórico da estrutura. Assim, rejeitam a abordagem denominada “determinista”, no sentido econômico, dos teóricos marxistas.

Nildo Ouriques (2015) critica a ampla divulgação das teses de Cardoso e Faletto (2011), especialmente no período da ditadura militar, quando as obras de Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra, por exemplo, eram censuradas. Assim, a visão mais aceitável para o Norte e a burguesia nacional dos países periféricos, onde qualquer perspectiva revolucionária e de ruptura com o sistema capitalista era descartada, passou a ser hegemônica nas universidades e no meio acadêmico. Segundo Ouriques, essa *sociologia da ordem*, ou seja, a produção sociológica voltada para a manutenção da ordem dominante, tentou, inclusive, apagar o histórico militante e político de Florestan Fernandes (1975) e sua visão sobre o capitalismo dependente.

Alguns pontos e respostas sobre as limitações das críticas a Teoria Marxista da Dependência serão apresentados por outra importante acadêmica, Vânia Bambirra (1978), no livro *Teoría de la dependencia: una anticrítica*. Dentre as críticas comuns estavam a visão de que os teóricos marxistas da dependência eram economicistas, nacionalistas ou que seria um pensamento perigoso. Em primeiro lugar, Bambirra (1978) entende que uma abordagem marxista não prende as ciências sociais a categorias fechadas como “economia”, “sociologia” ou “história”, sendo a análise estrutural de classes o paradigma para investigar os fatores e as relações de produção superestruturais. Sobre a segunda crítica, ela aponta que o marxismo sempre se propôs a uma luta internacional da classe trabalhadora, porém reconhecendo que as nações e suas contradições internas são, também, uma realidade concreta. Como afirma Vânia (1978, p. 55): “Lenin siempre fue internacionalista pero no por eso dejaba de ser ruso”.

Já o perigo anunciado pelo aspecto revolucionário da teoria, discutido anteriormente através da obra de Nildo Ouriques (2015), nos permite compreender que a instabilidade econômica e política provocada pela própria estrutura capitalista incentivava, de certo modo, o conflito de classes – principalmente após a vitória da Revolução Cubana de 1959 – levando à “necessidade”, nos marcos já definidos por Huntington (1975), de uma força estabilizadora na América Latina. Como, todavia, os governos neoliberais após as ditaduras militares da região poderiam exercer este controle evitando a ascensão de movimentos revolucionários?

c. Os governos neoliberais

Em uma breve discussão sobre a história do neoliberalismo, Perry Anderson (1995) aponta para a primeira experiência neoliberal em um país, na ditadura chilena de Augusto Pinochet. Dentre as consequências das políticas econômicas de Pinochet, bastante influenciado pelos Chicago Boys¹⁴ alunos de Milton Friedman, estavam a desregulação, o aumento do desemprego, a repressão a setores organizados de trabalhadores e organizações sindicais, privatizações e aumento da concentração de renda.

O fato de o neoliberalismo, na prática, ter sido implementado em uma ditadura não pode ser visto como uma contradição, conforme ressalta Anderson (1995). Os perigos de uma democracia permitir a ascensão de grupos considerados extremistas – em especial, os comunistas – já era considerado por Hayek (1998) ou Mises (2010). Por isso, os dois entendem que o governo precisa ser forte para sustentar a si mesmo e evitar revoluções, violência ou rupturas intensas. O crescimento econômico do Chile durante a ditadura, junto ao aumento da desigualdade e de conflitos sociais e políticos intensos, demonstra na prática a preocupação dos autores neoliberais.

Como ressaltado por Naomi Klein (2008), o sucesso das práticas cepalinas voltadas ao desenvolvimentismo no Cone Sul atrapalhava a ascensão das ideias neoliberais. Em especial, incomodava a Escola de Chicago nos Estados Unidos, que tem como uma de suas principais figuras o professor Milton Friedman. Para ela, Friedman utiliza da chamada *doutrina de choque*, relacionada a tratamentos por lobotomia, para retornar a um estado “natural” onde a tradição intervencionista não teria deturpado o comportamento das pessoas. Através deste “remédio amargo” – ou seja, políticas de austeridade que cortam gasto do Estado, inclusive voltados para diminuir desigualdades sociais – seria possível retornar a um capitalismo “puro e equilibrado” nos marcos do *laissez faire* defendido por Adam Smith e Ricardo.

O Estado, todavia, desempenha um papel importante na aplicação dessas políticas e, além disso, atua para frear demandas de atores da classe trabalhadora

¹⁴ Os Chicago Boys eram um grupo de economistas favoráveis às ideias de Milton Friedman, que, na época, era professor da Universidade de Chicago (HARVEY, 2011, p. 18).

organizada, especialmente os sindicatos (HARVEY, 2011; ANDERSON, 1995; KLEIN, 2008). Aqui, fica evidente uma contradição para além da já discutida anteriormente sobre o papel do Estado como punidor e legitimador do mercado existente em Mises ou Hayek. Há uma atuação punitiva e, de certo modo, reativa aos trabalhadores organizados que, no caso chileno, caracterizou a ditadura Pinochet ou, no caso britânico, caracterizou o governo de Margaret Thatcher.

Rapidamente, estes governos se espalharam pelo mundo, especialmente após o avanço do capitalismo, através da chamada globalização. Como destaca Milton Santos (2015) em *Por uma outra globalização*, todo este processo significou, durante o século XX, a dominação material e ideológica do mundo pelo capital, carregando um discurso mercadológico e incentivador da competitividade. Seria impossível, nesta ética da concorrência, estabelecer laços estáveis, duradouros ou equilibrados entre pessoas, na política e nas relações internacionais.

Essa guerra como norma justifica toda forma de apelo à força, a que assistimos em diversos países, um apelo não dissimulado, utilizado para dirimir os conflitos e consequência dessa ética da competitividade que caracteriza nosso tempo. Ora, é isso também que justifica os individualismos arrebatadores e possessivos: individualismos na vida econômica (a maneira como as empresas batalham umas com as outras); individualismos na ordem política (a maneira como os partidos frequentemente abandonaram a ideia de política para se tornarem simplesmente eleitoreiros); individualismos na ordem do território (as cidades brigando umas com as outras, as regiões reclamando soluções particularistas). Também na ordem social e individual são individualismos arrebatadores e possessivos, que acabam por constituir o outro como coisa (SANTOS, 2015, p. 46-47).

Além da expansão dos governos neoliberais na América Latina nos anos 1970, com Chile o de Pinochet e pelo presidente Hugo Banzer na Bolívia, o modelo é fortemente imposto nas décadas de 80 e 90 por representantes de outros países. Quatro experiências são destacadas por Anderson (1995): o mandato do presidente Carlos Salinas, no México; na Argentina, por Carlos Menem; na Venezuela, através de Carlos Pérez; com Alberto Fujimori, no Peru.

Sobre estes quatro governos, dois pontos são importantes. Primeiro, nenhum deles passou por aprovação popular através de eleições afirmando que implementaria as políticas neoliberais que, na prática, realizara. Assim, pode-se concluir que o neoliberalismo, no momento, foi aplicado na região sem respaldo popular, e, no caso de Menem, Fujimori e Pérez, através de estelionato eleitoral – prometendo exatamente o

oposto do que realizaram. Segundo, a tentativa na Venezuela fracassou. O motivo é que, diferente dos outros países onde a hipertrofia do Executivo para implementar políticas de forma autoritária era possível, o contexto venezuelano era de uma democracia partidária, segundo ele, consolidada e sólida (ANDERSON, 1995). Veremos mais à frente o significado desta consolidação democrática do país, destacando o impacto do Pacto de *Punto Fijo*¹⁵.

O Consenso de Washington, no ano de 1989, apresentou uma receita que deveria ser seguida pelos países latino-americanos para alcançar a modernização, o desenvolvimento econômico e a estabilidade financeira. Apesar do termo “consenso”, as medidas foram definidas por economistas do governo dos Estados Unidos e duas instituições com sede em Washington, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. As recomendações de políticas econômicas são descritas por John Williamson (1992): 1) disciplina fiscal, buscando diminuir o déficit orçamentário; 2) reorientar gastos públicos para áreas com retorno financeiro; 3) reforma fiscal; 4) liberalização de financiamento; 5) taxa de câmbio que garanta competitividade; 6) liberalização do comércio, com tarifas unificadas e reduzidas; 7) investimento externo direto, pela qual empresas estrangeiras tenham a oportunidade de competir igualmente com empresas nacionais; 8) privatização em diversas áreas; 9) desregulamentação, sendo que a regulamentação só existe para garantir a segurança; 10) direitos de propriedade, focando na ação do Judiciário para respeitar os fundamentos básicos do liberalismo.

A crise do modelo do Estado de Bem-Estar Social foi a mudança de conjuntura mais importante para a exportação do modelo neoliberal ao redor do mundo (HARVEY, 2011). Junto a ela, uma nova racionalidade de autogoverno de si, forte individualismo e competitividade foi legitimada por, dentre outros atores, os próprios meios de comunicação (DARDOT e LAVAL, 2016). Universalizou-se, assim, a ideia do homem-empresendedor e do Estado como uma máquina administrativa que deveria funcionar nos moldes de uma empresa.

Apesar de sua busca por estabilidade econômica e construção de um capitalismo *laissez faire* equilibrado, a instabilidade é uma marca forte dos governos neoliberais em

¹⁵ O Pacto de Punto Fijo, assinado em 1958, foi um acordo de setores da classe dominante pelo qual o sistema político venezuelano ficou caracterizado pela bipolaridade entre dois partidos: o social-democrata Acción Democrática (AD) e o centrista Comité de Organización Política Electoral Independiente, este último também nomeado Partido Socialcristiano (COELHO, 2013b; SILVA, 2013).

toda a região. Como afirma Anderson (1995), muitos conseguem realizar um controle da inflação, tema em alta desde o período da crise do petróleo, porém não apresentam o crescimento econômico prometido e suas políticas tendem a aumentar a dívida pública. Somente o Chile, de Pinochet, é destacado pelo autor como um governo que conseguiu um crescimento econômico rápido.

As crises econômicas e o aparente esgotamento das políticas de redistribuição realizadas pelo Estado trouxeram, para a arena política, novos atores que tentaram representar uma “mudança”, como veremos na próxima seção. Estas alternativas, todavia, retornam a um discurso individualista, conservador, antiestatista e tecnocrata e comuns a tradição neoliberal.

d. Maré rosa, suas limitações e a volta dos que não foram

Nos anos 2000, a conjuntura político-ideológica dos governos latino-americanos muda. A ascensão de governos de centro-esquerda leva Francisco Panizza (2006) a definir o período como “maré rosa”, também conhecido como o momento de “guinada à esquerda”. Entre os países que fizeram parte desse processo estão: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, Honduras, Peru, El Salvador, Equador, Nicarágua, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Buscamos, aqui, debater quais as limitações na ruptura com o modelo neoliberal encontradas por estes governos e seu período de estabilidade para, em seguida, discutir o papel dos grandes conglomerados de comunicação nesse período.

Dois principais motivos, segundo Panizza (2006), explicam a mudança de paradigma em grande parte dos governos latinoamericanos, com a ascensão de programas progressistas: um déficit institucional na democracia latino-americana e um déficit social das reformas neoliberais. Sobre o primeiro ponto, o autor destaca que a continuidade democrática pós-ditaduras militares, o surgimento de movimentos transnacionais envolvendo grandes partidos e sindicatos, a dificuldade de término de mandatos dos presidentes (seja por processos de *impeachment* ou por baixa aceitação popular) e a maior demanda por participação democrática permitiram o avanço da esquerda na região. Sobre o segundo, é apontado que, enquanto na primeira metade da década de 90 o crescimento econômico da América Latina foi, em média, 3,3%, na

segunda metade houve uma volatilidade e estancamento da economia, além do aumento da pobreza, causando uma frustração com relação às promessas das políticas de austeridade neoliberais.

As nuances dessa maré rosa, contudo, devem ser consideradas. Fabrício Pereira da Silva (2014), que prefere classificar este momento como uma “onda rosa”¹⁶, considera dois tipos de governos progressistas¹⁷ que ascenderam: os renovadores e os refundadores. Suas diferenças são explicadas a partir de quatro aspectos. Primeiro, na “redefinição do papel do Estado”. Enquanto esquerdas renovadoras, como do governo brasileiro do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tentaram controlar o mercado através de mecanismos de regulação, as refundadoras, como no caso venezuelano de Hugo Chávez, apresentaram um projeto visando uma ruptura maior com a concepção de atuação estatal anterior, aumentando o número de estatais, nacionalizando recursos e fomentando atividades de autogestão ou cooperativas.

Em segundo lugar, está a ênfase nas políticas sociais. Enquanto, em geral, os governos renovadores concentram-se em políticas temporárias e focalizadas de transferência de renda, incentivando a ascensão social através do consumo, o governo venezuelano preferiu políticas universais ou semiuniversais através das chamadas Missões Venezuelanas. Por elas, foi possível garantir resultados sociais importantes como a erradicação do analfabetismo e a atenção médica para todos.

A participação social, o terceiro aspecto, também é um objetivo comum da onda rosa que aparece de forma diferente em cada classificação de governo, através de

¹⁶ O termo “onda rosa”, segundo Fabrício Pereira da Silva (2014), ajuda a compreender a imprevisibilidade existente na ascensão de governos progressistas. Ou seja, com o uso da palavra “onda” destaca-se que este movimento político ocorre mesmo com a falta de probabilidade de vitórias de presidentes progressistas em uma região amplamente dominada por setores da direita e centro-direita. Ainda, poderíamos ampliar a questão para uma crítica a aproximação de processos políticos com fenômenos naturais, visto que tanto os termos “onda” quanto “maré” podem fortalecer a caracterização da região como instável (levando, ainda, à noção de que sua instabilidade é diferente dos processos políticos semelhantes que ocorrem em outras regiões do planeta). Além disso, naturaliza-se a “alternância de poder” entre governos de diferentes pontos do espectro político ao longo dos anos como inerente ao funcionamento da própria política institucional. Entendemos, portanto, que o uso do termo “maré” possui limitações e faz-se necessário apresentar as críticas existentes a sua utilização. Mesmo assim, seu reconhecimento na literatura e sua presença neste trabalho tornam-se importantes para destacar o otimismo presente – e ressaltado no texto de Panizza (2006) – com os governos progressistas – da esquerda ou da centro-esquerda – que ascendiam. Por isso, optamos por manter o termo “maré rosa” para denominar este momento político latino-americano.

¹⁷ Fabrício Pereira da Silva (2019) prefere se referir a estes governos como progressistas, visto que se trata de um termo genérico que pode abarcar as diferentes nuances e contradições existentes durante o mandato de representantes da onda rosa. Todos eles, portanto, visavam uma mudança ou transformação com relação ao *status quo* anterior.

ferramentas institucionais de democracia participativa ou mecanismos de transparência e *accountability vertical*¹⁸. Nos renovadores, como no caso brasileiro, os instrumentos democráticos de participação foram, muitas vezes, limitados a conselhos e conferências setoriais nacionais¹⁹. Seu caráter pontual pode, de fato, ser compreendido como um avanço no déficit institucional democrático já apontado por Panizza (2006). No entanto, a experiência dos refundadores se revelou muito mais aprofundada, baseando-se no “conselhismo de base” da tradição socialista. Este é o caso, por exemplo, dos Conselhos Comunais da Venezuela e dos Conselhos de Poder Cidadão da Nicarágua (SILVA, 2014).

Com relação a mecanismos de integração regional, por fim, há uma busca por alternativas às medidas impostas pelo FMI. O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) tornou-se um espaço de relações comerciais com caráter social e democrático, sem a tutela do Norte. Para discussões mais políticas, foram criados espaços como a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) (SILVA, 2014).

Em um texto intitulado *O retorno da direita na América Latina: estratégias institucionais e neogolpismo*, André Coelho e Leonardo Valente (2018) propõem uma discussão sobre a queda destes governos progressistas e o aumento da prática dos chamados “neogolpes” na região. O termo também é presente no artigo de Fabrício Pereira da Silva (2019), *O Fim da Onda Rosa e o Neogolpismo na América Latina*, debatendo esta nova forma de tomada do poder. O autor propõe uma definição ideológica destes governos a partir de dois eixos, “social-liberais” e “neodesenvolvimentistas”. Assim, fica evidente a impossibilidade de tratá-los como únicos, sendo possível, inclusive, classificar tempos diferentes do mandato de um mesmo chefe do Executivo em diferentes pontos desse espectro. A aparente estabilidade que os governos de esquerda passaram durante a onda rosa – a qual será discutida a seguir – pode, segundo o autor, ter levado os governantes a um acomodamento

¹⁸ Guillermo O’Donnell (1998) apresenta duas formas de *accountability*: primeiro a *accountability vertical*, que diz respeito às eleições, ocorridas periodicamente, fiscalização por parte da mídia sobre casos importantes que ocorrem na política institucional (no poder público) e algumas reivindicações sociais de cunho pacífico, inseridas por meio de conselhos e outras formas participativas que incluem a sociedade civil; A *accountability horizontal* trata, por exemplo, das próprias formas de fiscalização intragovernamentais, por órgãos e agências voltadas para a fiscalização, controle judicial, Comissões Parlamentares de Inquérito, entre outros.

¹⁹ Ressaltamos, ainda, a possibilidade de diferenças de visão e projetos em um mesmo mandato presidencial, com disputas internas entre pautas mais renovadoras e pautas mais reformadoras, enfatizando o caráter heterogêneo da “maré rosa”.

equivocado, ignorando a possibilidade de que os progressos institucionais da democracia poderiam ser retirados (SILVA, 2019).

Nesta nova forma de golpes, em lugar do uso da força como nos períodos anteriores – que, em grande parte, deram o início a governos militares na região – a oposição faria uso de ferramentas processuais (SILVA, 2019). Podem ser referidos, portanto, como golpes institucionais, por se utilizarem das instituições e procedimentos de forma deturpada visando a derrubada de um(a) presidente a qualquer custo. Um dos principais exemplos de “neogolpe” é o caso do processo de *impeachment* de Fernando Lugo, no Paraguai, em 2012 (2018). Ao ir contra interesses de oligarquias políticas e do agronegócio, Lugo sofreu um julgamento político em menos de 48 horas – um tempo bastante curto –, visando impossibilitar a defesa. Nestes modelos de destituição de presidentes, os oligopólios dos meios de comunicação exercem a importante tarefa de dar legitimidade ao processo, como já afirmara Pérez-Liñán (2007).

e. Mídia de massas, opinião pública e neoliberalismo

O desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação é, como aponta John Thompson (1998), parte essencial da construção da sociedade moderna. Os periódicos, jornais e folhetos que surgiam significaram, para os governantes, uma fiscalização, uma visibilidade e, ao mesmo tempo, uma preocupação com sua imagem perante um público que não estava fisicamente presente. Dessa forma, entendemos que a mídia teve um papel significativo na modernidade, na qual, como apontam Karl Marx e Friedrich Engels (2005, p. 43):

Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de ideias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se consolidarem. Tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações com os outros homens.

De início, é importante destacar algumas críticas de Thompson (1998) ao termo “comunicação de massa”. Primeiro, o uso da palavra “massa” pode ser enganador quando reduzido a uma percepção quantitativa. É preciso destacar, como ressalta o autor, o fato de que a ideia de “massa” diz respeito à disponibilidade dos produtos e

serviços a uma pluralidade de destinatários. Já o vocábulo “comunicação” pode levar a noção de que a relação entre as pessoas e os meios de comunicação ocorre em “mão-dupla”. Na realidade, ocorre uma transmissão ou difusão, na qual há pouca ou nenhuma capacidade de intromissão ou recepção por parte dos receptores. A disseminação da *internet*, é claro, leva a mudanças nesta relação.

Thompson (1998) apresenta, a partir da obra de Michael Mann, quatro tipos de poder e como o desenvolvimento das sociedades modernas impactou cada um deles. O primeiro, econômico, diz respeito à atividade humana produtiva e à formação de recursos financeiros e materiais. Com a Revolução Industrial e a acumulação de capital, houve uma melhora e um aperfeiçoamento dos meios de produção. O segundo tipo, político, engloba as atividades de coordenação e regulamentação dos indivíduos, suas ações e seus padrões de interação. Com a formação do Estado Moderno e, assim, a centralização do Estado, este poder se modificou. O terceiro, poder coercitivo, trata da ameaça ou uso da força física que busca conquistar ou dominar outros. Pela soberania adquirida pelos Estados, em especial por meio de exércitos, este poder foi utilizado para a conquista de independência por parte de colônias ou como meios de suprimir revoltas e revoluções. O quarto, por fim, é o poder simbólico ou cultural, que tem como ferramentas a comunicação e a informação, através, por exemplo, de instituições religiosas, educacionais ou midiáticas. Enquanto, na modernidade, houve a fragmentação da autoridade religiosa enquanto cristalizadora das posições sociais, também a escrita manual passou a ser substituída, nos meios de comunicação, pela impressão. A indústria gráfica virou, portanto, um novo centro do poder simbólico.

A partir destas mudanças, podemos perceber que a mídia passa a ter um papel central na legitimidade do Estado e do modo de produção. Sua atuação relaciona-se diretamente com a divulgação e a propagação do fomento ao consumo, a expansão do capitalismo pelo mundo e a imposição de uma ideologia individualista. O *ethos* dominante é instalado, dessa forma, não só por uma imposição material, mas também pela comunicação e propagação de informação (SANTOS, 2015; DARDOT; LAVAL, 2016). Para compreender esta relação, é preciso destacar um papel educacional, ou seja, pedagógico, atribuído à mídia, destacado, em especial, pelos autores do neoliberalismo.

Walter Lippmann (2008), o mesmo do colóquio que inaugura o pensamento neoliberal – conforme discutimos anteriormente –, entende, em seu livro *Opinião Pública*, que a relação entre o ser humano e seu ambiente é mediada pela construção de

um pseudo-ambiente. Este, de forma imaginária, é resultado da impossibilidade de se conhecer toda a realidade, levando o homem a buscar estereótipos e “atalhos” que facilitem sua convivência e apreensão de informação. É nesta relação que os meios de comunicação em massa passam a atuar, gerando narrativas e apresentando um pseudo-ambiente e, em paralelo, uma “opinião pública” – formada pelas imagens de cada indivíduo sobre si, os outros, seus relacionamentos, suas necessidades e objetivos – acerca de diversos assuntos.

Em lugar de um simples apanhado das diversas opiniões que emergem do público, de forma generalizada, o conceito de Opinião Pública, para Lippmann (2008), abarca o papel da imprensa na exposição, valorização e divulgação de determinadas opiniões apontadas como gerais. Sua raiz estaria, portanto, em poucos indivíduos que conduziram a narrativa apresentada pela mídia através, por exemplo, de notícias. Aqui, percebemos como as consequências do avanço tecnológico dos meios de comunicação no poder simbólico, conforme descrito por Thompson (1998), podem se refletir na população.

Lippmann (2008) parte de uma discussão sobre a formação dos interesses de um ser humano, que, segundo ele, não seriam predeterminados, mas apreendidos e criados durante a vida e o convívio social. Os meios de comunicação, nesse sentido, exerceriam um papel fundamental na formação do sujeito, a percepção de seu pseudo-ambiente e seus interesses.

O filósofo Jürgen Habermas (1989), em sua obra *Mudança estrutural na esfera pública*, entende que os meios de comunicação de massas exercem um papel de instrumento político e econômico no desenvolvimento da categoria histórica de “esfera pública burguesa”, inseridos em uma relação de tensão entre o público e o privado. Enquanto a esfera privada organiza-se a partir da estrutura da família, a esfera pública relaciona-se com a “identidade” ilusória das pessoas privadas reunidas em um ambiente público, portando-se como seres humanos e proprietários. A opinião pública, para o autor, forma-se a partir do debate existente nessa esfera pública burguesa, elevando argumentos racionais que desenvolvem-se na conscientização ancorada na publicidade de ideias e argumentos.

Recuperando a afirmação de Marx e Engels (2007, p. 47), de que “as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes”, pois a força material se

reproduziria através da força espiritual, Habermas (1989) aponta para a concepção marxista da opinião pública como falsa consciência – relacionada, portanto, ao conceito de ideologia. Esse véu da suposta narrativa que ascende do debate racional da população, exposta nos diversos jornais, esconderia os interesses de classe da burguesia. Ou seja, sua dominação, para além de material, também se exerceria pela criação de um consenso.

Se a esfera pública burguesa desenvolve-se com os avanços tecnológicos de uma mídia local para um serviço público de imprensa, pela qual o poder político passa a fazer parte do leque de informações que chegam à população, a opinião pública encontra-se, como aponta o autor, diretamente relacionada ao avanço de uma sociedade voltada para o consumo – ou uma ilusória visão da esfera privada propagada pelos meios de comunicação (HABERMAS, 1989). Por isso, como afirmam Dardot e Laval (2016), a mídia é, assim como a educação, um dos principais setores nos quais atuam atores interessados em impor a chamada racionalidade neoliberal. Pela imprensa, divulga-se não só a imagem do sujeito como uma empresa de si mesmo, mas há, também, a reprodução de uma visão inserida em interesses de classe sobre seu pseudo-ambiente, suas relações e a forma como a sociedade – e, também, outros países. Num sistema internacional marcado pela dependência, como discutimos anteriormente, essa relação passa pelo domínio das ideias interessantes aos países centrais.

Iniciada essa discussão sobre a imprensa, a formação da opinião pública e a ascensão da racionalidade neoliberal, voltaremos ao debate sobre o papel dos meios de comunicação na instabilidade política venezuelana nos próximos capítulos.

f. América Latina, instabilidade política e Venezuela

Desde os processos de redemocratização após os períodos de ditaduras militares dos anos 80 e 90, a América Latina passou por diversos episódios de instabilidade. As crises políticas passam a ocorrer por diversos fatores, como, por exemplo, resultado de recessão ou desequilíbrio econômico, conflitos sociais, forte desigualdade, ascensão de novas forças políticas.

O cientista político Aníbal Pérez-Liñán (2007), em sua obra *Presidential impeachment and the new political instability in Latin America*, discute a onda de crises

presidenciais que ocorreram na América Latina, especialmente a partir de seu “novo padrão”, nos episódios ocorridos desde o final dos anos 90 – representados na Tabela 1. Para ele, as tensões institucionais existentes entre o poder Executivo e o poder Legislativo caracterizam estes episódios de crise. Além disso, Pérez-Liñán (2007) apresenta algumas justificativas comuns ao problema da instabilidade política latino-americana segundo a teoria política hegemônica, como o caráter fixo dos mandatos de presidentes, o sistema multipartidário ou a forte presença de “*veto players*” – atores necessários para aprovação de propostas legislativas e políticas públicas.

Este novo padrão, identificado por Pérez-Liñán (2007), existiria devido ao fato de que, após os períodos de redemocratização na região, os regimes democráticos continuavam a existir apesar da instabilidade política e das crises presidenciais. Ou seja, ainda que um presidente fosse afastado do governo ou ocorresse a dissolução do Congresso, os regimes democráticos retornavam após a crise. Podemos perceber essa diferença nos dados recolhidos pelo autor e exibidos na Tabela 1.

TABELA 1. CRISES PRESIDENCIAIS ENTRE 1950 E 2004

Consequências para o Regime	Consequências para figuras eleitas		
	Presidente Afastado	Congresso Fechado	Desfecho Equilibrado
Quebra de regime	I. Presidente Afastado	II. Congresso Fechado	III. Golpe
	Brasil (1964) Paraguai (1954)	Equador (1970) Uruguai (1973)	Argentina (1976) Chile (1973)
Ruptura	IV. Golpe do Legislativo	V. Autogolpe	VI. Ditadura
	Bolívia (1979) Brasil (1954) Brasil (1955, duas vezes) Equador (1961) Equador (2000) Guatemala (1957) Guatemala (1993) Panamá (1951) Panamá (1988)	Argentina (1962) Brasil (1966) Brasil (1968) Honduras (1954) Paraguai (1959) Peru (1992)	Equador (1963)
Sem quebra de regime	VII. Remoção	VIII. Dissolução	IX. Estabilização
	Argentina (1989) Argentina (2001, duas vezes) Bolívia (1985) Bolívia (2003) Brasil (1992) Equador (1997) Panamá (1955) Paraguai (1999) Peru (2000) Venezuela (1993)	Colômbia (1991) Guatemala (1994) Venezuela (1999)	Bolívia (1983) Bolívia (1990) Brasil (1977) Chile (1954) Colômbia (1977) Colômbia (1996) República Dominicana (1994) Equador (1984) Equador (1987) Equador (1990) Equador (2004) El Salvador (1987) Honduras (1985)

Fonte: (PÉREZ-LIÑÁN, 2007, p. 61, tradução nossa)

Atentamos para o fato de que o *impeachment* – o afastamento do chefe do Executivo por motivos previstos pela Constituição – nem sempre é a saída encontrada para os períodos de crise (PÉREZ-LIÑÁN, 2007). Os episódios variavam em seus desfechos, como através do fechamento do Congresso, autogolpe ou expulsão de presidentes.

Sobre os motivos que desencadeiam estas crises, são destacados quatro: uma crise econômica; uma forte desaprovação popular; a dificuldade de articulação com o Legislativo; um escândalo político (PÉREZ-LIÑÁN, 2007). No último caso, ao menos, a mídia – pelo papel de investigação e exposição – tem uma atuação importante para

definir os rumos de uma crise no mandato presidencial e a probabilidade de um *impeachment*.

Como já afirmamos, após o período de redemocratização, ou seja, após as diversas ditaduras militares que ascenderam na América Latina, em geral, por volta dos anos 1970, a instabilidade política continuou na região. Como demonstra André Coelho (2013a), ao atualizar a tabela de Pérez-Liñán (2007), a dificuldade de garantir a estabilidade política continuou inclusive após a vitória de diversos governos de centro-esquerda do início dos anos 2000²⁰.

TABELA 2. Resultados das crises presidenciais de 1990 a 2012 em relação à separação de poderes e a permanência da democracia.

Não Quebra			Quebra	
<i>Remoção do presidente</i>	<i>Fechamento do Congresso</i>	<i>Empate</i>	<i>Remoção do presidente</i>	<i>Fechamento do Congresso</i>
Brasil/1992 Venezuela/1993 Equador/1997 Paraguai/1999 Peru/2000 Argentina/2001 Bolívia/2003 Bolívia/2005 Equador/2005	Colômbia/1991 Guatemala/1994 Venezuela/1999 Equador/2007	Bolívia/1990 Equador/1990 Peru/1991 Nicarágua/1992 Rep. Dominicana/1994 Colômbia/1996 Paraguai/2001 Paraguai/2002 Equador/2004 Nicarágua/2004 Peru/2005 Bolívia/2006 Paraguai/2006 Equador/2010	Guatemala/1993 Equador/2000 Honduras/2009 Paraguai/2012	Peru/1992

Fonte: (COELHO, 2013a, p. 244)

Diferente do que é perceptível pelos episódios demonstrados na Tabela 1, a Tabela 2 revela que as crises presidenciais desde o ano 1990 conseguiram ser resolvidas, salvo quatro exceções, sem a quebra da democracia no país. Essa seria,

²⁰ Não podemos, contudo, entender a instabilidade política como uma característica específica da realidade latino-americana. Como argumenta Guilherme Simões Reis (2014) em seu texto *Um século de política europeia (contado como se fosse na América do Sul)*, também a política europeia, por exemplo, tem sua história marcada por períodos de crises institucionais e momentos de instabilidade política ou econômica.

portanto, uma nova forma de destituição de mandatos, sem a necessidade custosa de utilização da força militar, por exemplo (COELHO, 2016). Esse novo padrão, como discutido anteriormente pelo texto de Fabrício Pereira da Silva (2019), pode superar instabilidades e crises em um formato de “neogolpe”, utilizando de ferramentas processuais para legitimar a queda de um presidente eleito para um mandato fixo (COELHO; VALENTE, 2018).

Por isso, a própria visão de Pérez-Liñán (2007), pela qual crises políticas e a queda de presidentes, hoje, tenderiam a não ocasionar quebras do regime democrático pode ser questionada. Afinal, o afastamento de presidentes eleitos, ainda através de um processo de *impeachment*, significaria necessariamente uma continuidade da democracia? Em um contexto de práticas golpistas legitimadas por uma estética legal, há a dificuldade de reconhecer a conservação de um regime democrático.

No capítulo 4 retomaremos a questão sobre a instabilidade política venezuelana, em especial após a ascensão de Hugo Chávez. No entanto, é interessante contextualizar a situação específica do país com todo o histórico de crises presidenciais na América Latina. Em sua tese de doutorado, Mayra Goulart da Silva (2013, p. 155) afirma que:

No princípio dos anos 80, a Venezuela ocupava um lugar de prestígio perante o senso comum e parte da academia, em contraste com os países vizinhos, que haviam vivido durante a segunda metade do século XX um período de forte instabilidade política, cravejado de irrupções militares, ditaduras, suspensão/alteração dos marcos institucionais e fortes oscilações econômicas.

Diferenciando-se, portanto, de outros países da região, a Venezuela representaria um governo mais estável politicamente. Além disso, entre a décadas de 1960 e 1990, o país encontra-se em uma situação de bem-estar econômico, com diminuição da pobreza e melhora de índices sociais (SILVA, 2013). A situação muda a partir dos anos 80, com o governo de Luis Herrera Campins, quando o país enfrenta uma instabilidade econômica e o aumento da pobreza. Com a chegada de Carlos Andrés Pérez ao poder, em seu segundo mandato, no ano de 1989, seu governo iniciou a chamada “grande virada” no país, com a implementação de reformas neoliberais para tentar conter a crise econômica. No entanto, além de utilizar do chamado *policy switch*²¹ – por ter um

²¹ De acordo com a cientista política Susan Stokes (1999), o *policy switch* – ou estelionato eleitoral – ocorre quando políticos usam um discurso, geralmente mais de esquerda, para disputar eleições e, quando eleitos, passam a defender ideias mais à direita. Essa “virada” é relevante para compreender como atores externos podem ter impacto sobre as políticas públicas de um presidente – por exemplo, exercendo pressão para que sejam realizadas políticas de austeridade – e as tensões existentes entre

discurso durante as eleições contrários ao FMI, por exemplo, e depois realizar políticas econômicas apoiadas pela organização financeira – seu governo teve de enfrentar uma crise de governabilidade devido ao fato de que, nas esferas estaduais, a maior parte dos governadores do país eram de esquerda. Esta crise chegou ao seu ápice com o episódio nomeado *Caracazo*²² (COELHO, 2013b).

Outros quatro momentos, de acordo com André Coelho (2013b), são importantes para compreender a relação entre a instabilidade política venezuelana após o Pacto de *Punto Fijo*, iniciado em 1958, e o contexto geral de instabilidade política latino-americano: a destituição de Carlos Andrés Pérez, em 1993; a chegada de Hugo Chávez ao poder, em 1998; o golpe contra Chávez em 2002; a consulta popular realizada no país em 2004. Voltaremos à situação específica da instabilidade política venezuelana e aos episódios aqui citados no capítulo 2. No entanto, já podemos compreender que, apesar de antes diferenciada de seus pares latino-americanos com relação a crises presidenciais, a Venezuela passa, nos últimos 30 anos, pela dificuldade de manter um governo com estabilidade.

representatividade e os mandatos de presidentes. Analisando diversos governos da América Latina, a autora compreende que os recorrentes episódios de *policy switch* significam um alarme para a qualidade das democracias na região.

²² O *Caracazo*, em 1989, foi um episódio de insurreição civil, quando ocorreu uma série de protestos de rua. Estes movimentos resultaram na morte, em dados oficiais, de ao menos 300 pessoas (COELHO, 2013b). Voltaremos ao tema mais à frente.

CAPÍTULO 2: A crise venezuelana na imprensa internacional

Antes de discutirmos a metodologia da pesquisa e apresentarmos os dados obtidos, é necessário expor o contexto venezuelano e, em especial, da crise político-institucional que o país vive. Para isso, recorreremos a autores como Mayra Goulart (2013), Margarita López Maya (2002; 2003a; 2003b; 2006; 2016) e Gilberto Maringoni (2009), que descrevem o histórico venezuelano que permitiu a ascensão de Chávez ao poder e o impacto das políticas públicas promovidas por seu governo.

a. Breve resgate da crise venezuelana

Nesta seção, realizamos um breve resgate da história política da Venezuela na contemporaneidade. Por meio de um levantamento bibliográfico sobre o tema, entendemos que um estudo sobre a Assembleia Constituinte de 2017 convocada por Nicolás Maduro e a instabilidade política do país precisa ser contextualizado com os acontecimentos históricos que ajudam a explicar, por exemplo, a relevância da crise venezuelana para os meios de comunicação latino-americanos.

A IV República venezuelana, iniciada na década de 1950, é marcada pelo chamado *Pacto de Punto Fijo*. Através dele, como vimos, o governo passa a ser compartilhado entre duas forças políticas, o partido social-democrata *Acción Democrática* (AD) e o partido centrista *Comité de Organización Política Electoral Independiente* (COPEI)²³. O objetivo era estabelecer um sistema que assegurasse uma estabilidade política após um período de inúmeros conflitos envolvendo, por exemplo, tentativas de golpes de estado, guerrilhas de esquerda e um governo militar (MYERS, 2004).

Segundo a cientista política Mayra Goulart (2013), é importante destacar como o *puntofijismo* tem, como uma de suas principais características, o anticomunismo, representando uma marca da Guerra Fria – visto que a orientação ideológica dos partidos signatários alinhava-se, em geral, aos Estados Unidos. Como relata Leonardo

²³ O Pacto também teve, como signatário, a Unión Republicana Democrática (URD). No entanto, eram os outros dois partidos políticos que efetivamente disputavam o governo, pois a URD deixa o pacto em 1962 (MYERS, 2004).

Valente (2013), Richard Nixon, vice-presidente na época, visitou o país e afirmou que a Venezuela representaria a disseminação dos valores estadunidenses e afastaria o comunismo. Assim, as elites dessas duas frentes (AD e COPEI) estavam blindadas na disputa político-eleitoral, enquanto forças políticas de esquerda, como o Partido Comunista Venezuelano, foram impedidas de participar das eleições.

Dentre os pontos presentes no pacto, estavam: o respeito a instituições liberais e às regras do sistema representativo, com destaque para a alternância de poder; o afastamento de militares – que, em grande parte, tinham pouca afinidade com os princípios liberais – da vida política; o estabelecimento de um programa mínimo comum que permitisse uma ampla coalizão do governo, independentemente de qual partido signatário fosse vencedor, dificultando a possibilidade de ascensão de forças opositoras (GOULART, 2013).

Diana Rivera e Adolfo Cruz (2005) classificam o período em que vigorou o Pacto de Punto Fijo em três momentos: a fundação do esquema bipartidário entre 1959 e 1974; o período em que há um sonho de prosperidade, em face à valorização do petróleo, entre 1974 e 1979; a crise econômica e a instabilidade política, levando à derrocada do pacto, entre os anos de 1979 e 1992.

No primeiro momento, entre 1958 e 1974, formou-se o chamado pacto de elites ou, nos termos de Goulart (2013, p. 142), o ato de fundação de “uma nova identidade política simbolicamente associada ao compromisso com a democracia liberal”. A exclusão de organizações comunistas e a visão negativa com relação ao regime militar anterior são fundamentais para compreender o significado que o pacto adquire no sistema político venezuelano. Através do acordo, conforme Maringoni (2009), tornou-se possível a redução de diferenças ideológicas e programáticas, levando ao domínio do aparelho estatal por frações da classe dominante com convergência de interesses. Entre eles, o autor destaca, por exemplo, a cúpula do movimento sindical, as empresas de petróleo e o capital financeiro. Como ressalta David Myers (2004), os primeiros três presidentes pós-pacto de *Punto Fijo* – Rómulo Betancourt, [1959-1964], Raúl Leoni [1964-1969] e Rafael Caldera [1969-1974] – governaram de forma efetiva.

A canalização de conflitos conquistada pelo pacto faz com que, durante o governo de Rafael Caldera, a esquerda armada decida se reinserir na legalidade (RIVERA; CRUZ, 2005). Neste período, também é evidenciada a forte dependência da

economia venezuelana com relação à indústria petroleira, cujo impacto na política aumenta, acentuando a diferenciação entre o setor público e o setor privado. Segundo Maringoni (2009, p. 62), o pacto “representou a tradução político-institucional de uma economia baseada na exportação de petróleo”. O Estado, assim, assume um papel mais intervencionista e regulador. Ressaltamos ainda que, como apontado por Rivera e Cruz (2005), os meios de comunicação apoiam o regime enquanto militares ficam subordinados a elites locais.

O segundo momento ocorre no primeiro governo de Carlos Andrés Pérez, entre 1973 e 1978. Durante o período, através dos partidos políticos, o Estado – que adquiriu forças e maior centralização anteriormente – passa a penetrar e controlar a vida social. O aumento do preço do petróleo, por pressão de países da OPEP, e a nacionalização da indústria petroleira, em 1976, aumentaram a participação estatal e permitiram um impacto positivo em indicadores sociais com relação, por exemplo, a emprego, moradia e expectativa de vida (MARINGONI, 2009). Muitos venezuelanos passaram, portanto, a apoiar o regime estabelecido pelo pacto de *Punto Fijo* (MYERS, 2004).

O terceiro momento, por fim, é nomeado por Rivera e Cruz (2005) como o colapso. Isto se deve ao fato de que, a partir de 1979, a manutenção da estabilidade do *puntofijismo* se esgota. A Segunda Crise do Petróleo e a baixa do preço deste produto resultou em um impacto mundial no sistema bancário do país levou, no contexto venezuelano, à impossibilidade de sustentação dos benefícios sociais. Como afirma Wallace de Moraes (2019), enquanto a década de 1970 foi marcada por um crescimento econômico unido ao fortalecimento do Estado e ao aumento de direitos trabalhistas, a década de 1980 representou o aumento do desemprego, a retirada dos direitos anteriormente conquistados e fim da ilusão de uma estabilidade econômica e política eterna (GOULART, 2013).

Para contornar a situação, o governo de Jaime Lusinschi [1984-1989] tentou resgatar e redefinir as bases do Pacto de *Punto Fijo* através de medidas como: a adoção de eleições diretas para governadores e prefeitos; abolição de listas partidárias, enfraquecendo a cúpula dos partidos; possibilidade de consolidação de partidos de esquerda. Essas iniciativas, contudo, não foram suficientes (MARINGONI, 2009). Sem sucesso em recuperar a estabilidade social e política *puntofijista*, a situação se agrava e os protestos de rua aumentam.

Eleito novamente em dezembro de 1988 e assumindo o poder em 1989, Carlos Andrés Pérez, em seu segundo mandato como presidente do país, busca superar a crise mediante um endividamento com o Fundo Monetário Internacional. Em contrapartida, como segue a “receita neoliberal” discutida no primeiro capítulo, pelo texto de John Williamson (1992), o governante “teve que” adotar algumas medidas como redução dos gastos públicos, desvalorização da moeda e desregulamentação da economia (MARINGONI, 2009; GOULART, 2013; DE MORAES, 2019). A decisão do governo, portanto, foi seguir os “remédios amargos” promovidos por agentes financeiros internacionais que seriam, mais à frente, parte do chamado Consenso de Washington, formulado em novembro de 1989, implementando políticas de austeridade propostas por organizações como Fundo Monetário Internacional ou o Banco Mundial (ANDERSON, 1995).

Esse pacote de medidas nomeado *A Grande Virada* era, segundo Carlos Andrés Pérez, inadiável e necessário (MARINGONI, 2009; GOULART, 2013). O discurso lembra, é claro, a máxima *thatcherista* “*there is no alternative* [não há alternativa]” representante do domínio ideológico da racionalidade neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016). Além de não trazer o crescimento esperado, assim como em outras experiências que seguiram as políticas de austeridade (ANDERSON, 1995), as escolhas de Pérez levaram à diminuição do poder de compra da população (VALENTE, 2013).

O aumento de 100% no preço do petróleo, durante o mês de fevereiro do ano de 1989, unido aos ajustes econômicos do presidente Pérez, levou ao crescimento das tarifas de transporte público no país (LÓPEZ MAYA, 2003a). Os protestos que deram início ao chamado *Caracazo*²⁴, como aponta Margarita López Maya (2003a), começaram às 6 da manhã do dia 27 de fevereiro de 1989, no terminal *Nuevo Circo* de Caracas e se expandiram para terminais de cidades no subúrbio da capital. A união dos manifestantes com vendedores ambulantes e, depois, aos estudantes – com longa tradição de ativismo político – do *Instituto Universitario Politécnico Luis Caballero* ampliou a gama das reivindicações e a proporção dos protestos. Indo para a Avenida Bolívar, barricadas começaram a ser montadas (MARINGONI, 2009).

²⁴ Segundo Leonardo Valente (2013, p. 9, grifo nosso) o nome *Caracazo* “é uma clara referência ao *Bogotazo*, distúrbio popular histórico e amplamente conhecido nos países andinos, que ocorreu em Bogotá em 1948”. Também López Maya (2003a) destaca a relação entre os protestos venezuelanos de 1989 a outros episódios dentro e fora do país, como o *Bogotazo*, em 1948 e, depois, o *Santiagoñazo*, em 1993.

Com o comércio fechado e caminhões de alimentos saqueados, a revolta representou uma escalada violenta (LÓPEZ MAYA, 2003a). Essa é uma característica comum da Venezuela, onde a movimentação das ruas já era caracterizada por uma dinâmica de revolta em violência (GOULART, 2013).

Apesar de iniciado pelo estopim do aumento da tarifa dos transportes, o *Caracazo*, como relembra Mayra Goulart (2013), precisa ser compreendido como produto de diversas indignações dos cidadãos venezuelanos que cresciam em escala. Havia, já antes dos protestos, um histórico de reivindicações de proteção social por parte de organizações sociais. Afinal, o país vivia um “paradoxo”, de acordo com Wallace de Moraes (2019), por sustentar o crescimento de direitos trabalhistas – ainda que limitados – e o aumento do controle do Estado ao mesmo tempo em que implementava uma agenda neoliberal que desregulamentava a economia.

Com as manifestações, o transporte público da noite de 27 de fevereiro de 1989 foi interrompido em Caracas e outras cidades ao redor. Assim, as pessoas foram obrigadas a caminhar até suas casas, enchendo as ruas e, dessa forma, ampliando ainda mais a dimensão dos protestos (LÓPEZ MAYA, 2003a).

A convocação de forças policiais e do exército para conter a população, além do assassinato de um estudante, inflamou os ânimos, levando à suspensão das garantias constitucionais e uma indignação cada vez maior de manifestantes (GOULART, 2013). O resultado deste período, marcado por saques e perdas humanas, foi a morte de quase 300 pessoas²⁵ e mais de 1000 feridos (LÓPEZ MAYA, 2003). Além disso, Carlos Pérez sofre, em 1993, um *impeachment*, tendo como seu sucessor o também já ex-presidente Rafael Caldera [1969-1974/1994-1999].

Apesar de, em seus dois primeiros anos, Caldera ter apresentado um governo em que as políticas econômicas não seguiam a “cartilha neoliberal” do Consenso de Washington, em 1996 esta direção muda. O presidente, por um contexto internacional adverso e uma crise financeiro-bancária, aceita um empréstimo do Fundo Monetário Internacional (LÓPEZ MAYA, 2009). Esses agentes financeiros, como vimos, tinham como contrapartida destes empréstimos a imposição de uma agenda de austeridade (ANDERSON, 1995; DARDOT; LAVAL, 2016). Chamada de *Agenda Venezuelana*, o conjunto de medidas aplicadas pelo governo incluía, por exemplo, aumento do preço da

²⁵ Como explica López Maya (2003) os números de mortos são, até hoje, desconhecidos.

gasolina; aumento da taxa de juros; privatizações; reforma dos sistemas de previdência; programas sociais voltados para setores mais vulneráveis (LÓPEZ MAYA, 2009).

Antes membro do COPEI, Rafael Caldera chega ao poder, na segunda eleição, apoiado por um movimento eleitoral de caráter personalista, fundado por ele mesmo, chamado Movimento Convergência Nacional (LÓPEZ MAYA, 2009). Assim, a própria eleição de Caldera, segundo Mayra Goulart (2013), já representaria um descontentamento da população com os partidos políticos, a suposta estabilidade do *puntofijismo* e a desilusão com o feitiço de eterno crescimento de uma economia baseada no petróleo. Para ela, a eleição seguida de dois ex-presidentes (Carlos Andrés Pérez [1974-1979/1989-1993] e Rafael Caldera [1969-1974/1994-1999]) já aponta para uma tentativa de retomar os tempos de bonança, no auge da economia petroleira, quando mudanças estruturais foram deixadas de lado, em nome da ilusão de ganhos imediatos mediados pelo Estado. A situação relembra, de acordo com a autora, a famosa frase de Karl Marx (2011, p. 25) em *O 18 Brumário*, em que, completando o pensamento de Hegel, afirma:

Em alguma passagem de suas obras, Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa.

Se o *puntofijismo* buscou ser um sistema político que afastava qualquer possibilidade de rupturas estruturais, sua insustentabilidade, na época, também foi representada pelas tentativas de golpes, como por exemplo, o comandado pelo coronel Hugo Chávez em 1992 – que, dois anos após o ocorrido, recebe um indulto. Afinal, o último período da hegemonia do pacto foi marcado por descumprimento de promessas – estelionato eleitoral – por parte de mandatários, cortes de gastos públicos, descontentamento da população, protestos e uma alta indignação com o sistema político-institucional (GOULART, 2013). A figura de Chávez conseguiu, segundo López Maya (2009), encarnar os sentimentos e vontades de uma mudança intensa com relação ao *status quo* – ainda que, naquele momento, sua tentativa de derrubar o poder político por um golpe tenha fracassado.

É na eleição de 1998, com o fim do governo de Rafael Caldera, que Hugo Chávez – um *outsider* – chega ao poder, de forma democrática, representando uma terceira força política (GOULART, 2013). Rejeitando os partidos políticos já desgastados, Chávez recebeu 56,20% dos votos, enquanto seu principal adversário,

Henrique Salas Römer – que também não pertencia a nenhum dos partidos políticos do *puntofijismo*²⁶ –, teve 39,7%, vide a Tabela 3 (LÓPEZ MAYA, 2009).

TABELA 3. RESULTADO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1998

Candidato	% de votos
Hugo Chávez Frias	56,20%
Henrique Salas Römer	39,97%
Irene Sáenz Conde	2,82%
Outros	1,01%

Fonte: CNE, <http://www.cne.gob.ve/web/documentos/estadisticas/e006.pdf>

Na próxima seção, vamos analisar especificamente os anos de governo chavista e, em especial, discutir a tentativa de golpe – com participação ativa de veículos de mídia venezuelanos – contra o presidente em 2002. É preciso resgatar os avanços e as dificuldades destes anos para compreender a instabilidade política venezuelana contemporânea.

b. Hugo Chávez, o chavismo e a revolução não-televisionada

Em 1997, o Movimento Bolivariano 200 (MBR-200)²⁷ resolveu tornar-se, para além de uma organização política, um movimento com estrutura eleitoral. Mudando seu nome para Movimento V República – Movimento Quinta República²⁸ –, foi o partido político com o qual Hugo Chávez disputou as eleições de 1998 e, como vimos, venceu (LÓPEZ MAYA, 2009). Sua vitória significou uma ruptura com o *puntofijismo* e a ascensão de novos paradigmas para a política venezuelana.

²⁶ Henrique Salas Römer, entretanto, já havia sido apoiado pelos partidos AD e COPEI em uma eleição para governador do estado de Carabobo (GOULART, 2013).

²⁷ O Movimento Bolivariano 200 iniciou-se como organização política durante o segundo governo de Caldera, atuando desta forma entre 1992 e 1997, com alto número de militares e com princípios inspirados em Simón Bolívar. O próprio número 200 em seu nome fazia referência ao bicentenário do nascimento de Bolívar, comemorado em 1983. (LÓPEZ MAYA, 2009).

²⁸ A ideia de uma *V República*, que superasse a *IV República* do *puntofijismo*, já era uma reivindicação do antigo MBR-200. Para seus membros e militantes, o sistema político “oligárquico e partidocrático” vigente deveria ser substituído por uma democracia “participativa e protagônica” (LÓPEZ MAYA, 2009).

Chávez não era uma figura desconhecida antes de se eleger. Sua oposição aos governos estruturados no Pacto de *Punto Fijo* e a tentativa de golpe em 1992 chamaram a atenção de uma população que se indignava cada vez mais (GOULART, 2013; MARINGONI, 2009). Se as dificuldades econômicas possibilitaram, por um lado, a ascensão de uma terceira força política, as próprias bases do *puntofijismo* nos permitem compreender os motivos de um militar representar essa “nova força”.

Discutimos anteriormente que o objetivo do pacto era estabelecer, após um período de ditadura militar, uma espécie de democracia estável dominada por duas elites partidárias que revezavam o poder. Excluir os militares desse acordo e retirá-los da disputa eleitoral era fundamental para a ordem política e social que o Pacto de *Punto Fijo* buscava estabelecer (MYERS, 2004).

Ainda assim, a ação repressora do governo de Carlos Andrés Pérez durante o *Caracazo*, convocando as Forças Armadas para reprimir manifestantes e a população nas ruas, deu a estes atores a oportunidade de recuperar seu papel político. Os próprios membros do Exército Venezuelano eram, em grande parte, de camadas populares. Militares também sempre foram sondados para trabalho de base por parte de organizações de esquerda, como o Partido Comunista da Venezuela (PCV) ou o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) (GOULART, 2013). O fato é reconhecido pelo próprio Hugo Chávez, em entrevista à psicóloga, cientista política e sua conselheira Martha Harnecker (2005, p. 32, tradução nossa). Segundo ele:

Quando Carlos Andrés Pérez enviou as Forças Armadas às ruas para reprimir aquela revolta social e houve um massacre, os membros do MBR-200 perceberam que passávamos de um ponto sem retorno e que deveríamos pegar em armas. Não poderíamos continuar a defender um regime assassino. Os massacres foram catalisadores para o MBR-200. Começamos a estimular nossa organização, nossa busca por contatos civis e movimentos sociais, a pensar sobre ideologia, e acima de tudo, sobre estratégia: como ultrapassar uma situação e encontrar a transição para uma melhor.²⁹

²⁹ “When Carlos Andrés Pérez sent the Armed Force into the streets to repress that social uprising and there was a massacre, the members of the MBR-200 realized we had passed the point of no return and we had to take up arms. We could not continue to defend a murderous regime. The massacres were a catalyst for the MBR-200. We began to accelerate our organizing, our search for civilian contacts and popular movements, to think about ideology, and above all, about strategy: how to transcend one situation and find a transition to a better one.” (HARNECKER, 2005, p. 32)

A importância dos militares para a ascensão política de Hugo Chávez também está presente na recuperação da imagem e simbolismo de Simón Bolívar³⁰ por parte de movimentos como o MBR-200 e, após as eleições, de seu próprio governo. Para Fabrício Pereira da Silva (2018), a tentativa de ressignificar e atualizar Bolívar pelo chamado “bolivarianismo” significa um movimento comum às esquerdas de periferia que se apropriam de conceitos e ideias do centro para nacionalizá-las de acordo com sua realidade³¹.

Não havia, portanto, um simples culto à imagem de Bolívar, mas a concepção de um bolivarianismo de esquerda, representante do que seria chamado de “socialismo do século XXI” (SILVA, 2018). Surgia, assim, a criação da identidade chavista, embasada em uma atualização à esquerda de Bolívar, em que se fundariam novos paradigmas para o funcionamento político e social da Venezuela.

E, com o intuito de fundar a chamada *V República*, Hugo Chávez convoca, em 1999, uma Assembleia Nacional Constituinte. Este ato não ocorreu pela via legislativa, pelo voto de parlamentares, mas através de um referendo popular – com forte apoio da população, como demonstram os resultados, em que mais de 80% dos eleitores foram favoráveis a uma nova Constituição (GOULART, 2013). Chamar o povo venezuelano para decidir de forma participativa, através do voto, foi uma solução de Chávez para um problema antigo da esquerda, visto que, mesmo quando conseguia eleger um presidente, este não conseguia ter base política para passar suas propostas (HARNECKER, 2007). As perguntas do referendo e seu resultado estão abaixo, na Tabela 4.

³⁰ Simón Bolívar [1783-1830] é reconhecido como o principal líder de processos de independência na América Latina, sendo um militar e político venezuelano. Para José Martí (2015), ele representa um projeto de independência na América diferente da revolução americana, por respeitar a autodeterminação dos povos, propor a abolição da escravidão e buscar a solidariedade entre os “países da revolução”.

³¹ É interessante refletir sobre a possível proximidade deste processo de recuperação e atualização de Bolívar feita por Chávez com a relevância que adquire, em Cuba pós-revolução, a figura de José Martí.

TABELA 4. RESULTADOS DO REFERENDO CONSULTIVO DE 1999

Pergunta	Resultado (votos válidos)
Você convoca uma Assembleia Constituinte com propósito de criar um novo ordenamento jurídico que permita o funcionamento de uma Democracia Social e Participativa?	Sim: 87,75% Não: 7,26%
Você está de acordo com as bases propostas pelo Executivo Nacional para a Convocatória da Assembleia Constituinte, examinadas e modificadas pelo Conselho Nacional Eleitoral, em sessão de 24 de março de 1999, publicada integralmente na Gazeta Oficial da República da Venezuela N° 36.669 de 25 de março de 1999?	Sim: 81,74% Não: 12,75%

Fonte: (GOULART, 2013, p. 202)

A Constituição elaborada pela Assembleia Nacional Constituinte, em 1999, renomeou o país para *República Bolivariana de Venezuela*. Essa Carta afirma, ainda, que o país fundamenta seus princípios morais, e valores como liberdade, igualdade, justiça e paz internacional na doutrina de Simón Bolívar – apresentado, ainda, como *El Libertador* (REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, 1999).

A Carta, dessa forma, recuperava Bolívar e o reatualizava para um projeto progressista e de esquerda, criando uma identidade nacional para categorias de teóricos socialistas (SILVA, 2018). Neste ponto, o chavismo se aproxima do leninismo, em que é preciso realizar uma análise concreta da realidade concreta, compreendendo as particularidades e os contextos de diferentes regiões e países – inclusive nos diferentes desenvolvimentos da luta de classes – para formular estratégias e táticas.

Através de um estudo sobre políticas e medidas comuns nas Constituições da Venezuela, da Bolívia e do Equador, Fidél Pérez Flores, André Luiz Coelho e Clayton Cunha Filho (2009) apontam para mecanismos de democracia participativa previstos nas Cartas. Todas realizadas na ascensão de governos da esquerda progressista – durante mandatos de Hugo Chávez, Evo Morales e Rafael Correa – com objetivos de superar “crises de representatividade” e refundar as bases institucionais de cada Estado. Assim, sendo frutos do período chamado, como afirmamos no capítulo 1, de maré rosa ou onda rosa, as Constituições inseriam inovações nos sistemas políticos de cada país (PANIZZA, 2006; SILVA, 2019). Focamos, aqui, na Carta venezuelana, conforme exposto na Tabela 5.

TABELA 5. MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO
VENEZUELANA DE 1999

Mecanismos de Participação	Constituição Venezuelana [1999]
Revogação de Mandatos	Todos os mandatos são revogáveis (art. 72)
Revogação/Ratificação de leis	Cidadãos podem convocar referendo para revogar leis e decretos presidenciais (art. 73 e 74) Qualquer modificação constitucional precisa de referendo (art. 341 e 344)
Iniciativa de lei	Cidadãos podem propor legislação, modificações constitucionais e convocar uma assembleia constituinte. (Art. 204, 341, 342 e 348)
Mecanismos de co-gestão	Organizações comunitárias participam na execução, controle e planejamento de obras, programas sociais e fornecimento serviços públicos. (Art. 70 e 184) Trabalhadores participam da gestão de empresas públicas. (Art. 184) Lei de 2006 sobre Conselhos Comunais regulamenta mecanismos de participação comunitária.
Mecanismos populares de controle e prestação de contas	Exercido por mediação do Poder Cidadão (Ministério Público, Defensoria do Povo e Controladoria Geral da República) (Art. 273 a 291) Sociedade organizada propõe candidatos para dirigir o Poder Cidadão; Assembleia Nacional nomeia. (Art. 279) Membros do poder cidadão são designados por consulta popular apenas em ausência de maioria suficiente na Assembleia Nacional. (Art. 279)
Mecanismos de representação ampliada	Conselhos Comunais nomeiam representantes para integrar o Comitê de Seleção de juízes. (Código de Ética do Juiz e da Juíza Venezuelanos). 3 deputados especiais indígenas (Artigo 186).
Autonomia indígena	Reconhece-se existência de uma organização social, política e econômica próprias. (Art. 119) Autoridades podem aplicar instancias judiciais próprias da sua cultura. (Artigo 260).
Política Externa	Cidadãos podem convocar referendo para aprovar tratados e convênios internacionais. (Artigo 73)

Fonte: Adaptado de FLORES; COELHO; CUNHA FILHO, 2009

Para alguns autores, como Jorge Lanzaro (2006), Francisco Panizza (2005) e John Sheahan (2002), Chávez utilizou, desde a Constituição até atos posteriores, sua própria popularidade para ampliar o poder do Executivo, ao mesmo tempo em que incluía na sua governabilidade ferramentas da democracia participativa, e, assim, garantia um maior “controle pessoal” dos rumos da política venezuelana, além da perpetuação no poder e a implementação de sua agenda desejada (DE MORAES, 2019). Esses autores, de forma geral, caracterizam o presidente como um “populista”. Panizza (2005), por exemplo, entende que Chávez é o resultado da decadência e exaustão de partidos políticos e tradições políticas, em que uma liderança assume a forma de “político da não-política”. No entanto, podemos questionar a constatação de um maior “controle pessoal” visto que, como observado na Tabela 5, os mecanismos de participação ampliavam a decisão popular sobre os rumos do governo. Da mesma forma, a classificação de “político da não-política” ignora o processo de educação política popular aprofundada ao longo do governo de Chávez através da participação.

Além disso, o chavismo também foi responsável por implementar iniciativas como os conselhos comunais e as comunas venezuelanas, iniciadas em seus governos, que garantiram um maior poder decisório e participativo – incluindo experiências de autogestão – em alguns lugares do país. As populações de *barrios*³², por meio dessa ferramenta, conseguiam definir prioridades e objetivos para o espaço onde moram, como a construção de escolas ou melhorias em saneamento básico, formulando políticas públicas (SCHEIDT, 2017; RODRIGUES, 2012).

Afinal, a simples existência de uma assembleia, de acordo com Martha Harnecker (2007), não pode ser classificada como participativa de forma concreta sem que exista, para o povo, acesso à informação, transparência e politização. Educar politicamente a população, para valorizar os mecanismos de participação, foi um dos propósitos da Constituição, por exemplo. Seu objetivo “participativo e protagonista” já esteve evidente durante a sua elaboração, visto que, durante as discussões da Assembleia, inúmeras propostas à constituinte foram enviadas pela sociedade civil (GOULART, 2013). As comunas e conselhos comunais agregaram ao povo uma “politização”, estimulando a responsabilidade política, a participação nas discussões, e

³² Na Venezuela, *barrios* se referem a locais de periferia, geralmente com população pobre, equivalente às favelas brasileiras (RODRIGUES, 2012).

dando poder decisório para populações de bairros pobres – ainda que, é claro, sendo experiências com diversas limitações e erros (SCHEIDT, 2017).

Em outros momentos, Chávez também utilizou o voto da população como ferramenta participativa para tomadas de decisão, como em um referendo de 2000 que permitiu a renovação de lideranças sindicais e no referendo revogatório de 2004³³. No entanto, ao mesmo tempo em que ferramentas de democracia direta avançavam, a abstenção da população nesses processos aumentava (LISSIDINI, 2008; GOULART, 2013). Assim, Alicia Lissidini (2008) entende que a ideia de democracia direta – ou semi-direta – na Venezuela apresenta ambiguidades por ter seus mecanismos implementados em detrimento do maior poder do Executivo em relação ao Legislativo; apresentar mais plebiscitos relacionados a sua pessoa do que a outros temas; permitir que os cidadãos decidissem sobre a continuidade de Chávez no poder, ainda que a oposição não tenha aceitado seus resultados; denúncias de irregularidades e falta de transparência.

É preciso destacar que Hugo Chávez, de início, não procura estabelecer rupturas de diálogos com os Estados Unidos nas relações exteriores da Venezuela. Ainda que o presidente tenha ascendido interrompendo uma alternância de poder entre elites partidárias e encarnando as críticas e indignações populares com a agenda neoliberal, sua política externa não rompe de imediato com a diplomacia estadunidense – apesar de gerar desconfiças ao, por exemplo, aproximar-se do Iraque (VALENTE, 2013). Afinal, as próprias experiências chavistas iniciadas com a democracia participativa proposta pela Constituição de 1999 já estavam na contramão das ideias que fundam, como discutido anteriormente, a racionalidade competitiva e individualista do neoliberalismo (DARDOT; LAVAL, 2016)

No ano 2000 ocorrem eleições legislativas, dando ampla vitória ao partido do governo, *Movimiento V República*, que obteve 92 assentos na Assembleia enquanto, por exemplo, o segundo partido mais votado, *Ação Democrática*, ficou com 33 assentos. Também nas eleições presidenciais, em julho do mesmo ano, Hugo Chávez foi reeleito com quase 60% dos votos, enquanto seu adversário, Francisco Arias Cárdenas, ficou

³³ O referendo revogatório de 2004 foi convocado pela oposição ao chavismo – aproveitando-se dos instrumentos de democracia participativa – para decidir se Hugo Chávez continuaria na presidência da Venezuela. O referendo, no entanto, deu vitória ao chavismo e fortaleceu o presidente, aprofundando inclusive sua legitimidade. (GOULART, 2013; MARINGONI, 2009). Esse momento tem forte significado para os partidos da chamada “maré rosa”, visto que a própria oposição de direita desistiu das regras da democracia liberal, sistema criado por eles mesmos.

com 37,52% (GOULART, 2013). Assim, o chavismo expandia sua popularidade entre os estados do país e a oposição perdia seus espaços institucionais de atuação e reivindicação, devido às derrotas nos diversos processos eleitorais. Aqui, é possível perceber que a identidade chavista, por meio do bolivarianismo, ganhava popularidade e se consolidava (SILVA, 2018).

Uma ruptura intensa, na política externa venezuelana, com relação aos Estados Unidos, ocorre em 2002 (VALENTE, 2013). Neste ano, ocorreu uma intensificação da polarização entre os apoiadores do chavismo e as forças opositoras – em grande parte, apoiadoras dos antigos partidos dominantes do *puntofijismo* – e iniciou-se uma tentativa – apoiada, em grande parte, pelos meios de comunicação privados – de retirar Hugo Chávez do poder. Este momento torna-se fundamental para compreender a correlação de poderes nas instituições venezuelanas e, além disso, como a oposição, sem sucesso na via eleitoral, procurou conseguir seus objetivos a partir de outros meios.

Ainda que o poder das elites partidárias tenha se reduzido com as vitórias do chavismo nos processos decisórios e a popularidade de Chávez, elas ainda reservam certo poder para modificar os rumos da política venezuelana, como demonstra o ocorrido em 2002 (GOULART, 2013; MARINGONI, 2009). De forma resumida, no período anterior à tentativa de golpe, opositores ao chavismo passaram a intensificar suas críticas contra o governo, assim como este passou a fortalecer seu discurso contra líderes e entidades contrárias ao projeto bolivariano. A imprensa venezuelana ajudou a elevar a temperatura política e estimular a polarização com, como afirma Maringoni (2009, p. 123), “uma verdadeira campanha” contra Hugo Chávez.

O presidente também eleva o tom. No dia 7 de abril de 2002, em um programa semanal da televisão estatal, intitulado *Alô, Presidente*, Chávez anuncia – de forma bastante performática³⁴ – a demissão de sete gerentes da empresa *Petróleos de Venezuela* (PDVSA) (MARINGONI, 2009; LÓPEZ MAYA, 2002). Sendo resultado de um longo processo de disputa com dirigentes da empresa, o próprio presidente reconhece, mais à frente, que sua atitude foi exagerada, inserindo-se em um contexto de fortalecimento da polarização e disputa política que já não conseguia ser canalizada pelas vias institucionais (HARNECKER, 2005).

³⁴ Segundo Maringoni (2009), o presidente apareceu na televisão, naquele dia, com um apito e, fazendo alusão ao beisebol (esporte popular no país), anunciou cada demissão assoprando o instrumento e gritando o termo “Off-side!”.

A Central de Trabalhadores da Venezuela convocou, em 9 de abril de 2002, a paralisação de trabalhadores da PDVSA, apoiada por organizações opositoras ao governo, pela Igreja Católica e pelo principal sindicato patronal do país, chamado *Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción de Venezuela* (Fedecámaras). Apesar de inicialmente não ter grande adesão, a paralisação se converteu em uma greve geral e, no dia 11 de abril, em uma grande manifestação contrária ao chavismo (GOULART, 2013; LÓPEZ MAYA, 2009).

Voltando-se ao palácio presidencial de Miraflores, os manifestantes passaram a ter, como principal objetivo, a retirada de Chávez do poder. Um tiro é disparado e, imediatamente, os meios de comunicação venezuelanos passam a culpar o governo pelo início da violência – ou seja, estimulando a narrativa de que franco-atiradores chavistas teriam atirado contra civis (LÓPEZ MAYA, 2009). Aqui, percebemos como a mídia exerceu um papel fundamental na tentativa de golpe, se utilizando de informações não-confirmadas, manipuladas ou, até mesmo, falsas, visto que, alguns dias depois, se descobriria que imagens incompletas foram utilizadas com o intuito de culpar o governo³⁵ (GOULART, 2013; MARINGONI, 2009; LÓPEZ MAYA, 2002; DE MORAES, 2019). Aqui, vemos como o “espetáculo”³⁶ propagado pela televisão, com o uso de imagens que auxiliam na construção de narrativas, tem um potencial mobilizador e, assim, pode servir como apaziguador de um povo que reivindica direitos nas ruas ou, por outro lado, estimulador de revoltas que servem a um golpe de Estado, servindo inclusive a interesses da classe dominante (DEBORD, 1997). Acontece que, como ressalta Domenico Losurdo (2016), a capacidade e potencialidade que assume, hoje, a mídia de massas transformam o espetáculo em uma operação bélica, que incita a guerra.

Chávez, neste momento, é retirado do governo – estabelecendo algumas condições – e, assim, consolida-se o que Maringoni (2009, p. 130) aponta como um novo formato de golpe de Estado, de caráter virtual e midiático. Aqui, fica evidente como a exploração de escândalos – independentemente de se verdadeiros ou falsos –

³⁵ Para mais informações sobre o papel da imprensa neste momento, vide o documentário de Kim Bartley e Donnacha O’Brian (2003), chamado *A revolução não será televisionada*. Um balanço mais detalhado sobre o ocorrido em 11 de abril de 2002 encontra-se em López Maya (2002; 2003b).

³⁶ O espetáculo, para Guy Debord (1997), diz respeito ao conjunto das relações sociais mediadas por imagens que, no capitalismo, incentivam o consumismo, o individualismo, e servem como instrumento de domínio de classe. Nesse sentido, o desenvolvimento material dos meios de comunicação permite que o modo de produção se sustente a partir e para a produção de espetáculos. Voltaremos ao tema do espetáculo no quarto capítulo.

por parte dos meios de comunicação é característica da destituição de mandatários na contemporaneidade (PÉREZ-LIÑAN, 2007).

Ao retornar para o cargo de presidente – depois de uma disputa travada entre a base chavista e apoiadores do golpe, dois dias preso sem comunicação e uma “falsa renúncia” noticiada pelo país –, Chávez inicia um período de maior diálogo, sem inflamar os ânimos – como fazia anteriormente. Os militares que participaram da tentativa de tomada de poder são absolvidos pelo Tribunal Supremo de Justiça (LÓPEZ MAYA, 2002). A oposição, no entanto, continuava a disputar o poder sem seguir os caminhos institucionais (GOULART, 2013; LÓPEZ MAYA, 2003b).

As consequências do golpe, todavia, eram sentidas na política externa, como relata Leonardo Valente (2013), pois a participação dos Estados Unidos na tentativa de derrubar Chávez era considerada pelo governo – baseado em fortes indícios. Estar contra Washington tornava-se necessário para Caracas, denunciando em diversas esferas as intervenções estadunidenses sobre seu sistema político e econômico.

A polarização, apesar do fracassado golpe de 2002, continua se desenvolvendo em 2003. Neste ano, além de uma greve na PDVSA que paralisou a produção de petróleo – levando à queda do PIB e à piora de indicadores sociais – a oposição inicia a coleta de assinaturas para um referendo revogatório, aproveitando-se dos mecanismos da democracia participativa estimuladas pelo chavismo, com o objetivo de retirar Chávez do poder (GOULART, 2013). O contexto iniciado após a confirmação da aplicação do referendo, pelo Conselho Nacional Eleitoral venezuelano, é descrito por Margarita López Maya (2009, p. 253):

Com o anúncio da ativação do processo de referendo, os meses seguintes viram uma mudança nos discursos e atitudes dos atores políticos, marcados por uma maior moderação e equilíbrio no afã de conseguir os votos dos setores do eleitorado que as pesquisas de opinião revelavam não estar polarizados e/ou radicalizados, mas que seriam decisivos no resultado final. Uma vez mais, iniciou-se na Venezuela a intensa atividade de organização e mobilização das bases do governo e da oposição com o propósito de enfrentar o referendo, cujo desfecho poderia decidir a luta hegemônica, que nas confrontações anteriores havia pendido para um predomínio, ainda reversível, das forças governistas.

Como resultado, o referendo garantiu a continuidade do governo – que recebeu 58,25% dos votos. Já a oposição, sem sucesso, teve o apoio de 41% (GOULART, 2013). O chavismo, mais uma vez, demonstrava que, apesar da polarização e constante

tensão, continuava a ser uma força política popular, capaz de se sustentar através do voto.

Em parte, os resultados negativos de ações da oposição para todo o povo venezuelano – como a paralisação da produção de petróleo da PDVSA – podem servir como explicação para a rejeição de pessoas indecisas aos grupos contrários ao governo. Os próprios empresários e donos de meios de comunicação se desgastaram financeiramente nas tentativas de derrubar o presidente (LÓPEZ MAYA, 2006). Este, por outro lado, fortaleceu seu discurso nacionalista, baseando-se na identidade e nas emoções geradas pelo bolivarianismo e no carisma construído na sua figura (SILVA, 2019).

Até o final de sua vida, em 2013, Hugo Chávez permanece presidente da Venezuela e ultrapassa diversos momentos de instabilidade política e crises. Passando por diversas eleições – e inclusive perdendo em um plebiscito em 2007, sobre uma reforma da constituição venezuelana – o chavismo enfrenta maiores dificuldades quando o preço internacional dos hidrocarbonetos – petróleo e gás – cai de forma significativa de 2014 em diante. Para Fidel Pérez Flores (2008), o resultado do referendo de 2007 e os desafios econômicos dos anos seguintes levam à necessidade de maior cautela no avanço do *socialismo do século XXI*.

De uma forma geral, ao longo de todo este período, a oposição ao chavismo era representada, em grande parte, por: instituições do antigo *puntofijismo*, como os partidos AD e COPEI; a Central de Trabalhadores da Venezuela (CTV); representantes do alto clero; especuladores e magnatas de multinacionais do petróleo; conglomerados de comunicação de massa. Por outro lado, entre a base e os aliados do governo Chávez estavam: partidos pequenos e movimentos – como o *Movimiento V República* – que formariam, em 2007, o chamado Partido Socialista Unificado da Venezuela (PSUV); setores pobres da população; pequenos e médios empresários; a Central Socialista de Trabalhadores da Venezuela (CST); militares; partidos com governos de esquerda e/ou progressistas, como Cuba, Bolívia, Argentina e Equador (DE MORAES, 2009). Em 2012 Hugo Chávez passa por mais um processo eleitoral, sendo aprovado para seu quarto mandato por 55,07% dos votos válidos (GOULART, 2013). Apesar de sua crise, com o fortalecimento de opositores e a constante instabilidade política, o chavismo revela ainda expressar, por meio do voto, sua popularidade.

Esse é o legado de disputa política deixado por Chávez para Nicolás Maduro, que assume a presidência da Venezuela a partir de 5 de março de 2013. Com uma tensão política e polarização não resolvida, o chavismo encontra como obstáculo a necessidade de sobreviver sem Chávez e em um contexto mais desfavorável, com a perda de alguns parceiros progressistas da maré rosa, a queda nos preços de hidrocarbonetos e uma oposição que continua a tentar derrubar o presidente.

c. Chávez e Maduro: entre continuidades e rupturas

A morte de Hugo Chávez, uma figura que, como vimos, divide tanto as opiniões e, além disso, expressa forte apelo emocional para alguns setores da população, tem grande impacto para o projeto político chavista. Nicolás Maduro, ex-maquinista, membro do *Movimiento V República*, ex-presidente da Assembleia Nacional Venezuelana entre 2005 e 2006 e Ministro das Relações Exteriores entre 2006 e 2013, assume o poder em abril de 2013 após discussões sobre a sucessão de Chávez e um processo eleitoral apertado (ELLNER, 2013).

Henrique Capriles, principal adversário, membro do partido *Primer Justicia* (PJ), ficou com 49,12% dos votos. Já Nicolás Maduro, apresentado como continuidade do governo chavista, foi apoiado por 50,61% dos eleitores (ELLNER, 2013). O resultado apertado do processo eleitoral expressa o legado de um país dividido em que, apesar da vitória do chavismo, grupos opositores ganham maior força e legitimidade.

Ao mesmo tempo, analisando em um contexto mais amplo, percebemos que a vitória de Maduro, unida a outras no mesmo período, como Michelle Bachelet no Chile em 2013, Dilma Rousseff no Brasil em 2014 ou Tabaré Vázquez no Uruguai em 2014, demonstrou que as oposições aos governos da maré rosa ainda não apresentavam força o suficiente para derrotar a esquerda progressista nas urnas (COELHO; VALENTE, 2018).

Segundo Julia Bastos e Marcelo Obregón (2018), apresentar-se como continuidade do chavismo e, especialmente, aproximar-se da figura de Chávez, trouxeram benefícios e problemas a Nicolás Maduro. Por um lado, garantiu ampla densidade eleitoral devido ao apelo popular que Hugo Chávez representa para setores da

população venezuelana. Além disso, a base chavista – formada, em grande parte, por pessoas de menor renda – também tornou-se defensora nas ruas, atuando para proteger a aplicação dos projetos de Maduro e sua permanência na presidência.

Por outro lado, o novo presidente não tinha o carisma construído na imagem de Chávez e distanciou-se de um tom conciliatório. Ao mesmo tempo em que a oposição conseguia reunir grandes marchas – e incitando denúncias de fraude nas eleições de Maduro –, o mandatário também radicalizava seu discurso. Na esfera internacional, os países com governos progressistas apoiavam o governo venezuelano enquanto os mais inclinados a políticas neoliberais evitavam manifestar qualquer forma de apoio (BASTOS; OBREGÓN, 2018).

Ainda no ambiente internacional, conforme apontam os cientistas políticos Victor Mijares e Carlos Romero (2016), Maduro não só dá continuidade como aprofunda um processo do chavismo marcado pela centralização e politização da agenda de política externa. Este movimento não pode ser compreendido como uma vontade unilateral do presidente, mas deve relacionar-se com um novo contexto: se antes Chávez buscava ampliar a presença e influência da Venezuela internacionalmente, Maduro precisava reagir aos ataques e pressões de outras nações com relação à sua política e seus conflitos internos (MIJARES, 2015).

Uma nova baixa no preço do petróleo, em 2014, levou à dificuldade em manter altos índices de exportação, resultando na escassez e falta de medicamentos, alimentos e bens de necessidade básica (LÓPEZ MAYA, 2016). Esse colapso na economia venezuelana intensifica ainda mais a dificuldade, para Nicolás Maduro, em liderar uma política externa isolacionista e conflituosa (MIJARES; ROMERO, 2016). Ou seja, a instabilidade política interna da Venezuela, manifestada pelas disputas nas ruas e intensificada por crises econômicas, reflete-se nos rumos da política externa.

Um exemplo da negatividade existente com relação ao presidente Nicolás Maduro – que carrega como bônus e ônus a eterna comparação com seu antecessor – está presente na análise de Margarita López Maya (2016, p. 169, tradução nossa):

A continuidade de um mercado petrolífero instável e deprimido, um presidente agora sem carisma e politicamente fraco e uma orientação governamental errática, polarizada e sem qualquer reconhecimento do crescente descontentamento da população, marcam a gestão de Maduro. Nos últimos dois anos, a este desempenho governamental se agregou a baixa dos preços do barril de petróleo no mercado mundial,

contribuindo para que o chavismo venha perdendo importantes respaldos políticos expressados no enfraquecimento de seu apoio eleitoral, a diminuição da popularidade do Presidente e na aparição de dissidências políticas internas.³⁷

A dependência da economia venezuelana em relação à exportação de petróleo não foi superada de forma estrutural. O país, inclusive, é chamado por alguns de *nação petroleira* (BASTOS; OBREGÓN, 2018). Sendo assim, o fortalecimento de políticas sociais e o avanço do projeto bolivariano enfraquecem diante de instabilidades no preço do barril de petróleo. Por outro lado, nações estrangeiras – interessadas na matéria-prima – tendem a utilizar mecanismos internacionais para pressionar a política interna do país de acordo com seus interesses. Para se ter um panorama da instabilidade no preço do petróleo ao longo dos anos, vide a Tabela 6.

TABELA 6. PREÇO MÉDIO DO BARRIL DE PETRÓLEO VENEZUELANO ENTRE 2010 E 2015

ANO	PREÇO POR BARRIL (\$)
2010	71,73
2011	101,00
2012	103,44
2013	99,79
2014	88,54
2015	49,70

FONTE: LÓPEZ MAYA, 2016, p. 177

Todavia, mantendo uma base popular fiel – ainda que minoritária – Maduro consegue disputar as ruas, assim como compreende a necessidade de garantir o domínio dentro de seu próprio partido – sem descartar, é claro, a relevância de outras figuras importantes, como o ex-vice-presidente do partido Diosdado Cabello, o Ministro de Relações Exteriores Elías Jaua e o vice-presidente Tareck el-Assaïmi, contribuindo para a estabilidade de Maduro – (ELLNER, 2013). Em grande parte, isto se deve à

³⁷ “La continuación del mercado petrolero inestable y deprimido, un presidente ahora sin carisma y políticamente débil, y una orientación gubernamental errática, polarizada y sorda a cualquier reconocimiento del creciente descontento de la población, han marcado la gestión de Maduro. En los últimos dos años, a este desempeño gubernamental se agregó la baja sostenida de los precios del barril petrolero en el mercado mundial, contribuyendo a que el chavismo venga perdiendo importantes respaldos políticos expresados en el debilitamiento de su caudal electoral, la disminución de la popularidad del Presidente y en la aparición de disidencias políticas internas” (LÓPEZ MAYA, 2016, p. 169).

politização herdada dos governos de Hugo Chávez, que ampliou a participação e discussões com a população, levando a uma consciência política acerca das conquistas proporcionadas durante o governo chavista em comparação com o antigo regime do *puntofijismo* (HARNECKER, 2007).

No ano de 2015, Maduro e o chavismo sofrem uma grande derrota. As eleições legislativas da Venezuela dão maior espaço – por volta de dois terços – no parlamento para a coalizão de partidos políticos da oposição chamada Mesa da Unidade Democrática (MUD). Até mesmo os três deputados eleitos obrigatoriamente por povos originários – conquista da democracia participativa chavista – foram eleitos pela oposição (LÓPEZ MAYA, 2016).

Esta situação expressa um desgaste do projeto chavista diante das dificuldades econômicas, sociais e políticas. Ainda assim, o presidente resistiu no poder, independente do acirramento político, com suporte, em grande parte, do apoio popular da base chavista, das Forças Armadas e de países que apoiavam seu governo.

Conforme o sociólogo venezuelano Edgardo Lander (2017), Maduro, após a vitória da oposição nas eleições parlamentares de 2015, iniciou uma série de medidas para sustentar-se no poder que, aos poucos, demonstravam conquistas da democracia participativa presentes na Constituição bolivariana. Dentre essas medidas, estão, por exemplo: o adiamento das eleições para governadores de 2016; a nomeação inconstitucional – segundo ele – de membros do *Tribunal Supremo de Justicia* e do Consejo Nacional Electoral; a declaração de que a *Asamblea Nacional*, de maioria opositora, estava em desacato – pois, segundo o tribunal, três deputados do Estado do Amazonas tiveram suas candidaturas impugnadas por fraude e, mesmo assim, foram incorporados pela Assembleia de maioria opositora. Ou seja, ao mesmo tempo em que a oposição aproveitava-se do histórico violento dos protestos e radicalizava-se para retirar da presidência Nicolás Maduro, o governo também reagia com medidas polêmicas e vistas pelas forças opositoras como centralizadoras e autoritárias.

Em maio de 2017, após a continuidade de seu desgaste político e do aumento na tensão entre forças governistas e opositoras, Nicolás Maduro convoca uma nova Constituinte, que seria eleita ainda naquele ano. A iniciativa desencadeia um debate que aprofunda a crise de legitimidade pela qual passava o governo, sendo criticada, inclusive, por chavistas (LANDER, 2017). Se uma Constituição, segundo Marx (2011)

em sua análise sobre os acontecimentos revolucionários da França entre 1848 e 1851, é uma ferramenta que resulta do desenvolvimento da luta de classes e consolidação do Estado Moderno, refletindo interesses e ideias da classe dominante – ainda que em um regime formalmente democrático – a constituinte convocada por Nicolás Maduro poderia ser compreendida de forma semelhante. Salvo a distinção evidente da realidade concreta da França no século XIX para a Venezuela contemporânea, o presidente Maduro não teria priorizado a consulta popular em sua decisão de convocar a Assembleia Nacional Constituinte (BELLO, 2019). Todavia, a correlação de forças da Venezuela e os desafios encontrados pelo governo para garantir a Constituinte neste momento – em conflito com grandes empresários, com a oposição e os meios de comunicação privados – dificulta sustentar a afirmação de que ela foi fruto dos interesses da classe dominante.

Por outro lado, o cientista político e economista Jorge Beinstein (2017), descrevendo a conjuntura venezuelana que levou à convocação da Assembleia Constituinte, entende que a iniciativa do governo significou uma busca pela disputa com setores mais moderados da oposição, pela via eleitoral e institucional. Essa tentativa de “paz”, todavia, estaria destinada ao fracasso por conta do caráter absolutamente antagônico entre o projeto chavista e o objetivo de “recolonização” do país encarnado pelos atores contrários ao governo.

Para o referido autor, os objetivos da oposição podem ser classificados como “recolonizadores” por representarem, em grande parte, o interesse de nações estrangeiras – especialmente os Estados Unidos – na política e na economia venezuelana, visando favorecer seus próprios mercados. Assim, enquanto em 2003 as exportações de petróleo venezuelano foram 70% voltadas para os Estados Unidos, este número baixou para 20% em 2016. O país passou a aumentar suas negociações com, por exemplo, China e Índia (BEINSTEIN, 2017). Apoiar a oposição violenta nas ruas, a campanha midiática contra o chavismo, o embargo econômico e o isolamento da Venezuela seriam as principais ferramentas imperialistas para derrubar Nicolás Maduro, visto que uma intervenção militar estava dificultada tanto pelo apoio das Forças Armadas ao governo quanto pelas milícias populares que, iniciadas durante o período de Chávez no poder, estariam treinadas para defender a continuidade do chavismo através da luta armada.

Pode-se afirmar que, como apontam Ana Benatuil, Antonio González e Martha Pineda (2017), que a refundação do Estado projetada pela convocação da Constituinte alegava pretender pacificar o país e cristalizar conquistas da democracia participativa e políticas sociais universais. Ainda assim, não somente a oposição, mas mesmo setores bolivarianos ficaram receosos com a iniciativa, visto que a Assembleia Constituinte concentraria poderes superiores a qualquer outra instituição do Estado.

Sem a iniciativa de convocar de um referendo popular para, somente depois, formar a Constituinte, Maduro gerou ainda mais desconfiança entre setores chavistas, que temiam perder os avanços da democracia participativa conquistados pela Constituição de 1999 (BENATUIL; PLESSMANN; PINEDA, 2017). Este fato, é claro, deu ainda mais forças a grupos contrários ao chavismo e às notícias que repercutiam em conglomerados da mídia que incitavam protestos e represálias contra Maduro (BEINSTEIN, 2017).

O processo de discussão da constituinte, foco desta pesquisa, é amplamente coberto pela mídia internacional – incluindo, portanto, os meios de comunicação latino-americanos. Nesse período, em resumo, diversas manifestações ocorrem no país, que, como vimos, carrega um legado contraditório de fortes avanços da democracia participativa e em políticas sociais – sendo, assim, um dos principais representantes de esquerda da maré rosa – e, ao mesmo tempo, apresenta uma oposição violenta que não conseguiu canalizar sua disputa política para dentro das instituições. Toda esta relação está inserida em uma continuidade da dependência econômica venezuelana atrelada, em grande parte, ao preço do petróleo e do gás.

CAPÍTULO 3: A Venezuela na primeira página dos jornais

Neste capítulo, discorreremos sobre a metodologia utilizada para analisar os títulos das notícias retirados das primeiras páginas das edições impressas dos jornais. Junto a isso, acrescentamos uma discussão teórica apontando as críticas a esta metodologia, feitas em um artigo por Luis Felipe Miguel (2015), e a resposta de João Feres em defesa da análise de valências. Ao final, apresentamos os dados obtidos em tabelas e um gráfico montados pelo *software* Microsoft Excel.

a. Metodologia da Pesquisa

Unimos, para esta pesquisa, duas diferentes metodologias. Primeiro utilizamos, por meio de títulos de notícias, a chamada Metodologia de Análise de Valência, sobre a qual discorreremos mais à frente. Em seguida apresentamos – quando disponível – as agências de notícias das quais se originam as imagens que ilustram notícias presentes nas primeiras páginas da edição impressa de quatro diferentes jornais latino-americanos entre 1º de maio de 2017 e 31 de julho de 2017: o jornal brasileiro *O Globo*; *El Universal*, do México; *Clarín*, da Argentina; e *El Tiempo*, da Colômbia. Assim, de início, apresentamos o levantamento dos dados, contendo: o título da notícia; a data; e a agência de notícias da qual se originam as imagens, quando disponível.

Os dados nos demonstram o impacto que as principais agências de notícias do mundo, todas localizadas em países desenvolvidos do Norte global – Reuters, France-Presse (FP), Associated Press (AP) e a agência EFE – exercem nos veículos de imprensa latino-americanos e na narrativa por eles propagada sobre a crise política da Venezuela. Como discutiremos no capítulo 4, o domínio das imagens por parte dessas agências simboliza, via de regra, que os países periféricos enxergam-se mediados pelo olhar dos países centrais. Será possível, portanto, iniciar uma discussão sobre a trajetória das notícias, a economia política da imprensa cotidiana e a forma pela qual a América Latina se informa sobre sua própria região.

Junto a isso, utilizamos da chamada Metodologia de Análise de Valências (MAV) para classificar os títulos das notícias recolhidas – que fazem menção à figura do presidente Nicolás Maduro ou, de forma geral, à crise venezuelana – em três

categorias: favoráveis, contrárias ou ambivalentes. Isso nos possibilita compreender a perspectiva sobre a instabilidade política que é transmitida em alguns dos principais veículos de notícias latino-americanos e em que medida há espaço para a pluralidade de visões e opiniões.

A MAV foi intensamente debatida na *Revista Brasileira de Ciência Política* em artigos de Luiz Felipe Miguel (2015) e João Feres Júnior (2016). O primeiro, crítico ao método de pesquisa, entende que a análise de valência, grosso modo: confunde emissor, receptor, pesquisador e o objeto do discurso ao unir diferentes sistemas de apreensão dos estudos em comunicação; tenta categorizar a complexidade do jornalismo em uma escala simples – definida, de acordo com ele, entre “bom” e “mau”; utiliza, em seu método, a reprodução de um ideal de imparcialidade jornalística ao tentar definir os títulos das notícias como “neutras” (MIGUEL, 2015). Além disso, a subjetividade do pesquisador no processo de classificação dos dados também é colocada em questão por Luis Felipe Miguel, levando à possibilidade de uma “matematização abusiva”.

Como resposta às críticas levantadas, Feres Júnior (2016) aponta, de forma geral, que, em primeiro lugar, a análise de valência tem seu foco voltado para o emissor da informação. Afinal, recolhendo e apresentando a forma pela qual Nicolás Maduro é visto nas notícias dos diferentes veículos pela América Latina, voltamos nosso trabalho à produção e à circulação das notícias, sem, todavia, nos dedicarmos ao estudo sobre a maneira pela qual as informações são recebidas e apreendidas. As consequências da cobertura midiática em cada indivíduo, ou seja, como cada pessoa, em seu contexto, absorve as informações não são alvo desta metodologia.

Com relação à redução da complexidade, Feres Júnior (2016) entende que a MAV não se diferencia de outras metodologias nesse sentido, entendendo que o fator intersubjetivo da linguagem não pode prender-se a uma visão radicalmente construtivista – ou, como afirma o autor, um “perspectivismo radical” – das mediações humanas. Assim, seria possível atribuir categorias objetivas (positiva, ambivalente ou negativa) aos diferentes títulos de notícias em *websites* de jornais.

A questão da imparcialidade, para Miguel (2015), acarreta problemas profundos. O tratamento de todos os candidatos de forma negativa, por exemplo, seria uma forma de cobertura jornalística que poderia ser compreendida como imparcial. Feres Junior (2016) afirma, todavia, que a MAV trabalha com a percepção da imparcialidade em

relação ao tratamento dado em manchetes, de forma mais objetiva que uma normatização do conceito de imparcialidade. Como o foco da metodologia não está no receptor, mas no emissor, “fica a cargo do leitor concluir, por exemplo, ao se deparar com o mesmo viés “negativo para cada candidato”, que aquilo constitui imparcialidade” (FERES JR, 2016, p. 288).

Para Thompson (1998), é preciso pensar os meios de comunicação de massa dentro do contexto social e nas formas simbólicas em que os indivíduos que acessam essas informações estão inseridos. Assim, a recepção, segundo ele, é sempre uma *atividade mundana*, ou seja, existente dentro de uma rotina, da vida cotidiana do indivíduo e de um contexto sócio histórico específico.

Nesse sentido, nos auxilia a chamada Economia Política da Comunicação, que, como definido por Suzy dos Santos (2008, p. 15), é o “estudo das relações sociais, em especial as relações de poder que mutuamente constituem a produção, distribuição e consumo de recursos, inclusive os meios de comunicação”. Apesar de ser uma linha teórica fragmentada, a autora compreende que sua aplicação está ligada não só a um olhar crítico envolvendo os objetos das comunicações, mas também a um objetivo crítico de demandar maior participação democrática neste campo.

No entanto, dar conta de toda a realidade concreta existente na forma pela qual cada indivíduo, dos diferentes países latino-americanos, recebe e interpreta as diversas notícias que chegam em volume e velocidade maiores, com auxílio das novas tecnologias, necessitaria um aprofundamento para além dos recursos disponíveis para este trabalho. Por isso, em vez de realizar uma longa e complexa análise dos contextos nos quais os receptores se encontram e as diversas interpretações possíveis que se pode ter das informações que recebem, optamos por focar nosso estudo nos atores responsáveis pela produção e circulação das notícias sobre a crise política venezuelana na América Latina.

Ter o foco voltado para o autor nos permite, ainda, compreender o caminho que as notícias relacionadas ao governo de Nicolás Maduro percorrem. Conforme Pedro Aguiar (2018, p. 72):

Mesmo que uma notícia seja de interesse para um país vizinho ao lugar onde se origina, ela passa obrigatoriamente pela redação central da agência antes de ser remetida aos demais bureaux e aos clientes. Na sede, cada notícia é editada, hierarquizada, categorizada,

contextualizada e corrigida se necessário, e inevitavelmente modificada segundo os parâmetros profissionais, deontológicos, ideológicos e culturais dos jornalistas no país central. Este esquema geral do tráfego de notícias nas agências, a despeito das inovações tecnológicas, manteve-se inalterado até os dias de hoje. (AGUIAR, 2018, p. 72)

Desta maneira, a ação das agências ressalta nosso interesse em estudar como as notícias são produzidas e circulam. Além disso, torna-se interessante investigar o impacto do que é noticiado sobre a Venezuela nos jornais de seus países vizinhos – repetido da narrativa das agências de países desenvolvidos – na própria política interna venezuelana. Sendo assim, recordamos o papel da imprensa internacional, destacado por Maringoni (2009), durante o golpe contra Hugo Chávez em 2002 – já discutido anteriormente –, contribuindo para o isolamento do país e a intensificação da instabilidade política.

b. A cobertura sobre a instabilidade política de Nicolás Maduro

A dificuldade em manter a estabilidade política no país, a crise do chavismo e os desafios encontrados por Maduro para manter ativo o “projeto bolivariano” repercutem nos jornais de diversos países da América Latina. Nas primeiras páginas dos jornais, como demonstramos mais à frente, a Venezuela ganha destaque e, muitas vezes, é apresentada como um modelo negativo ao que deve ser seguido na política e na economia de outros Estados latinos.

Nesta seção, vamos apresentar os dados recolhidos pela pesquisa, a partir da metodologia descrita e discutida anteriormente. Primeiro, vamos apresentar os resultados da aplicação da Metodologia de Análise de Valência dos diversos títulos de notícias das primeiras páginas de diversos jornais, em sua edição impressa – obtida no formato PDF em *websites* –, entre os dias 1º de maio de 2017 a 31 de julho de 2017, pela América Latina.

Primeiro, apresentamos os resultados dos dados obtidos do jornal argentino *Clarín* na Tabela 7.

TABELA 7. ANÁLISE DE VALÊNCIA DOS TÍTULOS DE NOTÍCIAS SOBRE VENEZUELA DAS PRIMEIRAS PÁGINAS DO JORNAL ARGENTINO *CLARÍN*

JORNAL CLARÍN (ARG)		
CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	AMBIVALENTE
14	0	7

Fonte: Elaboração própria

Com relação às imagens, o jornal somente ilustrou três títulos de notícias referentes à Venezuela. Dessas, duas apresentam como origem a agência de notícias EFE e uma provém da AFP. Em 2010, o periódico argentino dominava por volta de 30% do mercado de jornais impressos do país (MASTRINI; BIZBERG; BECERRA, 2016). No ano de 2017, o *Clarín* impresso teve uma tiragem de mais de 220 mil³⁸ exemplares, mantendo-se um jornal de grande circulação na Argentina.

Na Colômbia, escolhida também por questões geopolíticas, vista sua proximidade geográfica com a Venezuela – além de questões como a entrada de refugiados, ameaças à defesa ou ao comércio entre os países –, o periódico *El Tiempo* se destaca como o principal no país. O jornal é membro do Grupo de Diários América (GDA)³⁹, um consórcio de diferentes jornais da região, incluindo periódicos de grande circulação diversos países da América Latina.

TABELA 8. ANÁLISE DE VALÊNCIA DOS TÍTULOS DE NOTÍCIAS SOBRE VENEZUELA DAS PRIMEIRAS PÁGINAS DO JORNAL COLOMBIANO *EL TIEMPO*

JORNAL EL TIEMPO (COL)		
CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	AMBIVALENTE
21	0	24

Fonte: Elaboração própria

³⁸ Disponível em: <<https://www.statista.com/statistics/971093/grupo-clarin-circulation/>>. Acesso em: 18 nov. 2019

³⁹ De acordo com seu próprio *website*, o GDA inclui os seguintes jornais: La Nación (Argentina), *O Globo* (Brasil), El Mercurio (Chile), El Tiempo (Colombia), La Nación (Costa Rica), El Universal (México), El Comercio (Perú), El Nuevo Día (Puerto Rico), El País (Uruguay), El Nacional (Venezuela) y La Prensa Gráfica (Salvador). O grupo tem como lema: “*Once periódicos. Once países. Una sola fuente.*”. Disponível em: <<http://gda.com/quienes-somos/>>. Acesso em: 18 nov. 2019.

De acordo com a Tabela 8, apesar de não incluir nenhum título considerado favorável ao governo Maduro, o jornal *El Tiempo* apresentou um número de títulos ambivalentes levemente superior em relação às contrárias. Podemos perceber, ainda, um volume maior de notícias repercutidas na primeira página do jornal impresso sobre o tema. Este fato pode ser explicado pela proximidade geográfica da Colômbia com a Venezuela, levando a uma maior preocupação com a instabilidade política, social e econômica com o país vizinho.

As fontes das imagens que ilustraram algumas das notícias do *El Tiempo* podem ser conferidas abaixo, na Tabela 9.

TABELA 9. AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS DAS IMAGENS DO JORNAL *EL TIEMPO*

JORNAL EL TIEMPO (COL)				
Agência de notícias				
Reuters	EFE	AFP	EPA	ANSA
8	4	4	3	1

Fonte: Elaboração própria

A presença da Reuters, EFE e AFP como majoritárias já chama a atenção. As outras duas fontes das fotografias que ilustram algumas notícias são a *European Pressphoto Agency* (EPA) e a italiana *Agenzia Nazionale Stampa Associata* (ANSA). Neste caso, o predomínio de agências de notícias de países de centro – ou Norte –, com relação à cobertura sobre a Venezuela, é completo.

O jornal brasileiro *O Globo*, com forte presença nacional, tinha, em 2010, um domínio de 28,4% do mercado de jornais impressos (MASTRINI; BIZBERG; BECERA, 2016). Em 2016, segundo o coletivo Intervezes, teve uma circulação de 302 mil exemplares (unindo impresso e versão digital)⁴⁰. Na Tabela 10, realizamos a aplicação da Metodologia de Análise de Valências nos títulos de notícias das primeiras páginas dos jornais entre maio e junho de 2017.

⁴⁰ Disponível em: <<https://brazil.mom-rsf.org/br/midia/detail/outlet/o-globo/>>. Acesso em: 18 nov. 2019.

TABELA 10. ANÁLISE DE VALÊNCIA DOS TÍTULOS DE NOTÍCIAS SOBRE VENEZUELA DAS PRIMEIRAS PÁGINAS DO JORNAL BRASILEIRO *O GLOBO*

JORNAL O GLOBO (BRA)		
CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	AMBIVALENTE
18	1	7

Fonte: Elaboração própria

Já as agências de notícias que servem como fontes das fotografias que ilustram os títulos das notícias sobre Venezuela no *O Globo*, durante o período, estão na Tabela 11.

TABELA 11. AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS DAS IMAGENS DO JORNAL *O GLOBO*

JORNAL O GLOBO (BRA)		
Agência de notícias		
Reuters	AFP	AP
2	2	1

Fonte: Elaboração própria

Apesar de apresentar menos ilustrações que o colombiano *El Tiempo*, o jornal *O Globo* também tem, nas suas primeiras páginas, imagens da Venezuela que passam pelas agências de notícias sediadas no Norte. Além disso, há uma forte tendência em apresentar o governo Maduro a partir de uma perspectiva negativa pelos títulos de notícias.

No México, o jornal *El Universal* é destacado pelo GDA como um dos principais periódicos de assuntos nacionais e internacionais que circulam no país. A escolha deste jornal, portanto, se deve ao fato de que, além de estar entre os jornais de maior circulação, ele apresenta um espaço razoável para notícias de outros países, dando relevância para a cobertura da crise venezuelana em suas primeiras páginas.

Na Tabela 12, encontramos o resultado da MAV aplicada no período da pesquisa. O *El Universal* demonstrou ser um jornal com grande proximidade entre o número de notícias contrárias e ambivalentes, ainda que só apresente 1 título de notícia favorável ao governo venezuelano. Ainda assim, a maior parte de seus títulos apresentam Maduro e o chavismo de forma negativa.

TABELA 12. ANÁLISE DE VALÊNCIA DOS TÍTULOS DE NOTÍCIAS SOBRE VENEZUELA DAS PRIMEIRAS PÁGINAS DO JORNAL MEXICANO *EL UNIVERSAL*

JORNAL EL UNIVERSAL (MEX)		
CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	AMBIVALENTE
10	1	9

Fonte: Elaboração própria

A particularidade do periódico mexicano também se reflete nas agências de notícias das quais as fotografias que ilustram algumas notícias se originam. Como vemos na Tabela 13, ainda que continue o predomínio de agências de notícias de países desenvolvidos, o *El Universal* também contempla fotografias de correspondentes do próprio jornal.

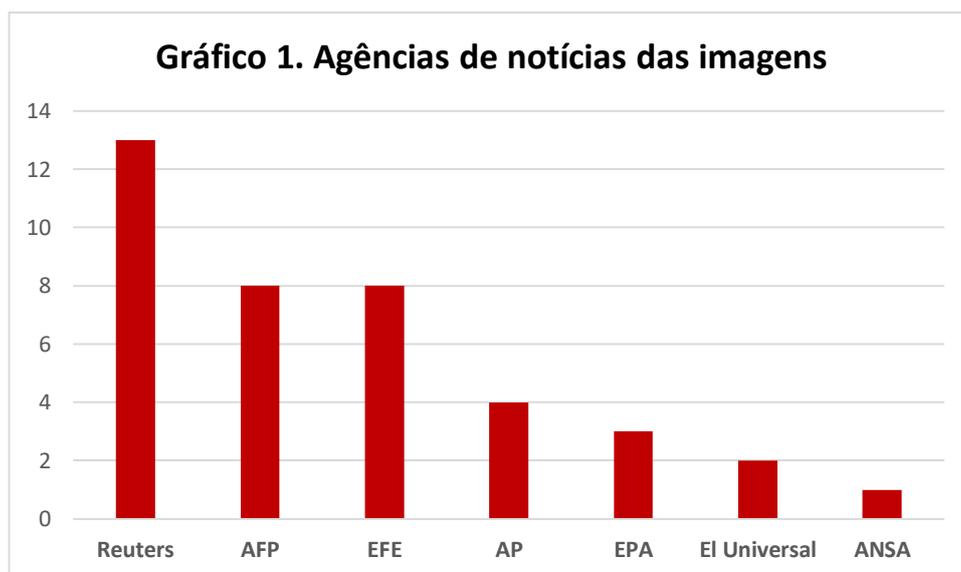
TABELA 13. AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS DAS IMAGENS DO *JORNAL EL UNIVERSAL*

JORNAL EL UNIVERSAL (MEX)				
Agência de notícias				
Reuters	AP	El Universal	EFE	AFP
3	3	2	2	1

Fonte: elaboração própria

De uma forma geral, os dados nos levam à conclusão de que não há grande pluralidade no viés pelo qual a crise midiática venezuelana é noticiada na região. Em sua maioria, portanto, as notícias apresentam títulos que tendem a uma visão negativa acerca do governo de Maduro e do chavismo.

Ademais, também podemos concluir que grande parte das fotografias que acompanham as notícias e estão presentes nas primeiras páginas das versões impressas, ganhando grande visibilidade, se origina de agências de notícias de países centrais – principalmente Reuters, AFP, AP e EFE. O Gráfico 1 agrupa as agências de notícias das imagens de todos os quatro jornais analisados anteriormente, permitindo-nos ter um parâmetro geral do domínio dessas agências.



Fonte: Elaboração própria

A partir da discussão realizada até aqui e com os dados que apresentamos nesta seção, demonstrando a predominância de agências de notícias de países centrais e da narrativa negativa acerca do governo Maduro na cobertura internacional durante a convocação da Assembleia Nacional Constituinte de 2017, realizaremos um debate, a seguir, acerca das dificuldades em garantir maior pluralidade nos meios de comunicação latino-americanos.

CAPÍTULO 4: Quem vende a crise? O papel da mídia latino-americana

Neste capítulo, apresentamos os dados obtidos pela aplicação da MAV nos títulos das notícias e as origens das imagens que ilustram as primeiras páginas da edição impressa dos jornais relacionados à crise venezuelana, conforme descrito no capítulo anterior. Logo depois, realizamos um debate acerca do impacto da dependência na atuação da imprensa latino-americana. Por fim, discutimos, com auxílio de autores como Dênis de Moraes (2011), Domenico Losurdo (2016) e Louis Althusser (1996), o papel das fotografias e imagens que circulam pela mídia na formação do imaginário sobre a Venezuela e, ainda, na legitimação de bloqueios econômicos e possíveis tentativas de intervenção estrangeira.

a. Das veias abertas às vozes abertas

A falta de pluralidade nas notícias sobre a Venezuela, constatadas na nossa pesquisa, faz parte de um contexto de dependência informacional da mídia latino-americana, já apresentada no capítulo 1. Nosso objetivo, nesta seção, é discutir de forma mais detalhada as características, causas e consequências dessa dependência – que não é só espiritual, refletida nas narrativas, mas também estrutural e material.

Como vimos no capítulo 1, a materialidade latino-americana constrói-se em uma relação de dependência com os países de centro. Seguindo a lógica marxista, o domínio da economia política reflete-se, também, nas forças espirituais, ou seja, na própria conscientização política, nas narrativas e discursos dominantes.

Conforme aponta Theotonio dos Santos (2011), os meios de comunicação e propagação de informação desenvolvem-se de forma global unida à internacionalização do capital a partir da Segunda Guerra Mundial. Abordando o desenvolvimento das empresas multinacionais, o autor compreende que elas exerceram um papel fundamental na consolidação e manutenção do domínio tecnológico-industrial de países centrais em relação aos periféricos – divisão já existente desde o período pré-capitalista. Assim, a dependência informativa, abordada por Pedro Aguiar (2018), não diz respeito somente ao domínio de narrativas – isto é, espiritual – das agências de notícias centrais, mas também associa-se ao conjunto de instrumentos materiais para propagação de

informações e notícias em nível mundial construídos por países centrais. Dessa forma, “o fluxo de informações a começar a ser formado nas mesmas linhas do fluxo comercial internacional da fase imperialista (monopolista) do capitalismo”⁴¹ (AGUIAR, 2018, p.103).

Contudo, também é preciso destacar que a economia política da comunicação tem seu sentido material ligado, ainda, ao comércio de mercadorias e a circulação de capital (SANTOS, 2008; AGUIAR, 2018). Afinal, o próprio desenvolvimento da possibilidade de trocar informações possibilitou o comércio em distâncias cada vez maiores, aproximou mercados e, inclusive, abriu espaço para o processo de financeirização do capital.

O desenvolvimento das agências de notícias e das estruturas globais de comunicação, descritas anteriormente, é construído na chamada terceira fase do modo de produção vigente, o chamado capitalismo monopolista ou financeiro⁴². As crises econômicas e políticas pelas quais a região passou no século XX, já nesta terceira fase, eram vistas pela CEPAL como conjunturais, que poderiam ser superadas através de políticas desenvolvimentistas ou programas protecionistas, como a substituição de importações. Vânia Bambirra (2013), por outro lado, apresenta estas crises como estruturais, isto é, intrínsecas ao desenvolvimento do capitalismo dependente. Assim, o conceito de dependência, para ela, não era somente uma relação a ser superada por ações de governos dentro dos paradigmas do modo de produção, mas um condicionante concreto do elo entre os países periféricos e os do centro-hegemônico. Theotonio dos

⁴¹ Ainda que, é claro, agências estatais existissem nos países periféricos – voltadas, em especial, para propagação de ações do governo. Uma vantagem em ter sua própria agência estatal para estes países era o controle do fluxo de informações que eram propagadas domesticamente. O desafio de desenvolver agências de notícias nos moldes das existentes em países europeus, todavia, era facilitado quando realizado junto ao investimento de países centrais (AGUIAR, 2018).

⁴² De uma forma geral, o desenvolvimento do capitalismo é, como relata o economista Samir Amin (2001), classificado em três fases de expansão. Primeiro, entre 1500 até por volta de 1800 existiu a fase mercantilista, marcada pela conquista das colônias, o tráfico negreiro, e a coexistência com estruturas do Antigo Regime feudal. Desde essa primeira fase, portanto, a periferia do sistema capitalista já se formara. A segunda fase, que predominou entre 1800 e 1950, indo desde a revolução industrial até o final da segunda guerra mundial, em que ocorreu um forte desenvolvimento das forças produtivas e, após, fortes contradições com o sistema econômico materializaram-se através, principalmente, da Revolução Russa. Fortalecido a partir de 1870 pelo aumento da concentração de capital e necessidade de expansão da taxa de lucro, essa fase passou a ser marcada pelo imperialismo e expansão capitalista para além do Estado nacional. No pós-guerra, as dificuldades em manter o Estado de Bem-Estar Social, o fim da União Soviética e a imposição de uma agenda econômica – a partir, por exemplo, de empréstimos realizados pelo Fundo Monetário Internacional – para o Terceiro Mundo, chamada pelo autor de “*recompradorización*”, tornaram a correlação de forças favoráveis para o capital dominante e permitiram a ascensão de oligopólios ou monopólios em nível global, levando à terceira fase de expansão do capitalismo, monopolista/financeira (também caracterizada pela globalização ou mundialização).

Santos (2017) destaca quatro aspectos fundamentais para o conceito de dependência: 1) é uma situação condicionante, em que, como reflexo de uma interdependência, países periféricos só podem se desenvolver em atraso ou abaixo de países centrais, como reflexo do maior desenvolvimento destes, materializando-se na divisão internacional do trabalho; 2) sua estrutura interna é redefinida em função das possibilidades distintas de cada economia nacional, entendendo que não há somente uma condição geral-abstrata, mas histórico-específicas em cada um dos países periféricos; 3) a manutenção da relação de dependência só é possível devido ao respaldo de setores nacionais que se beneficiam com ela; 4) a superação da relação de dependência não pode ocorrer pela repetição de políticas de desenvolvimento moldadas para reproduzir a estrutura do modo de produção em que se formou, se conserva e se desenvolve a partir da manutenção desta própria relação de dependência.

Esta análise, portanto, constata que o domínio material da América Latina, em questões mais voltadas à economia, relaciona-se com o progresso europeu e, em especial, à ascensão, manutenção e expansão do capitalismo. No entanto, os autores também destacam que esta dominação se reflete na chamada – nos termos do marxismo – superestrutura, ou seja, onde estão as leis, os costumes, a cultura, a filosofia e, até mesmo, as religiões. O próprio Friedrich Engels (1890) já destacara, em uma carta ao diretor da revista *Sozialistische Monatshefte*, Joseph Bloch, que apesar de predominarem as determinações materiais no desenvolvimento histórico da luta de classes, o fator econômico não pode ser considerado como único. Esta interpretação determinista estaria, ainda, em desacordo com o método dialético de apreensão da realidade concreta formulado – a partir da crítica a Friedrich Hegel – e seguido por Marx e Engels.

Eduardo Galeano (2010), em sua famosa obra *As veias abertas da América Latina*, realiza uma recuperação do desenvolvimento histórico latino-americano, marcado pela exploração, colonização, imperialismo, golpes e dependência. Sendo explorada desde o início da expansão do sistema capitalista, a América Latina, para o autor, estaria simbolizada pelas veias abertas por ter a riqueza de sua terra utilizada para a geração de riquezas escoadas para países centrais. Partindo da exploração de bens perecíveis como açúcar, noz-moscada, gengibre e até outras especiarias até o extrativismo de minerais e pedras preciosas, o período colonial inaugurou, para Galeano (2010), um período – ainda não superado – de subordinação das terras latino-americanas (com vasta riqueza quando comparadas com as terras europeias) aos interesses

estrangeiros. O autor apresenta um histórico relevante para compreender o contexto de dependência da região, assim como sua inserção dialética na consolidação e no progresso do capitalismo ocidental, exerce nas tentativas de desenvolvimento e garantia da soberania para governos latino-americanos até os dias atuais.

Dênis de Moraes (2011) parte do título do livro de Galeano para o desenvolvimento de sua obra *Vozes Abertas da América Latina*. Nela, Moraes destaca a consolidação de um pensamento único neoliberal – imposto a partir de países centrais – nos meios de comunicação da região.

Com as desregulações da economia e privatizações durante os anos 1980 e 1990 (ANDERSON, 1995; DARDOT; LAVAL, 2016), megagrupos de comunicação e mídia – alguns, inclusive, de caráter transnacional – alastraram-se pela América Latina. A falta de pluralidade, constatada no nosso capítulo 3 ao abordarmos as notícias sobre a Venezuela que repercutem na região, pode ser compreendida como resultado deste fator.

Os grupos midiáticos sentem-se desimpedidos para selecionar as vozes que devem falar e ser ouvidas – geralmente aquelas que não arranham as metas mercadológicas, convalidam suas agendas temáticas e não lhes criam embaraços no debate público. O tratamento diferenciado se estende aos governos conservadores (qualificados como ‘liberais’) e progressistas (etiquetados como ‘populistas’ ou ‘autoritários’). (MORAES, 2011, p. 144).

Esse domínio existente dos meios de comunicação pode ser melhor absorvido a partir do conceito de hegemonia formulado pelo italiano Antonio Gramsci (2007). Segundo ele, o uso da coerção do aparelho estatal – como forças policiais – unido à tentativa de formar o consenso através de aparelhos privados – mídia, igrejas, partidos ou sindicatos – caracterizaria a hegemonia. De forma semelhante, o filósofo Louis Althusser (1996) classifica esses órgãos de construção de uma vontade política uníssona – sem pluralidade – como Aparelhos Ideológicos do Estado. Estes, segundo ele, se subdividiriam em diversas áreas, como familiar, escolar, religiosa e cultural. Ou seja, a dominação de um grupo *hegemon*⁴³ não poderia ser classificada somente pelo uso direto da força física, mas seria preciso abarcar – principalmente nas sociedades ocidentais capitalistas –, por exemplo, a construção de uma opinião pública favorável aos interesses da classe dominante (GRAMSCI, 2007).

⁴³ Países, grupos ou lideranças que são dominantes.

Diferentemente da definição de Walter Lippmann (2008), abordada no capítulo 1, Gramsci (2007) entende que a opinião pública seria o ponto de contato entre os dois fundamentos da hegemonia, isto é, entre a força e o consenso⁴⁴. Criada a partir da queda do Estado absolutista, ela não somente criaria um pseudo-ambiente nas relações entre a pessoa e seu mundo externo, conforme a visão de Lippmann, mas seria o resultado da luta pelo monopólio da vontade política pública que consolidaria uma opinião geral, ainda que manipulada.

O exercício "normal" da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública- jornais e associações-, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. (GRAMSCI, 2007, p. 95)

A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isto, existe luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública – jornais, partidos, Parlamento –, de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica. (GRAMSCI, 2007, p. 265)

Assim, como destaca Moraes (2016), Gramsci aponta que o jornalismo e a imprensa são agentes históricos na formação e delimitação do que é apresentado como a opinião pública. Não há, portanto, nenhuma perspectiva de debate racional na sociedade de onde as opiniões ascendem e formam a vontade política geral, como em Habermas (1989). Apesar disso, há o uso de vozes dissidentes nos diferentes meios de comunicação, utilizados para fortalecer os interesses de quem tem o domínio desses meios – assim como, para Gramsci (2007), o exercício da hegemonia pressupõe a abertura de brechas para as vozes de classes subalternas⁴⁵. Ainda assim, ao priorizar determinadas interpretações, visões e pensamentos acerca de um tema, os jornais – que em sua maioria apresentam-se como objetivos, neutros ou independentes – demonstram

⁴⁴ Um exemplo de como a formação manipulada de um consenso pode estar relacionada com uma imposição forçada de certos ideais está, como discutido no capítulo 1, no chamado “Consenso de Washington”, formulado por organizações sediadas nos Estados Unidos (ANDERSON, 1995). Intitular essas medidas como um consenso, quando, na realidade é uma agenda que provém de um país do centro global para ser implementada, por exemplo, por governos latino-americanos da periferia, já revela uma tentativa de impor como ideias universais o que se originou de uma realidade concreta e um pensamento político, social e econômico estadunidense.

⁴⁵ Isto ocorre, é claro, com o intuito de conservar os interesses de “órgãos da opinião pública” e retirar das vozes discordantes qualquer caráter popular ou relevante – a “nuvem de poeira individual e inorgânica” (GRAMSCI, 2007, p. 265). Ou seja, mesmo a mídia não sendo monolítica, os (poucos) discursos contrários a seus interesses serão utilizados para legitimar e reforçar uma visão hegemônica.

ter um lado, expõem sua parcialidade. Como estamos falando de meios de comunicação inseridos na dinâmica do capitalismo global, voltados para o lucro e o interesse de acionistas, donos, grupos financeiros ou até mesmo anunciadores, torna-se possível pressupor que esses interesses expostos ao noticiar ou repassar qualquer informação estarão em acordo com a promoção da economia de mercado (MORAES, 2019).

Os governos progressistas da “maré rosa” conseguiram, até certo ponto e em diferentes nuances, promover políticas públicas voltadas para a comunicação que limitava o poder dos conglomerados de mídia na região (MORAES, 2011). Destaca-se, por exemplo, iniciativas como a *Ley de medios* na Argentina, que regulamentou os meios de comunicação eletrônicos, diminuiu o alcance de veículos privados e incentivou a criação e expansão de mídias estatais, comunitárias, locais ou de povos originários. Vale destacar que, mesmo com esta lei considerada fortemente progressista, na classificação apresentada por Fabrício Pereira da Silva (2014) os governos Kirchner não estão na categoria de refundadores, mas de renovadores.

Para Moraes (2011), Hugo Chávez, Evo Morales, Rafael Correa e Cristina Kirchner foram as lideranças progressistas que mais rejeitaram os monopólios dos aparelhos privados de hegemonia e se empenharam em fortalecer a pluralidade na informação. Ou seja, em grande parte, foram os governos progressistas refundadores – na classificação de Fabrício Pereira da Silva (2014) – que lideraram as políticas mais efetivas contra os conglomerados midiáticos latino-americanos.

Essa defesa de uma comunicação própria e não dominada por conglomerados apresenta-se também como uma defesa da soberania nacional e uma ação contra a condição de dependência dos países latino-americanos no sistema capitalista global. É Hugo Chávez, que entrara em conflito com meios de comunicação privados desde a tentativa de golpe em 2002 – conforme abordamos no capítulo 2 –, que reacende o interesse pelo livro de Galeano, e, com isso, o debate sobre o histórico de dependência da América Latina e o extermínio dos povos originários. Em 2011, na 5ª Cúpula das Américas, Chávez presenteia o presidente estadunidense Barack Obama com um exemplar em espanhol da obra de Galeano⁴⁶. Depois do evento, o livro obteve uma alta significativa no número de vendas. Outras iniciativas do governo Chávez, como a criação da *Telesur*, em 2005, visando combater o “discurso único” das principais

⁴⁶ Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2009/apr/19/obama-chavez-book-gift-latin-america>>. Acesso em: 28 nov. 2019.

agências de notícias que atuam na América Latina, e a organização de eventos Fórum Social Mundial de 2006 em Caracas, revelam o interesse do presidente venezuelano em disputar ideologicamente o campo da comunicação na região.

A visão de que o Estado necessita exercer ativamente políticas públicas para democratizar a informação e garantir a pluralidade, expressa, por exemplo, por Pedro Aguiar (2018), entra em contradição com a aversão ao Estado da racionalidade neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016). Ou seja, a vitória ideológica do neoliberalismo contribuiu não só para a formação de conglomerados, mas serve diretamente para sua manutenção, visto que qualquer tentativa estatal de regulamentar esses meios será exposta, na própria mídia, como um ataque a liberdade de expressão.

Se os discursos hegemônicos se expressam nos títulos de notícias das primeiras páginas de jornais, como abordamos no capítulo 3, como eles se relacionam com as imagens que provêm, em grande parte, de agências de notícias sediadas nos países centrais? É sobre este ponto que discorreremos na seção a seguir.

b. Imagens e neoliberalismo: entre o espetáculo e a guerra

Para Dênis de Moraes (2011), os monopólios midiáticos impactam a construção do imaginário social, em que se estabelecem as crenças, valores, posições sociais e identidades. Se, como visto no capítulo 3, o predomínio das fotografias que são reproduzidas nas primeiras páginas de edições impressas de jornais sobre a crise venezuelana provém, em sua maioria, de poucas agências sediadas em países centrais, então a imagem que domina o imaginário social é a filtrada e classificada a partir dessas agências.

Ou seja, se as informações recolhidas por correspondentes em diversos países do mundo passam pela hierarquização e seleção nas sedes das agências de notícias, conforme descrito por Pedro Aguiar (2018), logo a circulação de títulos de notícias majoritariamente negativos acerca de Nicolás Maduro são acompanhadas de ilustrações mediadas a partir do olhar – e interesse – de agências de notícias sediadas nos países centrais.

O significado do domínio das imagens é, para Moraes (2011), um fator essencial para a conservação da hegemonia. A concentração de canais de televisão em quatro grupos midiáticos no México, por exemplo, constatada por Trejo Delarbre (2010), reflete a hegemonia existente na comunicação de massas que se expressa, majoritariamente, através das imagens. Quando pensamos nas fotos expostas nas primeiras páginas de jornais de grande circulação, vemos que o domínio das imagens também se expressa na comunicação impressa, levando ao ponto de que o imaginário popular sobre a Venezuela é aquele que provém das agências de notícias sediadas em países centrais.

Dois papéis da mídia para a reprodução de capital são apontados pelo autor: primeiro, como agenda que legitima o discurso do ideário capitalista; segundo, ao assumirem a forma de conglomerados e agentes econômicos ativos do mercado – em especial, financeiro – com seus próprios produtos, investimentos e dando visibilidade a anunciantes (MORAES, 2011).

Althusser (1996) destaca o papel das imagens na formação e prática ideológica cotidiana imposta pelos Aparelhos Ideológicos de Estado. O autor ressalta como a ideologia encontra-se na prática de cada indivíduo e na constituição de cada sujeito. A materialidade da ideologia estaria expressa, por exemplo, nas relações imaginárias que os sujeitos têm com as condições reais nas quais existem e vivem.

A invenção do homem homogeneizado com o discurso da empresa, ou seja, a construção do sujeito empresarial, necessária para o domínio contemporâneo da racionalidade neoliberal, foi disseminada não só pela educação – através de grandes centros acadêmicos como o campo da economia da Escola de Chicago –, mas também pelos meios de comunicação que reproduzem estes ideais e vendem a competitividade do mercado como organizadoras de uma boa sociedade (DARDOT; LAVAL, 2016). A cultura do “governo de si” insere-se nas relações de trabalho, algumas vezes mascarada pelo discurso de maior autonomia ou liberdade, legitimando a “flexibilização” e a precarização. Facilitou-se, assim, a chamada “neogestão” das empresas, pela qual trabalhadores assumem mais riscos e expõem-se à instabilidade e à flutuação do mercado.

Isso não significa que a neogestão não seja novidade e o capitalismo no fundo seja sempre o mesmo. Ao contrário, a grande novidade reside na modelagem que torna os indivíduos aptos a suportar as

novas condições que lhe são impostas, enquanto por seu próprio comportamento contribuem para tornas essas condições cada vez mais duras e perenes. Em uma palavra, a novidade consiste em promover uma reação em cadeia, produzindo sujeitos empreendedores que, por sua vez, reproduzirão, ampliarão e reforçarão as relações de competição entre eles, o que exigirá, segundo a lógica do processo autorrealizador, que eles se adaptem subjetivamente às condições cada vez mais duras que eles mesmos produziram (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 329).

No ambiente internacional, a relação de dependência também é afetada por essa ordem voltada para a competitividade, o avanço de um suposto livre-mercado e um discurso cada vez mais contrário ao intervencionismo estatal. Sem espaço nem mesmo para políticas públicas visando a recuperação do capitalismo através da ação estatal, como defendido por Keynes (1996) – muito menos para ações estatais ainda mais “intervencionistas”, como as de Hugo Chávez na Venezuela – os países periféricos que fogem da agenda imposta como “a única alternativa” tornam-se o exemplo negativo propagado na mídia internacional.

Esse pensamento aproxima-se da perspectiva gramsciana, em que a hegemonia se manifesta, com o desenvolvimento dos meios de comunicação, pela da generalização de visões de mundo (MORAES, 2011). Forma-se, então, o que Guy Debord (1997) define como a “sociedade do espetáculo”. As imagens, neste sentido, passariam a obter certa autonomia, descolando-se da realidade ao mediar a relação entre as pessoas. Intrinsecamente conectado ao modo de produção vigente, o espetáculo produziria a inversão da realidade, promovendo um modelo de vida socialmente dominante, o consumo e tornando a contemplação do próprio espetáculo das imagens como o estilo de vida ideal. Aqui, percebemos uma forte conexão das ideias de Debord com a classificação de Marx e Engels (2007) da ideologia como a representação de uma “inversão”. Isto é, parte-se de uma abstração sobre os seres humanos, em sua forma imaginada e pensada, para chegar ao ser humano de carne e osso, ao invés do movimento contrário.

Michel Foucault (2008) entende que o funcionamento da sociedade burguesa e, portanto, do próprio capitalismo dificulta a comunicação imediata entre os seres humanos. Assim, as informações e conhecimentos são transmitidos mediados por um “aparelho administrativo e centralizado” (FOUCAULT, 2008, p. 200). O autor, diferentemente de Debord (1997), destaca mais o caráter disciplinar do ordenamento da sociedade neoliberal do que sua relação com o espetáculo como legitimador, produtor e

consequência da mediação pelas imagens. Ainda assim, Foucault reconhece como o desenvolvimento do capitalismo levou os indivíduos a uma uniformização dos signos e imagens em suas formas de se comunicar (e, também, se informar).

Podemos aproximar o diagnóstico de “sociedade do espetáculo” presente em Debord (1997), a necessidade do consenso para a hegemonia, segundo Gramsci (2007), e a falta de pluralismo dos meios de comunicação – concentrados em poucos conglomerados na América Latina – ao que Herbert Marcuse (1973) chama de “o homem unidimensional”⁴⁷.

Segundo Marcuse (1973), os direitos conquistados ao longo do tempo – como liberdade de expressão – perdem seu sentido lógico diante da dinâmica da sociedade industrial e capitalista. Dessa forma, a própria noção, por exemplo, de uma “sociedade livre” só pode ser definida, pensada e imaginada a partir dos procedimentos e termos da liberdade econômica inserida nos valores da classe dominante.

Próximo de Dardot e Laval (2016), portanto, o autor entende que a comunicação de massa, o desenvolvimento tecnológico e material dos meios de comunicação e a facilitação do acesso ao que é produzido pela imprensa geram hábitos e preceitos que resultam em um “padrão de comportamento e pensamento unidimensionais” (MARCUSE, 1973, p. 32). A mídia hegemônica, como destaca Moraes (2016), ainda absorve palavras com conteúdo progressista para inseri-las em uma interpretação que serve aos interesses econômicos de mercado – ligados, é claro, aos atores que controlam financeiramente os conglomerados de mídia. Por exemplo, a palavra “reformas”, que antes se referia a políticas públicas – pautadas por movimentos sociais, partidos políticos de esquerda ou sindicatos – voltadas para controlar o mercado e garantir direitos sociais básicos aos trabalhadores sem uma ruptura com o modo de produção capitalista, passa a ser utilizada para ações de governos que visam reprimir direitos trabalhistas e satisfazer bancos, patronato ou grandes empresas.

Assim, entendemos que a *unidimensionalidade* apontada por Marcuse (1973) se reproduz nos meios de comunicação latino-americanos, que repercutem, em grande parte, as notícias de agências de notícias de países centrais, afastando uma possível

⁴⁷ Outras produções interessantes acerca do impacto dos meios de comunicação e da indústria cultural na subjetividade humana e na formação dos valores mercadológicos como consenso foram realizadas por Raymond Williams (2011), Edward P. Thompson (1988; 2001), Noam Chomsky (1997), Theodor Adorno e Max Horkheimer (1985).

pluralidade nas narrativas acerca dos acontecimentos da região. Além disso, as próprias imagens passadas pela imprensa sobre a Venezuela, também originadas de poucas agências de notícias, carregam um valor imaginário e simbólico sobre as crises internas do país sem, necessariamente, considerar outras visões sobre o cotidiano venezuelano, como o governo de Nicolás Maduro – e seus apoiadores nas ruas –, a dimensão das dificuldades econômicas e a disputa política histórica existente entre o governo e a oposição.

Em nossa pesquisa, das 36 imagens referentes ao país durante o período analisado, 34 originam-se de correspondentes de agências de notícias sediadas na Europa ou Estados Unidos (vide o Gráfico 1). No caso estudado por esta pesquisa, as imagens são propagadas unidas, ainda, a textos desfavoráveis sobre a Venezuela, enfatizando uma conotação negativa sobre o país, que se torna referência contrária a qualquer característica positiva de uma perspectiva de país através do estigma de “não virar uma Venezuela”. O próprio governo venezuelano, durante o período de Chávez, denunciou esta cobertura:

Em 31 de julho de 2009, o Ministério da Comunicação e Informação divulgou estudo sobre as tendências do noticiário internacional sobre a Venezuela em jornais da América Latina, Estados Unidos e Europa. Metade das 725 reportagens analisadas se referia negativamente ao governo Chávez. E 79% dos 167 artigos de opinião e editoriais pesquisados eram desfavoráveis (MORAES, 2011, p. 151).

Aqui, vemos como a visão de “Bem contra o Mal” é propagada pelos meios de comunicação a nível global, com repercussão nos países periféricos devido não só ao domínio material evidenciado pela dependência informacional, mas também pela existência de uma *classe dominante dominada*, como afirmara Vânia Bambirra (1978), que ascende devido à sua submissão aos interesses externos, sem uma perspectiva desenvolvimentista, emancipatória ou soberana.

A mídia hegemônica, para Domenico Losurdo (2016), serve a uma lógica de espetáculo com objetivo, inclusive, de legitimar guerras – ainda que disfarçadas de possíveis “intervenções humanitárias”. Ainda assim, o autor entende que a análise de Debord apresenta uma visão unificadora do espetáculo no mundo, sem considerar a divisão do trabalho e as diferentes realidades concretas nas quais as contradições do espetáculo podem se inserir.

Pelas palavras de Debord, é nesse sentido que na sociedade do espetáculo (e principalmente na sociedade que transforma o

espetáculo em técnica de guerra), admitindo-se que nela ainda houvesse espaço para o ‘verdadeiro’, este é apenas um ‘momento do falso’. As imagens (os recém-nascidos retirados da incubadora, o cormorão ensopado de petróleo, os cadáveres mutilados, as supostas valas comuns, etc.) são acionadas para funcionar como *smoking gun*, ou arma fumegante; a esta altura, a ninguém é admissível impedir ou dificultar a luta contra o Mal (LOSURDO, 2016, p. 139).

Partindo dos estudos sobre a sociedade do espetáculo, o autor apresenta um desenvolvimento deste conceito abarcando não só a produção de um imaginário e um simbólico que reproduzem a lógica do capitalismo – tornando-se o próprio espetáculo uma relação que é produzida e que reproduz essa racionalidade –, mas também legitimador de intervenções bélicas que servem a investidas imperialistas, por parte de países centrais, na contemporaneidade. Ainda, os meios de comunicação que ascendem unidos à chamada globalização – discutido, como vimos anteriormente, por Milton Santos – impactam não só as ideias dominantes na sociedade, como já afirmara a famosa frase marxiana, mas igualmente as emoções que predominam na população – instituindo, inclusive, um calendário oficial próprio⁴⁸ de datas relevantes para lembrar e se emocionar (LOSURDO, 2010; 2016).

Assim, a própria indignação com o caso venezuelano insere-se nas emoções dominantes que, nos marcos de Losurdo (2016), propagam-se pelos meios de comunicação hegemônicos. Ainda que verdadeira a necessidade de comoção, a visão sobre a crise é disseminada de forma parcial, descontextualizada, hierarquizada e contextualizada de acordo com a visão política dominante nas agências de notícias de países centrais – diferente do que é apresentado, por exemplo, por agências de notícias de países da América Latina⁴⁹.

Aqui, vimos como o domínio sobre a produção e disseminação de notícias tem não só uma conexão com o poder sobre as ideias que circulam na sociedade, mas garante a hegemonia suficiente para mexer com emoções ou até mesmo legitimar

⁴⁸ Segundo Losurdo (2016; 2010), o 11 de setembro, por exemplo, passa a ser um dia quando muito se relembra o atentado ao World Trade Center, nos Estados Unidos, e pouco se aborda o golpe ao presidente Salvador Allende no Chile.

⁴⁹ Pedro Aguiar (2018), em sua tese de doutorado, lista as agências de notícias do Sul global, entre as quais destacamos: a *Prensa Latina*, agência de notícias estatal cubana fundada em 1959, após a Revolução Cubana; A chinesa *Xinhua*, fundada em 1935 como a agência de notícias do Partido Comunista Chinês e, após a Revolução Chinesa de 1949, tornou-se a agência nacional e oficial chinesa, alcançando, hoje, proporções globais; a norte-coreana *Chung-Yang Tong-shin* (ou, em inglês, a *Korean Central News Agency*), fundada em 1948 – mesmo ano em que foi formado, após diversas negociações fracassadas de reunificação, o governo da República Popular Democrática da Coreia (amplamente conhecida como Coreia do Norte).

guerras. Ainda, a proximidade entre coerção e consentimento presente no âmbito da opinião pública – que, como vimos, destacava Gramsci (2007) – apresenta-se evidente. No entanto, também é preciso reconhecer o papel dos novos meios de comunicação hoje, visto o papel relevante que a *internet* adquire na forma pela qual os jornais e as pessoas consomem e propagam notícias.

c. Uma breve nota sobre *internet* e dependência

Apesar de nossa pesquisa dedicar-se ao estudo sobre as primeiras páginas das edições impressas de jornais, não podemos ignorar que grande parte das notícias e imagens sobre a Venezuela repercutem na internet, seja, por exemplo, no *website* destes grandes veículos ou, inclusive, em compartilhamentos nas redes sociais. Por isso, dedicamos esta breve seção para uma discussão teórica acerca destes novos meios de comunicação e seu impacto no debate sobre dependência informacional.

A digitalização foi responsável por ampliar a gama de serviços e produtos e conteúdos disponíveis, além de permitir um aumento no acesso a diferentes tecnologias para diferentes estratos da sociedade, por garantir uma redução de custos (MORAES, 2011). Muitos autores, governantes e pensadores, como relata Pierre Levy (1999), atribuíram ao ciberespaço⁵⁰ um potencial democrático e até mesmo revolucionário.

Para a filósofa Marilena Chauí (2019), um dos desafios atuais da comunicação e do jornalismo está em lidar com a rapidez na qual as notícias são demandadas e, ainda, em como elas são apresentadas ao público – muitas vezes, seguindo a classificação e hierarquização a partir de interesses de mercado, como, por exemplo, o impacto de uma crise política na bolsa de valores.

Retomando Theodor Adorno e Max Horkheimer (1985), a autora entende que os meios de comunicação se inserem na chamada “indústria cultural” ao atuarem como empresas privadas no mercado, sendo parte da acumulação e reprodução do modo de produção capitalista. Como, então, esses conglomerados de mídia estariam atuando em um ambiente aparentemente anárquico, com potencial de disseminação de conhecimento global e acrônico? A resposta, como aponta Chauí (2019), está na própria

⁵⁰ Conforme Levy (1999), termo ciberespaço refere-se ao ambiente de comunicação aberta resultante da interconexão global de computadores e suas memórias.

contradição na qual a conexão mundial de computadores é criada e desenvolvida: um espaço onde é possível a participação e atuação de usuários ao redor do mundo enquanto se sustenta em um domínio técnico pouco acessível, utilizado por grandes empresas privadas e até mesmo governos como ferramenta de controle, vigilância e até mesmo roubo de dados.

Assim, entendemos que é preciso apresentar a divulgação e circulação de notícias no ciberespaço dentro de uma perspectiva crítica. Ou seja, ainda que exista o potencial participativo e democrático da interação entre os usuários ao redor do mundo, a relação de dependência – nos marcos do que vimos em Ruy Mauro Marini (2008), Vânia Bambirra (1978) e Theotonio dos Santos (2000) – impacta na forma pela qual a internet irá se construir, desenvolver e ser utilizada. A repercussão da versão digital dos principais jornais e as notícias vindas de portais e websites ligados a grandes conglomerados apontam para uma continuidade da hegemonia do “mundo real” no ciberespaço. Ou seja, não há como descolar as estruturas das relações sociais humanas das construções e interações que ocorrem no “mundo virtual”.

O jornalista galego Ignario Ramonet (2013), no entanto, ressalta que a internet possibilitou que o receptor das notícias se tornasse, de certa forma e em distintas proporções, um emissor – seja através de, por exemplo, compartilhamentos ou comentários acerca dos temas que são noticiados. Esta nova forma de interação atinge os jornalistas através da acentuação da perda de credibilidade diante do público. Também, pessoas que participam de eventos importantes podem filmar, registrar e divulgar informações antes mesmo das próprias mídias tradicionais (algumas vezes até desmentindo-as).

Para Pascual Serrano (2013), uma nova forma de censura ascende com os novos meios de comunicação: a capacidade de omitir ou camuflar a verdade através da propagação em massa de mentiras ou, ainda, informações sem grande relevância. O imediatismo no qual se demandam as notícias, pela própria característica da *internet* de diminuir o tempo de disseminação de informações, também impacta a forma pela qual discursos vão-se formar sobre determinados temas – ainda que, em seguida, após a repercussão e geração de emoções específicas sobre determinados governos, sejam desmentidos.

É o caso, por exemplo, da queima de caminhões de suprimentos (alimentos e remédios) na fronteira entre a Venezuela e a Colômbia em fevereiro de 2019, enviados como ajuda humanitária ao povo venezuelano. Segundo foi noticiado, de imediato, o incêndio se iniciou a partir de uma ação do próprio governo de Maduro – que negava a ajuda, vista como espetáculo dos Estados Unidos para fortalecer a oposição⁵¹. O discurso de que atores governistas iniciaram o incêndio por ordem do presidente venezuelano foi propagado através do *twitter* por figuras como o senador estadunidense Marco Rubio⁵² e John Bolton⁵³, que, na época, era Conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos. No Brasil, alguns veículos como a revista *Veja*⁵⁴ e o portal de notícias pertencente ao grupo financeiro *Empiricus*, *O Antagonista*⁵⁵, também repercutiram a informação através de seus *websites*. Ocorre que, poucos dias depois, o jornal estadunidense *The New York Times* obteve uma filmagem⁵⁶ demonstrando que foram opositores ao governo de Maduro que arremessaram um coquetel *molotov* em direção aos caminhões, iniciando o incêndio. Ou seja, assim como o excesso de informações auxilia na censura, o uso do imediatismo para gerar uma comoção imediata através dos novos meios de comunicação e, assim, legitimar possíveis intervenções ou difamar governos para todo o mundo é utilizado, inclusive, por figuras políticas através de suas redes sociais.

Por fim, compreendemos que é necessária uma adaptação futura de metodologias da comunicação e da política capazes de apreender as relações sociais – e, principalmente, focadas no poder e na hegemonia – através dos novos meios de comunicação. Ainda assim, não basta compreender, na América Latina, o ciberespaço como descolado de uma materialidade construída a partir de um histórico de dependência, imperialismo e colonialismo.

⁵¹ Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-02/maduro-discursa-para-apoiadores-e-critica-ajuda-humanitaria>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

⁵² Disponível em: <<https://twitter.com/marcorubio/status/1099423485082955776>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

⁵³ Disponível em: <<https://twitter.com/AmbJohnBolton/status/1099407653439266818>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

⁵⁴ A matéria da *Veja* teve, como título, “Forças leais a Maduro queimam caminhões com ajuda humanitária” e foi acompanhada de uma fotografia da agência Reuters. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/forcas-leais-a-maduro-queimam-caminhoes-com-ajuda-humanitaria/>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

⁵⁵ Disponível em: <<https://www.oantagonista.com/mundo/forcas-de-maduro-tentam-queimar-caminhoes-com-ajuda-humanitaria/>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

⁵⁶ Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2019/03/10/world/americas/venezuela-aid-fire-video.html>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

d. Agências de Notícias: O Sul olhando o Sul (pelo olhar do Norte)

Segundo John Thompson (1998), a primeira agência de notícias, Agência Havas, foi criada em Paris no ano de 1835. O surgimento de concorrentes, como a britânica Reuters, fundada em 1851, fez com que as agências optassem por uma divisão (em forma de cartel) dos lugares do mundo onde cada uma iria realizar a cobertura de notícias. Assim, desde o primeiro acordo de cooperação entre a Reuters e a Havas, em 1856, até uma posterior cooperação limitada ao território europeu, em 1859, o cartel se desenvolveu levando a um tratado⁵⁷, no início dos anos 1870, relacionado a uma divisão da cobertura mundial (THOMPSON, 1998; AGUIAR, 2018) Tudo isto ocorre, é claro, unido ao avanço material e tecnológico da comunicação, como o desenvolvimento de cabos telegráficos submarinos que conectaram diversas partes do mundo e facilitaram a circulação global de informações.

Neste tratado, a América Latina, por exemplo, tornou-se um território de cobertura compartilhada – duopólio – entre a Havas e a Reuters. Logo depois, as agências reestruturaram-se internamente e atraíram o capital privado ao abrirem seu capital para bolsas de valores (AGUIAR, 2018). Mais à frente, outras agências foram ganhando notoriedade, como a estadunidense *Associated Press* (AP) e a francesa *Agence France-Press* (AFP), enquanto a Havas, por exemplo, perdia espaço. O cartel, portanto, entrara em declínio. Além disso, o período entreguerras foi caracterizado pelo enorme número de agências de notícias que surgiram, como a espanhola EFE, criada em 1939 pelo Estado. Com isso, a partir da Segunda Guerra Mundial, inaugura-se o chamado livre fluxo de informações, ou seja, a ideia de que a comunicação e a informação deveriam ter sua produção e circulação mediadas pelas estruturas do mercado – baseando-se, em princípio, na lógica da oferta e demanda (AGUIAR, 2018). Ainda assim, todavia, a cobertura internacional encontrava-se sob o domínio de quatro agências: Reuters, AP, UPI e AFP (THOMPSON, 1998). Mesmo que outras agências temporariamente tenham adquirido certa relevância, como é o caso da alemã *Deutsche Presse-Agentur* (DPA) as quatro citadas anteriormente predominaram.

⁵⁷ Este acordo é nomeado *Ring Combination*, isto é, “Acordo do Círculo” (AGUIAR, 2018).

Com a polarização do mundo, representado pelas duas potências Estados Unidos e União Soviética, países do Sul iniciaram uma espécie de “doutrina” nas relações internacionais intitulada *não-alinhamento*⁵⁸. Assim, ao posicionar-se por uma recusa de alinhamento automático por qualquer um dos dois países, buscavam ganhar espaço para negociações e cooperação, rejeitando a intervenção de outras nações e o uso da força. A partir de 1974, foi criado o *Pool* das Agências de Notícias dos Países Não-Alinhados (NANAP)⁵⁹. Funcionando como uma cooperação entre agências de notícias dos países *não-alinhados*, o NANAP promovia, de acordo com Pedro Aguiar (2010): o intercâmbio de notícias, voltado para a prática jornalística, incluindo o trabalho da tradução e o compartilhamento de fotografias; apoio e capacitação de agências de notícias, tanto em questões técnicas como no treinamento de funcionários; uma frente de pressão política em organizações e fóruns internacionais.

Neste breve histórico, percebemos a importância da construção de agências de notícias para a soberania de diversas nações, a propagação de diferentes discursos e garantia da diversidade no fluxo internacional de notícias e informações. A cooperação Sul-Sul, representada pela NANAP, aponta para a vontade de romper com a falta de pluralismo e buscar o desenvolvimento dos campos da comunicação e do jornalismo em países periféricos.

Apesar de menos pessimista com relação ao domínio de poucas agências de notícias, Phil MacGregor (2013) agrupou diversas ferramentas teóricas de acadêmicos no século XX para compreender a comunicação e o jornalismo em um mundo globalizado, nas quais as agências de notícias eram sempre inseridas. Dentre elas, estão: o imperialismo midiático (ou *media imperialism*), em que a mídia hegemônica é vista como braço de grandes potências para impactar decisões, valores e cultura de países periféricos; domesticação midiática (ou *media domestication*), para os quais a mídia regional ou local não simplesmente replicava o que era noticiado pelas agências de notícias, mas adaptava as informações de acordo com a relevância para seus respectivos países e regiões; modelo de fluxo e contrafluxo, ou *flow and contra-flow models*, visão na qual as notícias, as informações e a cultura não circulariam simplesmente em um

⁵⁸ Fundado em 1961, o Movimento dos Não-Alinhados buscou criar um caminho independente para nações em desenvolvimento no contexto da bipolaridade da Guerra Fria. Seus membros lançaram, em 1970, um projeto voltado para discutir o fluxo global de informações intitulado Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NOMIC) (AGUIAR, 2018).

⁵⁹ Em inglês, *Non-Aligned News Agencies Pool*.

fluxo único – como do Norte para o Sul –, mas também abririam espaço para um “contrafluxo” (por exemplo, assim como *Hollywood* funcionaria em escala global, *Bollywood* surgiria da Índia em direção aos países desenvolvidos); homogeneização, em que todas as notícias, independente do país, região, plataforma ou veículo de mídia, aparecem no mesmo formato, com pouca diversidade nos fatos divulgados e nas versões de uma notícia (relacionado, é claro, com o fato de ser menos custoso comprar notícias das agências do que um veículo regional estar presente em outros Estados para ele próprio pegar a informação); *dumbing down*, uma simplificação exagerada das notícias para torna-las mais acessíveis ao consumidor – ligado, assim, ao imediatismo com o qual se buscam informações atualmente (RAMONET, 2013) e a falta de contextualização dos fatos narrados (CHAUÍ, 2019); *news ethic*, promovendo virtudes no campo da comunicação, carregando a ideia de um jornalismo objetivo e profissional, em que as informações são verificadas com precisão e divulgadas de forma honesta e justa. Assim, muitos autores encaixavam as agências de notícias dentro dessas classificações, como mais uma ferramenta da comunicação e do jornalismo global.

Muitas agências de notícias existentes no chamado Sul Global, listadas por Pedro Aguiar (2018), encontram dificuldades de garantir uma sustentabilidade, rentabilidade e repercussão em um mercado já dominado historicamente por agências de países centrais. Ainda assim, a chinesa *Xinhua*, por exemplo, conseguiu atingir proporções globais e uma forte dimensão operacional.

Alguns estudos sobre o poder das agências de notícias foram realizados por outros autores, como, além do já citado trabalho de Pedro Aguiar (2018), Eleazar Diaz Rangel (1967), Oliver Boyd-Barrett (1980) e Jurgen Wilke (1987). Contextualizado com a ascensão do ciberespaço, o tema foi analisado, por exemplo, por Chris Paterson (2006) em seu artigo *News agency dominance in international news on the internet* e por Boyd-Barrett (2011) no livro *News agency in the turbulent internet era*.

Em diferentes nuances e, é claro, a partir de seus momentos históricos, os diversos autores citados compreendem, de uma forma geral, a existência de uma concentração, no fluxo de informações e notícias que circulam internacionalmente.

O assunto, apesar de bastante presente em estudos dos anos de 1950, 1960 e 1970, tornou-se menos relevante para pesquisas a partir de 1980 (AGUIAR, 2018). No entanto, apesar da ascensão dos novos meios de comunicação e o desenvolvimento do

ciberespaço, o domínio das agências de notícias de países centrais manteve-se intacto (MACGREGOR, 2013). Mostrando-se flexíveis as mudanças e avanços tecnológicos, algumas agências, como a AP, ampliam seu espaço até mesmo em redes sociais como *Facebook* ou *Twitter*, passando a ter uma relação direta com o consumidor das notícias – ou seja, sem a mediação dos grandes jornais.

Em nossa pesquisa, foi demonstrado que em relação às imagens que acompanham notícias sobre a Venezuela durante o período da crise sobre a Assembleia Constituinte de 2017, Reuters, AP e AFP continuam entre as agências de notícias que predominam. Assim, além dos jornais latino-americanos de grande circulação apresentarem em suas primeiras páginas títulos de notícias apresentando majoritariamente Nicolás Maduro e o governo venezuelano de forma negativa na crise venezuelana, as imagens que representam o país são importadas de correspondentes de agências de notícias de países centrais. Aqui, percebemos que o abandono da discussão sobre *media imperialism* (MACGREGOR, 2013), bastante presente nos anos 1960 e no movimento dos *não-alinhados*, pode agregar ao debate sobre a estrutura do fluxo de notícias e comunicação mundial até os dias atuais. A forte presença da Venezuela nas primeiras páginas de diversos locais retoma o que Peterson (2006, p. 152) destaca com relação ao comportamento das agências de notícias: “histórias que desafiam as posições ideológicas dos atores políticos dominantes no cenário mundial (nos olhos das agências, os Estados Unidos e a Inglaterra) recebem pouca atenção”⁶⁰. Fatos relevantes para seus interesses, portanto, receberão maior atenção e, compreendendo a relação dos jornais latino-americanos com as agências de notícias, estarão presentes nas primeiras páginas de versões impressas – e, possivelmente, em posições de destaque nos seus *websites*.

⁶⁰ “Stories challenging the ideological positions of the dominant political players on the world scene (in agency eyes, the United States and U.K.) receive little attention.” (PETERSON, 2006, p. 152).

CONCLUSÃO

“O primeiro dever da imprensa, portanto, deve ser minar todas as bases do sistema político existente” – Karl Marx, 2006, p. 107

Em nosso trabalho, buscamos analisar Hugo Chávez e Nicolás Maduro como resultados de processos históricos – tanto específicos do desenvolvimento político, social e econômico da Venezuela quanto de um contexto regional, comum aos países da América Latina. Nossa pesquisa reuniu as imagens e os títulos de notícias relacionados com a crise venezuelana presentes na primeira página de versões impressas de quatro jornais de grande circulação da região: o argentino *Clarín*; o colombiano *El Tiempo*; o brasileiro *O Globo*; o mexicano *El Universal*.

A pesquisa revelou que, nos quatro jornais analisados, os títulos de notícias e manchetes referem-se, em grande parte, de forma negativa ao presidente Nicolás Maduro e ao governo venezuelano na cobertura sobre a crise venezuelana. Ignora-se, é claro, o histórico de instabilidade do país, em que as instituições, desde o Pacto de *Punto Fijo*, não foram capazes de absorver a vontade popular, sendo as ruas o palco de protestos violentos para tentar mudanças concretas no país. As imagens da Venezuela, vinda de poucas agências de notícias (em especial, Reuters, AFP e EFE), também provocam a criação de um imaginário negativo com relação ao país para toda a região, levando, inclusive, ao discurso eleitoral de “não vamos virar uma Venezuela”.

A utilização da MAV foi interessante para possibilitar um panorama geral da forma pela qual os meios de comunicação analisados apresentam um discurso muito próximo. Contextualizada com o forte domínio de conglomerados de mídia na região e a dificuldade de ascensão de outros meios, a MAV representa uma metodologia interessante para compreender a narrativa hegemônica e os interesses que ela representa. Todavia, suas limitações também precisam ser levadas em consideração. Para além das críticas de Luiz Felipe Miguel (2015), entendemos que foge da metodologia a possibilidade de compreender o contexto no qual um título de notícia ou uma manchete é apresentada⁶¹. Uma manchete favorável ao governo Maduro, por exemplo, pode ser

⁶¹ Uma estudo que leve em consideração o contexto na qual a notícia está inserida pode ser possível com a utilização da teoria do agendamento (*agenda setting*), de Maxwell McCombs e Donald Shaw (2000). Esta perspectiva, inclusive, nos auxiliaria no entendimento sobre o funcionamento da relação entre as agências de notícias e os veículos de comunicação, visto que assuntos e temas com maior quantidade de

acompanhada de imagens, textos, editoriais ou até mesmo outros títulos de notícias que transformem a percepção sobre o que está escrito. Certamente, esta crítica relaciona-se com o próprio funcionamento dialético da comunicação, ou seja, considerando sempre a relação dialética entre emissor e receptor.

Se, como afirma Debord (1997), o verdadeiro é, com a sociedade do espetáculo, um momento do falso, compreendemos que a crise política venezuelana – de fato real pertencente não só a um contexto regional de instabilidade, mas também de um próprio histórico de imperialismo, dependência e pouca diversidade na produção econômica voltada principalmente ao petróleo – serve como material para uma narrativa hegemônica.

Constatar o domínio de agências de notícias de países desenvolvidos (ou, como afirmam alguns autores, do “Norte Global”) nos jornais latino-americanos enquanto as próprias agências de notícias do Sul Global têm pouco ou nenhum espaço nas imagens das primeiras páginas, significa que o olhar sobre a Venezuela, propagado em fotografias, é importado. Ou seja, a visão divulgada do governo e da crise venezuelana é mediada a partir do olhar do Norte.

Se as visões sobre as situações que ocorrem na Venezuela são majoritariamente as classificadas e selecionadas nas sedes das agências de notícias, ainda que veiculadas em diferentes jornais por toda a América Latina, como apontado no capítulo 3, então essa hegemonia interfere inclusive no imaginário que cidadãos latino-americanos têm sobre um país da própria região. Além disso, seguindo a lógica neoliberal de autogoverno de si (FOUCAULT, 2008; DARDOT; LAVAL, 2016), a busca pela pluralidade de informações fica ao encargo do cidadão individualmente, ainda que sob o domínio de um grupo seletivo de agências – e uma mídia local que as replica ou é submetida aos mesmos interesses. O indivíduo torna-se o único responsável por buscar outros meios para se informar.

O histórico do avanço pela liberdade de expressão e de imprensa é de enfrentamento com o controle estatal, como relata Thompson:

“Há força considerável no argumento de que a luta por uma imprensa independente, capaz de reportar e comentar eventos com um mínimo de interferência e controle estatais, desempenhou um papel importante

informações recebidas podem ser compreendidos como de maior relevância para os jornais – ainda que, neste processo, outros assuntos sejam tirados de pauta ou inseridos com menor destaque.

na evolução do estado constitucional moderno.” (THOMPSON, 1998, p. 67)

Ainda assim, é preciso refletir sobre a falta desta mesma liberdade – e soberania nacional – proporcionada por um predomínio, na cobertura internacional, de poucas agências de notícias sediadas em países centrais. Moraes (2011; 2016), por exemplo, compreende que a regulamentação da mídia é fundamental para garantir a pluralidade da imprensa e dificultar a hegemonia de pequenos conglomerados sobre o fluxo de informações na América Latina. Aqui, o Estado apresenta papel fundamental na criação e propagação da diversidade⁶².

Há, é claro, o contraponto ao domínio destas agências. O papel do Estado venezuelano na criação da *Telesur*, por exemplo, revela como Chávez enxergou a comunicação como força contra-hegemônica, para escapar do cerco de conglomerados de mídia privados da região e o domínio de poucas agências de notícias (VALENTE; SANTORO, 2007). Ao mesmo tempo, a própria *Telesur* é acusada de servir aos interesses chavistas. No entanto, é através de iniciativas como esta que a população latino-americana consegue ter acesso a outras visões sobre diferentes temas. A circulação das notícias com pluralidade, especificamente, confronta-se com o pertencimento material de poucos conglomerados e grandes grupos econômicos, tanto quando falamos de *hardware* – como satélites ou cabos submarinos internacionais – quanto de *software* – aplicativos, programas, redes de comunicação online –. Futuros estudos sobre o tema são recomendados visando a construção de uma comunicação realmente plural e livre.

Reconhecer a censura estatal e a tendência de mídias controladas pelo Estado é importante, mas entendemos que também é necessária uma perspectiva crítica acerca dos conglomerados de mídia que surgem e ascendem pela “liberdade de imprensa mercantil”, voltada para a lógica do mercado. A pluralidade, em que meios de comunicação não sejam subordinados a pequenos oligopólios e poucas agências de notícias sediadas em países centrais como fonte, aparenta o melhor caminho para uma comunicação vista como direito humano e, além disso, que reconheça a soberania nacional dos países periféricos.

⁶² Na *Ley de Medios* argentina, por exemplo, em que o governo de Christina Kirchner buscou regulamentar os meios de comunicação do país, houve a valorização da produção nacional, a apresentação da comunicação como interesse público e a divisão entre mídias estatais, privadas e públicas. Ainda assim, grandes grupos privados do país, como o Clarín, tentaram barrar a lei pelo Judiciário, alegando que ela afetava a liberdade de imprensa (MORAES, 2011; 2017).

Por isso, compreendemos que é importante o relembrar o caráter de classe de classe nas informações que predominam no fluxo comunicacional dos grandes conglomerados de mídia para que, desta forma, seja possível a construção concreta de uma liberdade de expressão ligada à superação de desigualdades e de uma sociedade marcada pelo estigma do “não há outra alternativa”. Em um debate atual sobre notícias falsas, desinformação, assassinato de reputações e cultura do ódio, pretendemos auxiliar na construção de uma comunicação emancipatória e conectada aos desafios reais enfrentados pelas classes populares em seu cotidiano, por uma liberdade de imprensa que sirva para superá-los ao invés de conservá-los. Em resumo, retomando as palavras de Vladimir Lênin (1980, p. 575), contextualizadas com a Revolução Russa e a tentativa de superar o sistema político, social e econômico capitalista, no texto *As Tarefas Imediatas do Poder Soviético*:

“Tomemos um meio de organizar a emulação como a publicidade. A república burguesa assegura-a apenas formalmente, subordinando de facto a imprensa ao capital, distraindo a ‘população’ com vacuidades políticas picantes, ocultando o que sucede nas oficinas, nas transacções comerciais, nos abastecimentos, etc, sob o véu do ‘segredo comercial’, que protege a ‘sacrossanta propriedade’. [...] Temos de começar um trabalho sistemático para que, ao mesmo tempo que se reprime implacavelmente a imprensa burguesa, impregnada até à medula de falsidades e descaradas calúnias, se trabalhe na criação de uma imprensa que não distraia e não mistifique as massas com vacuidades políticas picantes, mas que submeta ao juízo das massas as questões económicas quotidianas e as ajude a estudá-las seriamente.”

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. 224 p.

AGUIAR, Pedro. **Agências de Notícias do Sul Global: jornalismo, Estado e circulação da informação nas periferias do sistema-mundo**. 2018. Tese (Doutorado em Comunicação): Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

_____. **Sistemas internacionais de informação sul-sul: do pool não-alinhado à comunicação em redes**. 2010. Dissertação (Mestrado em Comunicação): Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. In: ZIZEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, pp. 105-142.

AMIN, Samir. Capitalismo, imperialismo, mundialización. **Resistencias mundiales**, 2001. Disponível em: <<https://www.herramienta.com.ar/articulo.php?id=2887>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

A REVOLUÇÃO não será televisionada - o golpe na Venezuela. Produção: Kim Bartley e Donnacha O’briain. Documentário, 2003. 1 vídeo (1h14m). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bjGX6-2jQHQ>>. Acesso em: 07 nov. 2019.

BAMBIRRA, Vânia. **Teoría de la Dependencia: Una anticrítica**. 1ª. ed. México: Era, 1978. 115 p.

_____. **O capitalismo dependente latino-americano**. 2ª ed. Florianópolis: Insular, 2013. 224 p.

BENATUIL, Ana Graciela Barrios; PLESSMANN, Antonio González; PINEDA, Martha Lía Grajales. Constituyentes Venezolanas de 1999 y 2017: contextos y participación. **Revista Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 3144-3168,

2017. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/31314>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BASTOS, Júlia Pedroni Batista; OBREGÓN, Marcelo Fernando Quiroga. Venezuela em crise: o que mudou com Maduro?. **Revista de Derecho y Cambio Social**, n. 52, 2018, pp. 1-16.

BEINSTEIN, Jorge. **Venezuela, entre o chavismo e a restauração colonial**. 2017. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/beinstein/2017/05/13.htm>>. Acesso em: 17 nov. 2019.

BELLO, Enzo. Constitution and Politics in Venezuela: A balance of the contemporary context. In: **Pensar**, Fortaleza, v. 14, n. 1, 2019, pp. 1-13.

BOBBIO, Norberto. **Direito e Estado no pensamento de Kant**. Tradução de Alfredo Fait. 2ª. ed. São Paulo: Mandarim, 2000. 269 p.

BOYD-BARRETT, Oliver (org.). **News agencies in the turbulent era of internet**. Barcelona: Government of Catalonia, 2011. 313 p.

_____. **The international news agencies**. London: SAGE, 1980. 288 p.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. 236 p.

CHAUÍ, Marilena. Meios de comunicação, democracia, autoritarismo e poder. In: MORAES, Dênis de. **Poder midiático e disputas ideológicas**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. 134 p.

CHOMSKY, Noam. What makes mainstream media mainstream. **Z Magazine**, out. 1997. Disponível em: <https://chomsky.info/199710__/>. Acesso em: 25 dez. 2019.

COELHO, André Luiz. **Por que caem os presidentes? Contestação e permanência na América Latina**. Rio de Janeiro: Tese (Doutorado em Ciência Política) Instituto de Estudos Sociais e Políticos. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013a.

_____. Instabilidade política e democracia na Venezuela - de Carlos Andrés Pérez a Hugo Chávez. **Boletim do Tempo Presente**, n. 7, p. 1-21, 2013b.

_____. Um Novo Modelo de Destituição de Mandatários ou a Releitura de Velhas Práticas? **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 113, 2016. 11-50. Disponível em: <<https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/viewFile/448/368>>. Acesso em: 12 Abr 2019.

COELHO, André Luiz; VALENTE, Leonardo. O retorno da direita na América Latina: estratégias institucionais e neogolpismo. In: LUCCA, J. B.; (ORG.), R. P. D. O. **Nuevos desafíos democráticos latinoamericanos en perspectiva comparada**. Rosário: UNR Editora. Editorial de la Universidad Nacional de Rosario, 2018. p. 68-88.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. 416 p.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. 376 p.

DELARBRE, Raúl Trejo. Muchos medios en pocas manos: concentración televisiva y democracia en América Latina. **Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 33, n. 1, p. 17, 2010.

DE MORAES, Wallace. **A história política da Venezuela que não te contaram na TV – A era Chávez em foco**. Coleção. Volume 2 – Governados por quem? História das diferentes plutocracias na América. Rio de Janeiro: Ape’Ku, 2019. 184 p.

DÍAZ RANGEL, Eleazar. **Pueblos subinformados**: Las agencias de noticias y América Latina. Caracas, Ed. Monte Ávila, 1967. 82 p.

DOS SANTOS, Theotônio dos. **A teoria da dependência**: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 175 p.

_____. **Imperialismo y dependência**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011. 577 p.

_____. La crisis de la teoría del desarrollo y las relaciones de dependencia en América Latina. In: Helio Jaguaribe et al. **La dependencia políticoeconómica de América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2017, pp. 125-155.

ELLNER, Steve. Just how radical is president Nicolás Maduro?. **NACLA Report on the Americas**, 46(2), 2013, pp. 45-49.

ENGELS, Friedrich. **Carta para Joseph Bloch**. 1890. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm>>. Acesso em: 27 nov. 2019.

FERES JR., João. Em defesa das valências: uma réplica. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 19, p. 277-298, janeiro-abril 2016.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1975. 157 p.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 496 p.

FRANK, Andre Gunder. **Capitalismo y subdesarrollo en América Latina**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 1970. 346 p.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2010. 400 p.

GOULART, Mayra. **Entre César e o Demos**: notas agonísticas sobre a democracia na Venezuela. 2013. Tese (Doutorado em Ciência Política): Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, 2013.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 428 p.

HABERMAS, Jürgen. **The structural transformation of the public sphere**. Cambridge: The MIT Press, 1989. 328 p.

HARNECKER, Martha. **Understanding the Venezuelan Revolution**. Hugo Chávez talks to Martha Harnecker. New York: Monthly Review Press, 2005. 232 p.

_____. **Rebuilding the Left**. New York: Zed Books, 2007. 176 p.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: história e implicações. 2ª. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011. 256 p.

HAYEK, Friedrich. **Law, legislation and liberty**. London: Routledge, v. Vol 1: Rules and Order, 1998. 191 p.

_____. **Caminho da Servidão**. 6ª. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010. 232 p.

HUNTINGTON, Samuel. **A ordem política nas sociedades em mudança**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975. 496 p.

KEYNES, John Maynard. O fim do laissez faire (1924). In: (ORG.), T. S. **Keynes: Economia**. São Paulo: Editora Ática, 1984. p. 106-126.

_____. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 352 p.

KLEIN, Naomi. **A doutrina de choque**. Tradução de Vania Cury. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. 592 p.

LANDER, Edgardo. La asamblea constituyente madurista. **Aporrea**, Caracas, 07 ago. 2017. Disponível em: <<https://www.aporrea.org/actualidad/a250556.html>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

LANZARO, Jorge. La terceira ola de las izquierdas latino-americanas: entre el populismo y la social democracia. **Encuentros Latinoamericanos**, 2006.

LENIN, Vladimir. As Tarefas Imediatas do Poder Soviético. In: LÊNIN, Vladimir. **Obras escolhidas (tomo 2)**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980, p. 557-587

LERNER, Daniel; SCHRAMM, Wilbur. **Comunicação e mudança nos países em desenvolvimento**. São Paulo: Melhoramentos, 1973. 341 p.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999. 272 p.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008. 352 p.

LIPSET, Seymour. Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy. **The American Political Science Review**, v. 53, n. 1, p. 69-105, 1959.

LISSIDINI, Alicia. La democracia directa en venezuela: ¿democracia participativa o democracia plebiscitaria?. **Centre for Research on Direct Democracy**, C2D Working Paper Series 25/2008.

LOCKE, John [1681]. **Dois Tratados sobre o Governo**. Tradução de Julio Fischer. 1ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 639 p.

LÓPEZ MAYA, Margarita. The Venezuelan Caracazo of 1989: Popular Protest and Institutional Weakness. **Journal of Latin American Studies**, v. 35, 2003a, pp. 117-137.

_____. Venezuela después del golpe: una segunda insurgencia. In: MEDINA, Medófilo; LÓPEZ MAYA, Margarita. **Venezuela: confrontación social y polarización política**. Bogotá: Aurora, 2003b.

_____. **Luta hegemônica na Venezuela: a crise do puntofijismo e a ascensão de Hugo Chávez**. 2ª ed. Caracas: Alfadil, 2005. Edição em português atualizada com acréscimo do cap. 16, sobre a conjuntura política até 2009. 375 p.

_____. El golpe de Estado del 11 de abril en Venezuela y sus causas. **Revista Sociedad y Economía**, n. 3, out. 2002, pp. 7-16.

_____. Venezuela 2001-2004: actores y estrategias en la lucha hegemônica. In: CAETANO, Gerardo. **Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

_____. La crisis del chavismo en la Venezuela actual. **Estudios Latinoamericanos**, Nova Época, n. 38, 2016, pp. 159-185.

LOSURDO, Domenico. **A esquerda ausente: crise, sociedade do espetáculo, guerra**. São Paulo: Fundação Maurício Grabois e Ed. Anita Garibaldi, 2016. 400 p.

_____. **A linguagem do império: léxico da ideologia estadunidense**. São Paulo: Boitempo, 2010. 304 p.

MACGREGOR, Phil. International news agencies: global eyes that never blink. In: FOWLER-WATT, Karen; ALLAN, Stuart. **Journalism: new challenges**. Bournemouth: Centre for Journalism & Communication Research, Bournemouth University, 2013, pp. 35–63.

MANDEVILLE, Bernard. **La fable des abeilles suivi de Recherches sur l'origine de la vertu morale**. Paris: Institut Coppet, 2011. Disponível em: <<https://www.institutcoppet.org/bernard-mandeville-la-fable-des-abeilles-1705/>>.

Acesso em: 19 Abr 2019.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**: o homem unidimensional. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. 257 p.

MARINGONI, Gilberto. **A Revolução Venezuelana**. São Paulo: UNESP, 2009. 200 p.

MARINI, Ruy Mauro. Dialéctica de la dependencia. In: MARINI, R. M. **América Latina, dependencia y globalización**. Bogotá: Siglo del Hombre - CLACSO, 2008. p. 107-149.

MARTÍ, José. Homenagem a Simón Bolívar. In: BOLÍVAR, Simón. **Independência e unidade latino-americana**: escritos políticos. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015. 100 p.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011. 176 p.

_____. **Liberdade de Imprensa**. Porto Alegre: L&PM, 2006. 200 p.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005. 254 p.

_____. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007. 616 p.

MASTRINI, G.; BIZBERG, A.; BECERRA, M.. Media Ownership and Concentration in Argentina. In: NOAM, E. M.. **Who Owns the World's Media? Media Concentration and Ownership Around the World**. Oxford : Oxford University Press, 2016, pp.575-599.

McCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. A função do agendamento dos media,1972 In: TRAQUINA, Nelson. **O Poder do Jornalismo**: análise e textos da teoria do agendamento. Coimbra: Minerva, 2000. 146 p.

MIGUEL, Luis Felipe. Quanto vale uma valência? **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 17, p. 165-178, maio-agosto 2015.

MIJARES, Víctor. Venezuela's post-Chávez Foreign Policy: is there a Maduro Doctrine?. **Americas Quartely**, vol. 9, nº 1, 2015, pp. 74-81.

MIJARES, Victor; ROMERO, Carlos. From Chávez to Maduro: Continuity and Change in Venezuelan Foreign Policy. **Contexto Internacional**, vol. 38, nº 1, 2016, pp. 165-201.

MISES, Ludwig Von. **Ação Humana**: um tratado de economia. Tradução de Donald Stewart Jr. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990. 872 p.

_____. **Liberalismo segundo a tradição clássica**. Tradução de Haydn Coutinho Pimenta. 2ª. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010. 125 p.

MORAES, Dênis de. O papel da Mídia na Batalha Ideológica da América Latina. **Observatorio Latinoamericano y Caribeño**, v. 1, n. 1, p. 14-30, 2017. Disponível em: <<https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/observatoriolatinoamericano/article/view/2478/2075>>. Acesso em: 14 Abr 2019.

_____. Forjar o consenso, neutralizar o dissenso: a mídia e seus intelectuais nas disputas ideológicas. In: MORAES, Dênis de (org.). **Poder midiático e disputas ideológicas**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019, pp. 35-68.

_____. **Crítica da Mídia & Hegemonia Cultural**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2016. 296 p.

_____. **Vozes abertas da América Latina**: Estado, políticas públicas e democratização da comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011. 208 p.

MYERS, David J. The Normalization of Punto Fijo Democracy. In: MYERS, D. J.; MCCOY, J. L. **The Unraveling of Representative Democracy in Venezuela**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004.

O'DONNELL, Guillermo. Accountability horizontal e novas poliarquias. **Lua Nova**, São Paulo, n. 44, p. 27-54, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-64451998000200003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 12 mai 2019.

OURIQUES, Nildo. **O colapso do figurino francês**. 3ª. ed. Florianópolis: Insular, 2015. 208 p.

PANIZZA, Francisco. La marea rosa. **Análise de conjuntura OPSA**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 1-16, ago 2006.

_____. **Populism and the mirror of democracy**. Londres: Verso Books, 2005. 358 p.

PATERSON, Chris. News agency dominance in international news in the internet. In: SKINNER, David; COMPTON, James; GASHER, Mike (org.). **Converging Media, Diverging Politics: A Political Economy of News Media in the United States and Canada**. Lexington/Rowman and Littlefield, 2006, pp. 145-164.

PÉREZ FLORES, Fidel. A Venezuela depois do referendo: avanços e recuos do projeto socialista de Hugo Chávez. **Observatório Político Sul-Americano**, IUPERJ/UCAM, v. 3, n. 7, jul., 2008.

PÉREZ FLORES, Fidel; COELHO, André Luiz; CUNHA FILHO, Clayton Mendonça. Mecanismos de democracia participativa: o que há de comum nas constituições da Bolívia, Equador e Venezuela?. **Observador On-line**, vol. 4, n. 7, Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro IUPERJ/UCAM, 2009.

PÉREZ-LIÑÁN, Anibal. **Presidential Impeachment and the New Political Instability in Latin America**. New York: Cambridge University Press, 2007.

RAMONET, Ignacio. A explosão do jornalismo na Era digital. In: MORAES, Dênis de. **Mídia, poder e contrapoder**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora FAPERJ, 2013, pp. 85-102.

REINHOUDT, Jurgen; AUDIER, Serge. **The Walter Lippmann Colloquium: the birth of neo-liberalism**. London: Pallgrave Macmillan, 2018. 212 p.

REIS, Guilherme Simões. Um Século de Política Europeia (Contado como se fosse na América Do Sul). **Insight Inteligência**, v. 64, p. 91-98, 2014.

REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. **Constitución de la República Bolivariana de Venezuela**. Gaceta Oficial de la República de Venezuela. Año CXXVII-Mes III. Caracas, jueves 30 de diciembre de 1999.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação, Coleção Os Economistas**: David Ricardo. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 356 p.

RIVERA, Diana Marcela Rojas; CRUZ, Adolfo León Atehortúa. Venezuela antes de Chávez: auge y derrumbe del sistema de " punto fijo". **Anuario colombiano de historia social y de la cultura**, v. 32, p. 225-274, 2005.

RODRIGUES, Natalia Scartezini. As comunas socialistas da Venezuela: política e produção material sob o controle dos trabalhadores associados. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 137, out., 2012.

ROUGIER, Louis. Address by Professor Louis Rougier. In: REINHOUDT, J.; AUDIER, S.. **The Walter Lippmann Colloquium: The birth of neoliberalism**. London: Palgrave Macmillan, 2018. p. 96-102.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 24ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015. 176 p.

SANTOS, Suzy dos. Get back where you once belonged: alvorada, o caso e renascimento da economia política nas análises da comunicação. In: BRITTOS, V. C.; CABRAL, A. (org.). **Economia política da comunicação: interfaces brasileiras**. Rio de Janeiro: Ed. E-papers, 2008. p. 14-36.

SERRANO, Pascual. Democracia e liberdade de imprensa. In: MORAES, Dênis de. **Mídia, poder e contrapoder**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora FAPERJ, 2013, pp. 71-83.

SCHEIDT, Eduardo. A democracia participativa na Venezuela da Era Chávez e a questão dos conselhos comunais e das comunas. **Tempos Históricos**, vol. 21, 1º Semestre de 2017, pp. 261-291.

SHEAHAN, John. Alternative models of capitalismo in Latin America. In: HUBER, Evelyne (ed.). **Models of capitalism: lessons from Latin America**. Pennsylvania: The Pennsylvania University Press, 2002. 504 p.

SILVA, Fabrício Pereira. da. Quinze anos da onda rosa latino-americana: balanço e perspectivas. **Observador OnLine**, v. 9, n. 12, 2014.

_____. Bolivarianismo en la encrucijada: análisis de la ascensión y crisis del chavismo desde sus conceptos. **Polis**, Santiago, v. 17, n. 5, 2018, pp. 281-302.

_____. O Fim da Onda Rosa e o Neogolpismo na América Latina. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 4, n. 2, p. 165-178, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/download/14207/9147>>. Acesso em: 10 mai 2019.

SMITH, Adam. **A riqueza das Nações**: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas, Coleção Os Economistas: Adam Smith. São Paulo: Nova Cultural, v. 1, 1996. 479 p.

_____. **Teoria dos Sentimentos Morais**. Tradução de Lya Luf. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 457 p.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis**: afeto, mídia e política. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. 230 p.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Siete tesis equivocadas sobre América Latina. **Sociología y Subdesarrollo**, México, p. 15-84, 1981.

STOKES, Susan. What do policy switches tell us about democracy? In: PRZEWORSKI, A.; STOKES, S.; MANIN, B (org.). **Democracy, accountability and representation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 98-130.

THOMPSON, John. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. 360 p.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum: estudo sobre cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 528 p.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora Unicamp, 2001, p. 253

VALENTE, Leonardo. A política externa da Venezuela entre punto fijo e Hugo Chávez: rupturas e continuidades. **Boletim do Tempo Presente**, nº 7, 2013, p. 1-25.

VALENTE, Leonardo; SANTORO; Maurício. A diplomacia midiática do governo Hugo Chávez. **Carta Internacional**, v.2, n.1, mar. 2007, pp. 52-60.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno, vol. I**: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Porto: Ed. Afrontamentos, 1974.

WILKE, Jurgen. Foreign news coverage and international news flow over three centuries. **Gazette**, v.39, n.3, 1987, pp. 147-180.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2011. 408 p.

WILLIAMSON, John. Reformas políticas na América Latina na década de 80. **Revista de Economia Política**, v. 12, n. 1 (45), janeiro-março 1992. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/45-3.pdf>>. Acesso em: 11 Mai 2019.